Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Casa de Oswaldo Cruz

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CASA DE OSWALDO CRUZ

WALDEMAR LUIZ ALVES

(Entrevista)

Ficha Técnica

Projeto de pesquisa – Memória da assistência médica da Previdência Social no Brasil

Entrevistado – Waldemar Luiz Alves (WL)

Entrevistadores – Marcos Chor Maio (MC), Luiz Octávio Coimbra (LO) e Nilson Moraes (NM)

Data - 01/07/1986, 08/07/1986, 16/07/1986 e 28/07/1986

Local – Rio de Janeiro, RJ

Duração – 7h54min

A citação de trechos da transcrição deve ser textual com indicação de fonte conforme abaixo:

ALVES, Waldemar Luiz. *Waldemar Luiz Alves*. *Entrevista de história oral concedida ao projeto Memória da assistência médica da Previdência Social no Brasil*, 1986. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 2024. 130p.

Resenha biográfica

Waldemar Luiz Alves, nasceu em Paulista, Pernambuco, em 1920. Filho de um foguista, ainda criança foi morar em Recife, onde começou a trabalhar como torneiro-mecânico. Mais tarde, aprendeu com um primo o ofício de pespontador e após seis meses tornou-se autônomo, até ser convidado para dirigir a seção de pesponto de uma grande fábrica de calçados em Recife.

Em 1942, fez parte da Junta Interventora no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Calçados de Recife que, após 60 dias, convocou eleições para a nova diretoria, sendo Waldemar Luiz Alves eleito presidente do sindicato.

Em 1944, houve eleições para o Conselho Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), na qual foi eleito suplente da representação dos trabalhadores. Continuou como presidente do sindicato por mais dois anos quando, em 1946, tornou-se membro efetivo do Conselho Fiscal do IAPI, transferindo-se para o Rio de Janeiro.

Nos anos 50, participou ativamente na luta pela reforma da Previdência Social e, particularmente, na aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), que possibilitava, entre outras coisas, a participação de empregados e empregadores na administração dos órgãos de Previdência Social. Além disso, foi membro da Comissão Ministerial que regulamentou a referida lei.

No governo Kubitschek foi assessor do então Ministro do Trabalho João Batista ramos, para assuntos relacionados à Previdência Social. Logo após a regulamentação da LOPS, quando foram convocadas as eleições para o preenchimento dos cargos de representante classista junto à Previdência Social, concorreu e foi eleito um dos representantes dos empregados no Conselho de Administração do IAPI.

Como integrante do Conselho Administrativo, foi eleito pelo mesmo, presidente do IAPI, permanecendo no cargo por um ano, de 1962 a 1963.

Participou também das eleições de 1962, como candidato da coligação Partido Social Trabalhista e Partido Socialista Brasileiro (PST-PSB), em Pernambuco, sendo um dos mais votados para deputado federal. Porém, em 9 de abril de 1964, teve o seu mandato cassado pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1).

Em 1984, atuou no Movimento Nacional Tancredo Neves, na qualidade de coordenador das entidades de classe.

Sumário

1ª Entrevista

Data: 01/07/1986

Fita 1 – Origem familiar; a profissão do pai; as condições de trabalho do pai; comentários sobre a família; o nível de escolaridade; a infância em Paulista (PE); a mudança para Recife e os primeiros trabalhos; a vida escolar; trajetória profissional; o início da atividade sindical; as impressões sobre o Estado Novo; atuação dos comunistas em Pernambuco; definição de "pelego"; a eleição para a diretoria do sindicato dos Trabalhadores de Calçados de Recife.

Fita 2 – Avaliação do Estado Novo; os comunistas durante o Estado Novo; a gestão como presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Calçados de Recife; as reivindicações dos trabalhadores; atuação de Agamenon Magalhães junto aos sindicatos dos trabalhadores; a política partidária após a queda do Estado Novo; atuação da União Democrática Nacional (UND) em Pernambuco; a eleição para o IAPI; a Previdência Social em Pernambuco; comentário sobre a assistência médica no IAPI; a política do Departamento de Inversões do IAPI; críticas à atual política habitacional; atuação do Conselho Fiscal do IAPI; as reivindicações dos trabalhadores quanto à Previdência Social; a LOPS; a luta pela aprovação da LOPS.

2ª Entrevista

Data: 08/07/1986

Fita 3 – A luta dos trabalhadores pela aprovação da LOPS; o 1º Congresso dos Trabalhadores da Previdência Social, em 1953; os objetivos do IAPI; a política habitacional do IAPI; comentário sobre os conjuntos habitacionais do IAPI; a falta de consciência dos trabalhadores quanto à Previdência Social; comentário sobre o Congresso dos Trabalhadores da Previdência Social, em 1953; comentário sobre os congressos do IAPI e dos trabalhadores em geral; a política e a Previdência Social; os motivos que determinaram a lentidão para a aprovação da LOPS; comentário sobre a UDN; a relação entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a Previdência Social.

Fita 4 – A falta de funcionários para atender os segurados do IAPI; a situação das contratações de funcionários no período da presidência no IAPI; comentários sobre a direção colegiada na administração da Previdência Social; a participação do IAPI na construção de Brasília; a criação do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU); comentário sobre o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS); o trabalho como assessor do deputado federal João Batista Ramos; o trabalho do Departamento Nacional de Previdência Social (DNPS); a luta pela implantação da assistência médica no IAPI; a contratação de serviços ambulatoriais e hospitalares;

3ª Entrevista

Data: 16/07/1986

Fita 4 (continuação) – Comparação entre os serviços médicos contratados e o atendimento em hospitais da Previdência Social; visão sobre o emprego público e o emprego em empresa privada; comentário sobre a consciência de classe; os contratos do IAPI com ambulatórios e hospitais privados; a luta pela estatização do seguro de acidentes na década de 50; ampliação da assistência médica no IAPI a partir de 1960.

Fita 5 – Atuação das empresas privadas contra a estatização; a qualidade dos hospitais dos bancários, marítimos e dos servidores públicos; a diferença entre uniformização e unificação da Previdência Social; o apoio e resistência à aprovação da LOPS; a contribuição de Batista Ramos para a LOPS; comentários sobre a direção colegiada nos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs); comentário sobre os "cardeais" do IAPI; a liderança dos "cardeais" do IAPI na Previdência Social após o movimento militar de 1964; o desconhecimento da Previdência Social pelas lideranças sindicais; o convite para a presidência do Instituto de Administração Financeira da Previdência Social (IAPAS); a candidatura para deputado federal pela coligação PST-PSB; os temas levantados na campanha eleitoral; atuação parlamentar; comentário sobre o "peleguismo"; a repressão nos IAPs e no sindicato depois do movimento militar de 1964; a clandestinidade.

4ª Entrevista

Data: 28/07/1986

Fita 6 – A criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); resistência à unificação da Previdência Social; o apoio à proposta de unificação da Previdência Social; o trabalho no Conselho Fiscal do IAPI; a irregularidade da contribuição do governo pela Previdência Social; aplicação de reservas no IAPI; a criação de uma entidade assistencial para os funcionários do IAPI; comentário sobre os ambulatórios do IAPI.

Fita 7 – O afastamento dos trabalhadores da gestão da Previdência Social após 1964; o IAPI e as comunidades de serviços; crítica à condenação da privatização da Previdência Social; os benefícios da patronal do IAPI; comentários sobre seguridade social; atuação dos médicos na Previdência Social; referência aos congressos sobre Previdência Social; a ligação com Tancredo Neves; a reivindicação pelo restabelecimento da direção colegiada na Previdência Social; a direção colegiada e as influências políticas; a Previdência Social na Nova República; a questão da estatização do seguro de acidentes de trabalho.

Fita 8 – O aumento do nível de mobilização dos trabalhadores no período de aprovação da LOPS; atuação em uma instituição religiosa; a reivindicação dos trabalhadores para dirigir a Previdência Social.

Data: 01/07/1986

Fita 1 - Lado A

WL - Minha infância foi uma infância de menino pobre, mas muito pobre mesmo, muito pobre... Nós vivíamos em uma situação de pobreza mesmo. E, na medida em que nós fomos crescendo - fomos dez, eu tenho dez irmãos - e meu pai pobre, então nós vivíamos em situação de pobreza. E essa situação de pobreza perdurou até mais ou menos dezoito anos, os meus dezoito anos. Eu fui trabalhar porque meu pai era pobre, eu fui trabalhar porque ele tinha sempre aquela ideia de que o menino deveria trabalhar cedo quando os pais não tinham recursos, e devia aprender uma profissão. E eu então fui trabalhar como aprendiz de torneiro, lá nas obras complementares do porto de Recife. Eu morava na zona norte, pegava um bonde, ia para o centro; do centro ia para zona sul para pegar às sete horas. Eu com treze anos de idade. Então essa foi a minha vida inicial.

MC - O senhor poderia especificar melhor o trabalho do seu pai?

WL - Meu pai era foguista. Depois, quando saiu de lá da empresa, onde ele reivindicava alguma coisa com os colegas, acabou saindo às carreiras de lá de Paulista. Depois veio para a cidade de Recife, lá no Beberibe, subúrbio de Beberibe. Ele foi morar lá, e aí foi exercer a função de pedreiro.

MC - O senhor nasceu em que ano?

WL - Eu nasci no ano de 1920. Agora, ainda o problema de pobreza, o meu registro está até errado e eu não me fio naquilo. Eu estou registrado como nascido em 1915.

MC - E a origem da sua mãe?

WL - Minha mãe era pobre também, muito pobre. Ela era filha de camponeses.

NM - O senhor falou que o seu pai reivindicava com alguns amigos no local de trabalho. Que tipo de reivindicação era essa? Ele fazia parte de algum movimento social?

WL - Fazia, pois não, reivindicação salarial. Os donos, lá, viviam mantendo o pessoal em cárceres. E eu era garoto, muito pequeno ainda, e as coisas ruins que se passam na vida, parece que ficam gravadas em nossa mente. Eu ainda me recordo dos problemas que ele sofreu levando minha mãe grávida para lá, e correndo, e saindo, não podendo aparecer; a família desesperada, os meninos, essa coisa toda. Eu me recordo ainda dessas coisas todas. Então a reivindicação era exatamente essa, porque não era possível trabalhar quinze horas por exemplo. Ele achava que não era possível isso e reivindicou isso. Os donos não aceitavam de jeito nenhum, naquela época; e era uma época muito difícil. Certa vez, eu até declarei na Câmara uma coisa que lamentavelmente, era verdadeiro. Eu dizia que naquela época os governadores eram eleitos pelos senhores de engenho, pelos usineiros, pelos grandes industriais. Naquela época, era só fazer aquela composição, dizer quem era

o candidato, e estaria eleito. Em compensação, eles reivindicavam a nomeação do delegado de polícia exatamente para manter todo mundo nessa situação. Inclusive o Catende, esse pessoal todo, vivia como os trabalhadores, assim mantido em situação de pobreza, de miséria e prisões, essa coisa toda.

MC - O dono da empresa era...

WL - Lundgren.

MC - Lundgren.

WL - Era.

MC - E eles trabalhavam com...

WL - Tecidos.

MC - Com tecidos?

WL - Com paulistas, os tecidos paulistas. Ainda hoje tem as [Lojas] Pernambucanas aí.

MC - Sim. E ele trabalhava nesse...

WL - É...

MC - Nessa fábrica de tecidos?

WL - É, e ele era alemão. Então era uma coisa terrível. Todo mundo sabia. Lá... era ali!

NM - E a resistência a esse tipo de dominação?

WL - Não havia porque os delegados de polícia, como eu disse anteriormente, eram nomeados por eles. Não admitiam de jeito nenhum que se nomeasse um delegado que não fosse de sua confiança. E com isso eles mantinham o pessoal ameaçado, sob o regime de pavor constante. E era essa a situação.

MC - Eu queria voltar um pouco a sua origem familiar. O senhor disse que teve quantos irmãos?

WL - Dez.

MC - Dez irmãos?

WL - Não. Comigo somos dez.

MC - Eram dez. Todos homens?

WL - Não, cinco mulheres e cinco homens.

MC - Todos viveram normalmente ou...

WL - Não, vários já faleceram.

MC - Faleceram. Mas todos chegaram à idade adulta?

WL - Todos eles chegaram.

MC - E mais ou menos qual foi a trajetória deles em termos de profissão?

WL - Não. Eles se conformaram com a vida. Cada um procurou trabalhar. Por exemplo, tive dois irmãos que começaram trabalhando lá na empresa, na Cooperativa dos Usineiros, porque era um salário razoável. Os dois eram contadores, e acabaram levando a vida. Não quiseram saber de reivindicação. E até as moças casaram.

MC - O senhor poderia especificar melhor esse trabalho de foguista do seu pai ?

WL - O trabalho que outrora as caldeiras... Elas eram mantidas com aquelas fornalhas que consumiam lenha, nem era a carvão. Então o foguista, o papel do foguista era alimentar as caldeiras para movimentar a fábrica.

MC - E o seu pai reclamava das condições de trabalho?

WL - Ah, reclamava!

MC - E o seu avô também tinha essa, era operário?

WL - Não, do meu avô eu não conheço nada. Sobre meu avô, o que eu sei é o seguinte: meu avô foi filho de uma família abastada, por parte de pai. Eles viviam uma vida assim... não sei. Eu não sei nem explicar! Essas coisas não se conta, sobre os meus avôs eu não sei explicar quase. Não os conheci.

MC - Sim, e por parte materna?

WL - Também não.

MC - Por parte de pai sabia que era uma família abastada.

WL - Sabia, mas da minha mãe, não. Filha de camponês, não os conheci também não.

MC - O senhor...

NM - Eu poderia fazer uma pergunta? O senhor tem que nível de escolaridade?

WL - Ah, eu tenho só o segundo grau. Agora, eu fiz muitos cursos, muita coisa, aconselharam que eu me formasse. Eu não achava que isso era muito significativo para mim, nunca procurei.

NM - O senhor, quando fez o curso primário, fez em Paulista?

WL - Não, estudei em Recife.

NM - Em Recife o senhor tem alguma memória de como era Paulista naquele tempo? Como é que eram as ruas, as casas? Como é que eram as diversões?

WL - Tenho, tenho...

NM - Como é que eram?

WL - Paulista era como eu como eu falei. Meu pai saiu de Paulista nas condições em que eu já narrei aqui e eu era muito pequeno. Mas, como Paulista é uma cidade muito vizinha de Recife, eu conheço mais ou menos. É uma vida modesta lá... é um pessoal conformado, muito conformado. Todo aquele pessoal morava em casa da companhia... da Companhia Paulista... companhia de tecidos, não é? Então, quando um daqueles operários era demitido saia logo de Paulista. Não ficava lá, porque se ficasse apanhava. Essa é que era a situação na época. E a cidade era muito pequena, havia aquelas festinhas de forró, aquela coisa toda... Era muito pequena.

NM - E o que representou essa mudança para Recife na sua vida?

WL - Bom, eu fui para Recife ainda garoto, muito garoto. E inclusive fui trabalhar... Em Recife foi importante porque fui trabalhar, não é? Em Recife fui trabalhar nas obras complementares do porto de Recife, aos treze anos. Lá eu aprendi a profissão de torneiro, fui trabalhar como torneiro e, ainda moço, com catorze, quase completando quinze anos, eu já fui trabalhar em Recife. Saí de lá porque um cidadão, amigo lá, o gerente de lá da oficina onde eu trabalhava, disse que não podia pagar ao... Veja como era a exploração naquele tempo! Disse que não podia pagar ao torneiro, e queria que eu lhe apresentasse um daqueles aprendizes que pudesse trabalhar para ele, e tal... Porque ele pagava ordenado melhor do que o do aprendiz que estava trabalhando lá. Então, ele me chamou no escritório dele; eu menino ainda, fiquei até muito sem jeito. Ele me chamou e disse: "Olha, oh, torneirinho (me chamavam de torneirinho) está aqui o meu amigo, você está vindo de Beberibe para aqui, então se você quiser trabalhar em Recife é melhor para você. É só essa condição e lhe dá o salário três vezes ou quatro vezes melhor do que o daqui." E eu não tinha consciência que sabia trabalhar, eu não tinha ainda consciência que sabia trabalhar. Eu até temia perder o lugar. Eu ganhava 500 réis, naquela época. E então ele disse: "Não, você vai trabalhar, se você não se der bem seu lugar aqui fica aberto, não tem nenhum problema." Fui trabalhar. Quando eu cheguei, também houve um episódio, não sei se vou tomar tempo, um episódio até muito interessante. É que quando fui trabalhar, foi numa sexta-feira, o torno desse cidadão que tinha a oficina que queria o meu serviço, era um torno parecido com aquele que eu trabalhava lá, no Pina. Era lá do porto. E quando eu cheguei, me deparei com o torneiro lá. E o torneiro naturalmente já estava

ficando assim, me olhando de mau jeito, porque eu ia ali tomar o lugar dele, ele era um chefe de família. E o dono da oficina, o Saturnino, chegou e disse: "Ô torneirinho, o torneiro aí está fazendo, já está se despedindo e tal. Amanhã ele vai embora porque é sábado, e o pagamento dele, não tem problema. Você vai para bancada. Sabe fazer alguma coisa de bancada?" Eu sabia fazer alguma coisa também. "Então vai aí, tem um trabalho para fazer e tal". Eu fui na bancada. De repente, chegou um trabalho lá para fazer. O torneiro ainda estava lá e foi abrir uma força de onze fios. Ainda me lembro hoje... (riso). E bateu o dia todo, e não conseguiu abrir. Aí, quando estava aquele negócio todo... Aí o seu Saturnino disse: "Bom, esse torno não abre, não abre!" Foi o episódio que me marcou. "Esse torno não abre onze fios. Então: " Ah, torneirinho, vem cá!" Aí eu fui. Aí o cara estava suando e tal.. "Olha, esse torno aqui, o mestre, chamava o torneiro de mestre, está querendo abrir 11 fios aqui. Não pode abrir porque está... Mas, mesmo o Guilherme - que era um torneiro muito bom - estava aqui e nunca abriu onze fios mesmo." E eu cheguei, ainda com aquela meninice, aquela coisa toda, e disse: "Posso ver aí as carretas, o torno?" Aí fui ver as carretas e o torno. Mas, quando eu fui ver as carretas e o torno, o mestre estava tão irritado - o que ia sair - "Ah, vai embora, esse garoto não sabe de nada, não sei o que..." Aí foi quando o seu Saturnino afastou-o do local: "Não, deixa ele ver. Ele vai trabalhar no torno, deixa ele ver." Aí, eu vi carretas enferrujadas que ninguém nunca usou. Então, havia os tirões - temos o torno automático, é mais fácil. Outrora, não, se fazia o cálculo. Depois, veja, desde aquele tempo eu começava estudando, logo essa coisa toda! Eu sempre vivi estudando o episódio! Eu trabalhava das sete às quatro; ia para casa, tomava o meu cafezinho, magrinho e tal, e ia para o colégio noturno. Essa foi minha vida. Então, ali eu peguei as carretas e peguei uma escala, verifiquei que o fuso era de quatro fios, exatamente como o torno, mas nem desconfiavam que não fosse igual. Eu cheguei à conclusão de que era igual. E vi exatamente a carreta que estava enferrujada lá, que ninguém usava. Porque havia, como estava lhe dizendo, o torno de hoje é automático, outrora não era automático, um sistema: o sujeito queria abrir dois fios, botava vinte ou centro e vinte, ou seja, fazia, aquela engrenagem, aquela, coisa toda. Mas, para abrir onze fios, é preciso fazer um cálculo. Eu já sabia daquilo, fiz o cálculo, ainda desconfiado, coloquei coisas. Aí o dono da casa, aí o torneiro, o mestre se aproximou para ver o trabalho - foi quando armei a engrenagem toda do torno - foi rodar, ainda desconfiado e tal... Porque aqui roda. Conhece o torno, cada volta que o torno dá é um fio. Cada volta do torno. Então coloquei giz ali direitinho e fui. Chegava a estar tremendo (risos). Aí, quando deu onze voltas, deu exatamente uma polegada. Aí o mestre me abraçou, todo mundo me abraçou, aí fiquei bem com o mestre e tal. Aí eu contei esse episódio ao meu pai em casa. Aí meu pai disse: "Meu filho, quanto é que ele vai lhe pagar?" Eu disse: "Não sei, pai!" Aí segunda-feira eu fui trabalhar. Quando foi no sábado, ele foi me pagar. Disse: "Torneirinho, eu vou lhe pagar quatro mil réis. "Eu fiquei assim e tal... Aí eu disse muito ao meu pai, de quem eu gostava muito, era um bom conselheiro, amicíssimo meu, muito humilde, mas muito boa criatura. E eu então cheguei com aquele dinheiro em casa. Aí meu pai disse: "Meu filho, o que eu tiver aqui para comer você vai comer comigo, mas não vai tirar o pão da boca de um chefe de família. Ou você ganha o suficiente, porque eu sei que você sabe trabalhar, eu já tive notícia disso, e agora esse episódio que você conta é uma prova disso. Então, ou ele lhe paga uma importância maior - pelo menos sete mil réis, pois o outro tirava nove, ou você não vai trabalhar. Porque você assim está tirando - para você ver a mentalidade do meu pai - você assim está tirando o pão da boca de um chefe de família. Quem sabe lá se tem família, essa coisa toda". Disse: "Está certo!"

Aí fiquei em casa, fiquei parado. Mas tinha um primo e esse primo trabalhava na indústria de calçados. Era pespontador. Não sei se você sabe que pespontador é o que costura o sapato. Tem sapateiro que bota o solado, tem o cortador que corta, compreendeu? Tem o modelador que modela primeiro. Tem o modelador, depois do modelador tem o cortador, depois do cortador tem o pespontador que costura, depois e que vai pro sapateiro para ele então botar solado. Esse é o esquema. Eu conheço porque é a minha profissão. Então ele chegou e disse: "Escuta, o que é que você vai fazer?" "Eu estou procurando aí uma coisa para trabalhar e tal." E esse meu primo, naquela época ele andava de roupa de linho... Todo alinhado, fazendo farra; ele ganhava quase 20 mil réis por dia, 16, 18, 20 mil réis por dia. Disse: "Olha, se você quiser trabalhar comigo para aprender, você vai aprender ". Eu fiquei assim... Aí minha mãe disse: "É, eu acho que você devia ir aprender". Ele disse: "Eu pago a você logo, vou dar quatro mil réis para você, você não sabe nada, mas eu sei que você vai imediatamente me ajudar a fazer essa coisa toda". Eu fui trabalhar com ele. Eu trabalhei seis meses; depois de seis meses ele me aconselhou a comprar uma máquina de costura; e ele mesmo me encaminhou. E eu, modéstia à parte, me coloquei lá no estado de Pernambuco como um dos trabalhadores numa indústria de conceito, modéstia à parte. E foi lá, então, trabalhando na indústria de calçados que eu evoluí muito e comecei a ganhar dinheiro. Aí não houve problema lá em casa, porque ganhava, o pespontador ganhava dinheiro mesmo. E eu comecei a ajudar minha família, minha família começou a melhorar, meu pai ficou mais aliviado, coitado, pois vivia numa situação terrível. Eu praticamente fiquei como chefe da família, compreendeu? Ainda tinha irmã para casar. Todas elas casaram com o meu apoio, essa coisa toda... Depois é que eu me casei. Mas então a coisa andou nessa situação. Foi daí que fui convidado para trabalhar numa fábrica de calçados que tinha lá na rua, estou esquecido agora. Então, era uma grande fábrica. Para dirigir lá a seção de pesponto, e fazer modelagem; dar conta daquele setor, e era uma fábrica grande, Fábrica Combate. Então eu estava trabalhando lá de dia e tal, organizava todo mundo. Eu gostava muito, não havia atrito, não havia coisa nenhuma. Aquelas reivindicações, todo mundo, eu fiquei amigo de todo mundo. Eu dirigia com amizade o pessoal. E o elemento que não queria barulho com aquele pessoal gostava daquele apoio que eu estava dando.

NM - Antes de ir para a Fábrica Combate, o senhor teve então essas experiências profissionais, mas o senhor continuava estudando?

WL - Ah, sempre! Fazia cursinhos; todo tipo de curso eu fazia.

NM - Qual era o ambiente que o senhor tinha na escola? Quais eram os problemas que se colocavam naquele tempo? Porque o senhor falou que com quinze anos começou a trabalhar.

WL - Mas à noite estudava.

NM - 1935 também foi um ano de muitos movimentos sociais políticos e ideológicos.

WL - Eu não estava. Nessa época, ainda não tinha ingressado nessa luta.

MC - Eu gostaria de perguntar ao senhor o seguinte: nesse período que o senhor foi torneiro, o seu pai ainda trabalhava?

WL - Trabalhava.

MC - Ele era pedreiro?

WL - Pedreiro, depois ele foi trabalhar como vigia de um armazém de açúcar. Ele terminou como vigia de um armazém de açúcar. Aí ele descansou mais um pouco. Mas então, nessa... Pois não, pode...

MC - O seu pai viveu durante muito tempo ou ele...

WL - Viveu bastante tempo, morreu aos 65 anos.

MC - 65 anos. Gostaria de retomar a pergunta do Nilson, quer dizer, o senhor estudava também nessa época. Como é que o senhor conciliava essa situação de estudar e trabalhar?

WL - Era uma dificuldade muito grande. Veja só: eu trabalhava, por exemplo, lá no Pina. Eu saía de casa às cinco horas da madrugada. Tomava aquele cafezinho. Eu sentia mesmo que até deixava mesmo os outros irmãos com dificuldade em casa. Porque minha mãe procurava sempre, porque eu trabalhava, e tal, não deixava eu sair assim. Às vezes pegava um pedacinho de carne-seca, que nós chamávamos charque lá, e um pouquinho de farinha, e eu fazia lá a farofinha, assava lá a carne; tinha aquelas fornalhas todas, assava lá a carne, comia, depois ia bater bola. Era uma hora que a gente tinha de descanso. Batia bola, essa coisa toda, e voltava para o trabalho. Às quatro horas nós largávamos ali, tomávamos o nosso banho, corríamos, pegávamos um bondezinho que tinha já naquela hora certa, ia para casa. Chegava em casa, comia qualquer coisa, pegava os livros, botava debaixo do braço e ia para a escola. Mas, naquele tempo, os professores não faziam como hoje, passando tudo para os pais, aqueles deveres. Eles mesmos, eles botavam na cabeça dos alunos, faziam questão de discutir com os alunos, de ensinar aos alunos. Naquela época eu estudei assim, compreendeu? Eu estudei, os professores fazendo questão, discutindo, mostrando, se esforçando para os alunos aprenderem. E eu sei que eles entendiam que esses alunos queriam mesmo estudar, porque quem saia, quem trabalhava e ia estudar de noite, assim menino ainda, garoto ainda, eles talvez entendessem isso, que esses garotos não tinham tempo para estudar, essa coisa toda. Tinha que fazer tudo ali durante duas horas.

MC - Então, o senhor tem boas lembranças da escola?

WL - Ah, tenho.

MC - O senhor teve bons professores?

WL - Ah, tive. Por exemplo, no primário, tinha nove anos, e, meu pai não podia pagar escola para mim. Eu não podia estudar. Mas, eu tenho um tio que trabalhava na estiva. E esse tio até podia botar os filhos dele para estudar numa escola lá no Arruda, que era

perto. Então como gostavam muito de mim, os meus tios, eles diziam: "Olha, - chamavam a minha mãe de Pinina - "escuta, Pinina, por que você não manda o Waldemar lá para nossa casa? Ele fica lá entendeu, passa a semana, depois quando chega o fim de semana, vem. Nós colocamos ele na escola. Está perdendo, está perdendo! Ele é inteligente, não sei o quê! Está perdendo, esse menino!" Aí meu pai cedeu, aí eu fui para lá. Eles pagavam a minha escola, uma escola particular, lá no Arruda; e muito boa. E foi lá inclusive que eu fiz meu primário completo, e lá eu estudei música. Saí tocando pistom, já menino. Aliás, não era pistom. Eu comecei aprendendo a tocar trompa. Porque o professor ficou com muita pena de mim porque eu era muito magrinho, muito franzino, e ele dizia: "Bom, Waldemar não vai pegar o pistom, "Eu só queria o pistom. Então o meu primo tocava pistom, porque pistom sola e tudo, e a trompa não. E ele disse: "Não, você quando ficar mais forte vai tocar pistom. Mas agora não! Vai tocar trompa!" Então o meu instrumento era a trompa. Conhece a trompa? É aquilo. Então eu aprendi a tocar música lá. Foi uma recordação maravilhosa. Tinha aquelas festas de fim de ano. Ele era casado com uma moça lá que era professora e ele era do 21º Batalhão dos Caçadores lá do Exército. Ele dava aquela instrução como se fosse no Exército, lá. Então, todos nós éramos graduados, eu cheguei a cabo! (gargalhada) O meu primo já estava há mais tempo do que eu, já era sargento e o filho - filho não - o filho-enteado dele era da Brigada; a patente mais alta. Então todos nós tínhamos uma formação militar, e foi uma recordação muito boa. Dali eu fui trabalhar, eu tive que ir trabalhar. Passei uns três anos estudando, depois fui trabalhar e vim nesse processo todo.

NM - O senhor se lembra ainda dos seus companheiros de escola, o que aconteceu com eles?

WL - Ah, eles todos tiveram uma situação boa na vida. Muitos deles. E eu me recordo, quando eu fui candidato a deputado pelo estado de Pernambuco, por eu estar distante, por aqui, essa coisa toda, todos eles apareceram, aquela alegria... Eu fui rever a minha escola primária lá no Arruda. Foi aquela alegria! Então, muitos daqueles que eram estudantes lá, eram músicos da Polícia Militar, muitos já graduados, entende? E foi essa coisa.

MC - Eu queria perguntar uma coisa ao senhor: O senhor foi primeiro torneiro mecânico, depois o senhor trabalhou em indústria de calçados e quando o senhor começou como pespontador?

WL - Não, pespontador foi nos calçados!

MC - Não, deixa eu ler. O senhor quando começou como pespontador, depois de um tempo o seu primo o aconselhou a...

WL - Não, eu quando deixei a profissão de torneiro é que o meu primo me chamou. Me convidou. Disse: "Você não quer ser sapateiro, não é? "Só porque não quer ser sapateiro, não ganha dinheiro." (Gargalhada). Aí, depois disso eu falei: "Não, eu quero é ganhar dinheiro! "Aí fui para lá. Ele já ganhava 16, 20 mil reis por dia. Ele já ganhava. Era um dinheirão naquela época! Compreendeu?

MC - O senhor começou na indústria de calçados através da fábrica do seu primo?

WL - Não, ele não tinha fábrica, ele trabalhava para uma fábrica; mas, eu fui ser o ajudante dele.

MC - Ah, na fábrica?

WL - É, aprendiz.

MC - E ele o aconselhou a comprar uma máquina.

WL - Ah, logo depois, porque ele não tinha nenhum interesse, ele era muito meu amigo e tinha interesse que eu desfrutasse também daquilo que ele estava desfrutando. Foi um grande amigo meu. O Ataliba.

MC - Mas o senhor começou a trabalhar?

Fita 1 - Lado B

MC - O senhor estava dizendo que comprou a máquina de costura...

WL - É, seis meses após eu comprei uma máquina. Uma máquina industrial, uma máquina de costura industrial, que ele me aconselhou. Comprei à prestação, pagava cinco mil réis por mês. Ganhava dinheiro com ela, não é?

MC - O senhor trabalhava, então, na fábrica e trabalhava na...

WL - Não! Não! Naquele tempo se fazia o seguinte: as fábricas davam aquela quantidade de peças e então a gente podia fazer aquilo em casa e entregar.

MC - Então era um trabalho mais assim artesanal e não tinha aquele.

WL - Não, horário, aquelas coisas, não.

MC - Processo todo. Horário de trabalho. Era mais autônomo, então.

WL - É. Aí era mais autônomo. Como o meu primo também.

MC - E o senhor passou depois dessa... Então o senhor disse que é...

WL - Não, depois disso tudo eu fui convidado para dirigir porque eu já trabalhava numa fábrica assim, eu pespontava, mesmo quando eu vim para o Rio eu fiz isso, eu vivi mais ou menos de pesponto. Eu vim sem recursos, mas sabia fazer modelagem. Várias fábricas, aqui eu trabalhava em várias fábricas. Inclusive tinha uma aqui no Rio de Janeiro que eu até fiquei trabalhando com carteira assinada. E o meu trabalho era um trabalho que era aceito, eu não tinha a menor dificuldade; chegava aqui... Porque aqui no Rio faziam também isso: entregavam aquele pacote, a gente ia para casa, fazia aquilo, e no final da semana recebia o dinheiro, entendeu? E isso me deu tempo aqui no Rio - eu estou adiantando muito o negócio - e isso me deu chance de fazer um trabalho sindical, ajudar...

Isso também ajudou muito, me ajudou também a fazer o trabalho sindical; eu não tive tempo ou não pensei em estudar, porque eu não pensava. Eu achava que operário precisava era trabalhar, fazer alguma coisa e tal. Então eu estava nessa fábrica e houve uma intervenção lá no Sindicato dos Sapateiros em Recife, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Calçados do Recife. Eu não era nem sindicalizado, mas...

MC - O senhor nessa época tinha quantos anos?

WL - Aí eu já tinha o quê? Eu já tinha 22 anos, calculadamente; eu não posso precisar. Eu não era sindicalizado, mas antes já vivia naquele movimento, aquela coisa. Não era sindicalizado porque naquela época - foi uma época do Estado Novo - havia um bocado de elementos pelegos lá dentro. E qualquer coisa, qualquer elemento que quisesse entrar no sindicato era apontado como subversivo, e aquela ordem social, eram problemas e mais problemas. Mas, houve uma época que o pessoal tomou uma posição mais firme e quis que o presidente deixasse o sindicato, ele não quis deixar. Então a comissão foi ao delegado do trabalho e mostrou que eles estavam dilapidando bens do sindicato, não faziam nada, e o delegado concordou com a comissão. Então, houve a assembleia, ele foi destituído. Mas antes o pessoal foi a mim e me perguntou se eu aceitaria fazer parte de uma junta governativa até a época das eleições. Eu então disse que não... Mas compareci à assembleia. E comparecendo à assembleia, houve a destituição do cidadão e eu fui eleito com mais dois companheiros para dirigir o sindicato como interventor.

NM - Para o senhor ser eleito pela categoria, era porque ela lhe reconhecia como um membro atuante. Qual era o tipo de trabalho que o senhor tinha em relação à categoria nesse momento?

WL - Ah, eu tinha... Eu reunia sempre o pessoal para mostrar o tipo de reivindicação que deveria fazer, o dever de todos se unirem, inclusive até contra o sindicato. Eu fazia isso. Eu não era nem sindicalizado porque eu não queria, depois é que eu fui sindicalizado. Mas dizia, falava sempre ao pessoal que precisava se unir, a gente lutar junto, que desunidos não era possível e tal e coisa, aquela história. O pessoal achava que talvez eu viesse a realizar alguma coisa. Então fui interventor durante sessenta dias, com aquela responsabilidade de realizar uma assembleia ampla, dar anistia a todo mundo. Foi isso que nós fizemos: dar anistia para todos os trabalhadores da indústria de calçados do estado. E quem não era sócio entrou e podia votar! Todo mundo votou! E então, nova diretoria. E aí elegemos uma diretoria. Nessa diretoria, aí eu fui eleito para a diretoria.

NM - Sr. Waldemar, isso ocorreu em 1942?

WL - Em 1942.

NM - Em pleno Estado Novo?

WL - Em pleno Estado Novo.

NM - Como é que os trabalhadores viam o Estado Novo e como é que eles viam o governo de Getúlio Vargas?

WL - Os trabalhadores viam, pelo menos no meu estado, o Estado Novo como um avanço. Lá em Pernambuco, por exemplo, eu mesmo participei de lutas contra a UDN naquela época, porque a UDN em vez de reivindicar alguma coisa, ia reivindicar o cancelamento das leis sociais, quando nós víamos nas leis sociais um avanço. Os Lundgren, por exemplo, que já citei aqui, faziam tudo para acabar. O Agamenon, na época, era o interventor lá. Era uma luta contra Agamenon! Mas, Agamenon impunha aquilo. Fez valer a legislação trabalhista. E o pessoal da UDN era exatamente isso que queria. Era a revolução daquela legislação. Então, por esta razão, os trabalhadores ficaram vendo que quem queria fazer alguma coisa era o Getúlio Vargas e Agamenon Magalhães. E, na realidade, Agamenon Magalhães incompatibilizou-se com Lundgren a ponto de pegar um cidadão que era presidente do sindicato de lá, dar mão forte a ele; elegeu o deputado estadual, o Galvão. O Galvão foi eleito e depois de eleito, ele fez o homem presidente da Assembleia Legislativa, fez tudo isso. Quer dizer, deu a maior demonstração e ficou contra o mundo. Contra os Catende também, que não sei se vocês já ouviram falar. Catende era uma força lá!

MC - Era o que lá?

WL - Usineiro.

MC - Ah, usineiro.

WL - Usineiro, compreendeu? Então o Estado Novo tinha conceito no meio dos trabalhadores. Os trabalhadores aceitavam bem o Estado Novo porque não havia uma outra saída.

MC - Mas, nesse momento do Estado Novo, quer dizer antes do Estado Novo, Recife foi palco de uma revolta, que foi a revolta de 1935.

WL - Mas isso aí eu não me recordo.

MC - Não se lembra de nada, nesse momento que...

WL - Só de história.

MC - Só a história. Outra coisa, o senhor se lembra da época do Estado Novo, da repressão do governo do Estado Novo?

WL - Sim. Houve uma repressão em 1937. Eu era novo ainda, mas já vivia por ali, naquela coisa, naquele meio; então houve repressão realmente. Mas houve repressão contra o pessoal da UDN. E a UDN, ideologicamente, você me desculpe novamente essa coisa assim, mas, pelo menos lá em Pernambuco, ideologicamente era contra o trabalhador. As ideias da UDN eram aquelas ideias de amparar usineiros, amparar grandes indústrias, era essa a situação. Então os trabalhadores não ficavam, não podiam ficar favoráveis àquilo. Ficavam...

MC - Sim, mas nessa época...

WL - Não podiam ficar solidários a isso.

MC - Sim, mas nessa época do Estado Novo também houve muita repressão aos comunistas...

WL - Houve.

MC - Como é que o senhor explica isso?

WL - Olhe, no Estado Novo, lá em Pernambuco mesmo, eu não tenho lembrança de muita coisa, porque o Partido Comunista trabalhava na ilegalidade. E eu não tinha ligação com o pessoal, compreendeu? Os trabalhadores também não tinham nenhuma ligação com o Partido Comunista, lá em Pernambuco. O Partido Comunista veio a florescer um pouco mais porque era um pessoal muito sectário, muito sectário. Quer dizer, o comunista, naquela época, não ria, porque no sorriso poderia aparecer uma fraqueza, compreendeu? Então era para dar uma ideia da situação como era. Tinha que ter a cara bem fechada, não sei o quê. Não se dava, não tinha contato com ninguém. Então, com isso, não penetravam nos sindicatos. Eu me recordo que em 1945, por exemplo, quando houve aquele movimento todo, nós lutamos muito para evitar essas coisas. Lutamos demais. Ainda era aquele movimento de luta em 1946, aquilo forte, contra os comunistas, essa coisa toda, mas se fazia um trabalho bom. Mas era um trabalho, porque nós dizíamos o seguinte: o objetivo nosso era unir os trabalhadores. Não queremos saber se pode unir os trabalhadores. Se for através do Partido Comunista, eu achava que não. Eu achava que os trabalhadores deveriam se unir. Se unirem em torno de ideias, em torno de reivindicações, em torno de qualquer coisa. Então caberia ao Partido Comunista liderar, se tivesse líderes. Porque um grande líder, um dia eu ouvi o Prestes dizer numa preleção que ele deu, uma preleção muito boa, que o Prestes, apesar de se dizer que ele era sectário, ele não era sectário. É um assunto que eu não devia nem falar aqui. Mas não era sectário, não. Não quero, companheiro...

MC - Oh, pode falar.

WL - Não, eu não quero. Então eu via... Eu vi certa vez ele dizer: O líder - isso me marcou! é aquele melhor companheiro, é o companheiro que reivindica, é o companheiro admirado por todos. Esse é o companheiro líder e não imposto. Ninguém pode impor um líder. Eu ouvi uma palestra nesse sentido, fiquei muito sensibilizado com isso.

MC - Isso foi em que época? Quando foi que o senhor ouviu essa palestra?

WL - Foi em 1947, mais ou menos.

MC - Em 1947 o Partido Comunista ainda estava na legalidade?

WL - Estava na legalidade.

MC - E o Partido Comunista teve muitos votos em Pernambuco, não é?

WL - Teve, porque nós trabalhamos muito, em consequência desse trabalho que fizemos nos sindicatos. Então o pessoal queria, mas havia aquela pressão. Se dissesse que era o Partido Comunista que estava ali, ninguém ia. Os dirigentes dos sindicatos, ninguém queria. Compreendeu? Então, nós trabalhávamos, nos unimos e tivemos até uma central sindical, lá em Pernambuco. Agora, você não podia ser uma central sindical do PC, não podia! Eles chegaram à conclusão de que isso não era possível. Mas havia os dirigentes, nós conhecíamos os dirigentes.

MC - Eu queria voltar um pouco, senhor Waldemar, para a época que o senhor atuava nos sindicatos. O senhor entrou no sindicato...

WL - Eu entrei em consequência desse fato que eu já citei. Houve uma intervenção, na intervenção eu fui substituto do interventor, um negócio difícil que eu não queria e tal. Mas, por 60 dias eu fui até que se fizesse uma assembleia ampla. Essa assembleia foi feita, com muita gente, numa alegria muito grande, e então nós fomos eleitos. Foi a minha primeira eleição. Então, a partir dali, com quatro meses, mais ou menos, de eleito presidente do sindicato, eu fiquei ligado àquele pessoal todo por ali. Modéstia à parte, apesar de novo, eu mereci o respeito daqueles membros mais ativos; Mário Apolinário, aquele pessoal todo, inclusive companheiros mesmo de esquerda. Com aquela coisa toda, fiquei ali porque eu estava dirigindo uma classe com todo apoio. Com todo apoio. Então, eu merecia. Havia aquelas reuniões na delegacia do trabalho, eu estava sempre presente, o delegado me respeitava e sabia que a minha linha não era aquela linha de pelego, compreendeu? E então, tinha aqueles que não eram pelegos também (riso), se soltavam um pouco, o delegado passava a mão por cima, deixava e tal. Então o delegado não tinha nada, estava certo, é um líder da classe dele, um outro era líder de sua classe. Agora, o que era pelego mesmo, ele vivia lá isolado, lambendo a sola do sapato lá do delegado. Então aí me veio um ofício do IAPI*. O IAPI ia realizar eleições para substituir seus representantes. Eu nem sabia que isso existia; que o Instituto foi criado e ele tinha um conselho fiscal dirigido por representantes de empregados e empregadores: dois representantes dos empregados e dois dos empregadores. E eu recebi um ofício determinando que se fizesse eleição para eleger um delegado e um suplente, que viria ao Rio participar dessa coisa.

NM - Em 1942, quando o senhor foi eleito interventor do sindicato, até aquele momento o senhor não tinha atividade sindical?

WL - Não, tinha só atividade de aliciamento.

NM - Está. A partir daí o que mudou na sua visão dos sindicatos no Nordeste? Qual foi a concepção que o senhor passou a ter da ação sindical?

WL - Não, aí eu passei a ter uma visão de possibilidade de ampla reorganização das classes trabalhadoras! Isso eu tive e constatei esse fato. Nós ficamos em Pernambuco unidos. Os trabalhadores estiveram unidos. Não tinha problema, o Prestes - veja, o Prestes era do Partido Comunista. O Prestes era do Partido Comunista, apareceu lá, todos os

* IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

trabalhadores da representação sindical estiveram presentes. Não houve problema nenhum. Veja que tipo de organização nós impusemos lá. Porque não houve sectarismo, a gente só estava ali. Não, você vai porque é uma coisa assim... Nós fomos todos. Não tinha problema nenhum. Não houve nenhum problema. O Agamenon foi tolerante nessa coisa toda; o próprio Etelvino que o substituiu, foi tolerante. Houve umas coisas lá do Etelvino com o pessoal do Partido... Eu não me recordo, que foi muito atrás. Ainda de 1935, com o pessoal de 1935, que ficou foragido, que aparecia e que eu não tomei conhecimento, e que fiquei sabendo, inclusive, que esse pessoal havia sido perseguido, porque aí conforme se fala, o negócio de 1935 foi uma coisa muito séria. Foi um golpe contra o Partido Comunista. Forjado, como a gente sabe hoje, e com esse golpe eles aproveitaram o pretexto para liquidar muitos companheiros. Essa é que é a verdade. Mas, eu não posso falar nada, eu não assisti nada, não tenho conhecimento desses fatos. Não é do meu tempo.

MN - O que era, para o senhor, o pelego?

WL - Pelego era o cidadão que ia buscar apoio na polícia, como aqui ainda tem, que eu não quero dizer. Ainda tem um, pelo menos um existe aqui ainda. Pelego era esse indivíduo que ia buscar apoio na Delegacia do Trabalho, apoio na polícia, para evitar que outros companheiros tomassem o lugar dele. E ele ficava sem fazer nada a vida toda. O sindicato era dele a vida toda. Aqui, não fazia nada. Ligado aos patrões. Muitas vezes ele deixava o trabalho lá. Ele trabalhava numa profissão, o patrão ficava pagando a ele lá, essa coisa toda. Era um negócio que já tira a força do dirigente sindical.

MN - Era muito comum no Nordeste a figura do pelego?

WL - Ah, como no País todo, principalmente aqui no Rio. No Rio, quando eu cheguei, era uma coisa horrível. A figura do pelego era uma coisa! Na confederação então, era um horror! Na confederação ninguém pode jogar, fazer nada. Então foi quando nós... E aí temos que avançar mais um pouco.

MC - Quero voltar um pouco antes. Como é que o senhor explica a situação de ter pelego nessa época, que era a época do Estado Novo, e ao mesmo tempo o senhor conseguir ser eleito mesmo, já que o senhor se colocava como uma liderança combativa...

WL - Eu substituí um pelego! Substituí um pelego lá, quando fui eleito interventor do sindicato. E esse desapareceu mesmo. Porque não tinha voto, não tinha liderança, não tinha coisa nenhuma e se acabou. E assim foi a situação de todos os pelegos. Tinha outros pelegos, mais inteligentes, que visavam a nossa liderança. Era um grupo que liderava o movimento, inclusive companheiros de esquerda e tudo, atuantes, compreendeu? Eles, então, iam maneirosamente às reuniões e tal, para fazer alguma coisa, para se manter no local; porque sabiam que os trabalhadores eram dirigidos por nós! Nós podíamos intervir em organizações aí por fora, para eles se sindicalizaram e acabar com a orgia deles lá.

MC - Senhor Waldemar, eu queria que o senhor dissesse a diferença que existe entre os pelegos, já que o senhor mencionou alguns tipos de pelegos aí?

WL - Olha, eu vou dizer. Falo de pelego assim porque havia realmente os pelegos, em termos pejorativos, mas eu conheci muitos pelegos interessantes, muitos pelegos com vontade de acertar, muitos pelegos que ajudaram nessa luta. Os pelegos se acomodaram na época do Estado Novo, porque tinha lá a polícia para garanti-los, não é mesmo? Na posição, não. Você fica nessa posição que eu garanto. Quando aparecia um grupo para fazer qualquer coisa, a polícia prendia e ameaçava, aí eles ficavam lá, compreendeu? Então, a chapa era aquela que eles desejavam. E permaneceram assim nos sindicatos. Mas, quando, a partir de 1945 (1945 não digo, era muito distante, mas a partir de 1960, 1955), a partir de 1955 as coisas ficaram melhores, compreendeu? O negócio começou a clarear. Os trabalhadores começaram a ter interesse pelos sindicatos que antes ninguém queria se sindicalizar também. Pagar Previdência e sindicato, ninguém queria. Para pagar, ninguém queria. Queriam um negócio que não fosse para pagar, mas depois eles tiveram consciência da situação e começaram entrando nos sindicatos; então a situação foi se modificando. Então, os pelegos inteligentes aceitaram de bom grado aquele pessoal que ia entrando, ia reivindicando, ia se transformando. O outro, que não tinha essa condição, explodia, tinha que sair da jogada.

MC - Então pelo menos eu percebo que o senhor coloca dois tipos de pelegos: os pelegos que eram simplesmente, que estavam encostados na máquina do sindicato, mas que não tinham nenhuma ação em relação aos trabalhadores e o "pelego"...

WL - E eram contra os interesses dos trabalhadores. Viviam sempre favoráveis ao patrão. Quando havia uma luta lá, porque amigos dos patrões, essa coisa toda. Não quer dizer que o dirigente sindical seja inimigo do patrão, isso não é possível. Tem que ser amigo do patrão. Mas não chegar ao ponto de ficar ao lado do patrão e contra a sua classe. Não pode, isso não pode. E acontecia muitos casos que eles eram beneficiados pelos patrões... Eu não tenho prova disso não, não tenho. Mas havia muitos casos. Por exemplo: o patrão pagar o salário dele, já era uma coisa assim especial! Ficar pagando a vida toda o salário e tal. Até que o Ministério do Trabalho tomou uma providência benéfica, porque a pretexto de ter que cuidar das classes, eles então recebiam do patrão, o salário do patrão. Eu nunca recebi. Mas o Ministério do Trabalho resolveu o problema da seguinte maneira: estabelecia que o sindicato ficasse encarregado de pagar - estabelece até hoje - encarregado de pagar o salário que o trabalhador teria, se trabalhando estivesse; entendeu? Isso modificou um pouco, modificou, foi melhorando e tal... Mas o "pelego" é uma figura interessante, que se falou muito, mas teve muita gente que trabalhou, que ajudou na luta.

MC - E por que o senhor apesar deles trabalharem o senhor ainda os considera pelegos?

WL - Bom. Pelego eu considero pouca gente, porque tenho muitos amigos, mesmo no meio desses pelegos que se transformaram depois em líderes da classe. Houve isso! Havia o pelego, porque a massa trabalhadora não queria o sindicato, e eles ficavam lá, à vontade. Mas, depois de expressão do sindicato, eles se tornaram verdadeiros líderes. Então, isso ocorreu; e ocorreu em grande escala nesse país. Agora, o que não ocorreu foi por que? Determinados pelegos, quando deixavam os sindicatos, eles tinham a federação; era o lugar deles. Depois da federação, a confederação. E era assim. Em 1960, por exemplo, as federações todas estavam infestadas de pelego, compreendeu? Raros eram os elementos que não eram pelegos. Pelegos na maneira de dizer, o elemento. Mas, foi se modificando.

Já em 1962 a situação foi transformada completamente. E muitos deles que o pessoal chamava de pelego, não eram não. Eu acho que era o dirigente que não era ativado pelas classes, não fazia coisa nenhuma; não é mesmo? Mas, ativado, ele podia fazer coisa ou deixar o lugar para outro. Mas a imprensa mesmo que apelidou de pelego e essa coisa toda, e realmente havia esses elementos que não trabalhavam, viviam tomando cerveja, fazendo farra, por conta dos sindicatos... Isso ocorreu muito nesse país. Fazendo despesas, indo ao Rio e manobrando lá. Era ele, juridicamente era ele o presidente do sindicato! Enquanto ele tivesse mandato, estava ali. Até quando não pode mais suportar teve que ser substituído por outros.

NM - O senhor foi interventor do sindicato...

WL - Dos Trabalhadores da Indústria de Calçados.

NM - Por 60 dias. Depois o senhor foi eleito presidente?

WL - Presidente.

NM - Como é que foi esse processo de eleição, e como é que se caracterizou a sua gestão?

WL - Bom, eu fui interventor durante seis meses, o meu objetivo foi só realizar as eleições, meu e dos meus companheiros. E, feita as eleições, eu assumi a presidência do sindicato legalmente eleito, unanimemente; a nossa eleição foi unânime...

MC - Foi chapa única?

WL - Foi. Ninguém disputou mais. Chapa única... Todo mundo, quase que por aclamação, aquela história e tal, aquela coisa... Não fica mesmo. Está bom, vamos ver! Então eu passei, não passei bastante tempo no sindicato, porque veio em 1944 esse convite. Foi antes de 1944, não me recordo bem, esse convite do IAPI para se fazer eleição para o representante junto ao Conselho Fiscal do IAPI. Para eleger o Conselho Fiscal do IAPI.

Fita 2 – Lado A

WL - A essa altura eu estava já bem quisto com o pessoal lá; eu estava naquele movimento todo, quando chegou essa correspondência solicitando a todos os sindicatos ligados à indústria. Veio a determinação para nós fazermos eleições, para mandar um representante, para eleger o representante dos trabalhadores no Conselho Fiscal do IAPI. A mesma coisa foi feita com os empregadores.

MC - Eu queria continuar ainda, um pouco atrás. Eu queria que o senhor fizesse uma avaliação do Estado Novo, já que no primeiro momento o senhor disse que, para os trabalhadores... O senhor fez uma avaliação de que para os trabalhadores o Estado Novo foi positivo...

WL - Foi positivo.

MC - Mas o Estado Novo foi uma época em que houve perseguições, era a época que, segundo o senhor, se constituiu fenômeno do peleguismo...

WL - Era.

MC - O fenômeno do peleguismo, e, ao mesmo tempo, o senhor entrou para o sindicato nessa época. Eu queria que o senhor fizesse um quadro mais geral do Estado Novo; quer dizer, como o senhor via esse Estado Novo?

WL - Bom, o Estado Novo para os trabalhadores foi um alívio porque, por exemplo, férias! O pessoal trabalhava direto, não tinha direito a férias. O pessoal não tinha horário de trabalho, não tinha fiscalização, não tinha essa coisa toda, e passou a ter. Então, tudo aquilo que os empregadores reagiam era em benefício dos trabalhadores. Nós compreendíamos que aquilo beneficiava os trabalhadores. Então, os trabalhadores pensavam assim. O Getúlio - ainda hoje se fala - aquela geração antiga acha que o Getúlio foi o salvador, que foi ele que fez... Quando na realidade não havia nada antes. Meu pai por exemplo, - já citei aqui - passou uma vida inteira, o homem querendo que trabalhasse 15 horas, como escravo... Todo mundo lá. Não havia legislação, não havia nada. Por eles a coisa continuava como estava, compreendeu? Mas, então, veio Getúlio com aquela legislação e isso os trabalhadores reconheceram que foi um avanço muito grande. Essa que é a verdade. Agora, o que aconteceu é que eu não sei dizer. O Estado Novo veio para evitar uma luta contra o poder - depois a gente começa analisando essa coisa e vê quem queria o poder? Os integralistas de um lado, e os comunistas, que já vinham de muito tempo trabalhando para tomar conta do poder. Mas, numa luta - aquela luta de que eu já falei antes - não era aquela luta organizada, como hoje a gente vê. O partido Comunista já em duas facções, já brigando, uma que já se diz até que é uma facção, que não é de nada mais, que não é comunista, que não é comunismo, que não é coisa nenhuma, que está ao lado do governo, não sei o quê, não sei o quê, falam muito! E outra é uma que não é muito sectário, a ligada ao Prestes... Não, nem é ligada ao Prestes. É uma segunda que é mais ou menos a mesma coisa. Que acabou com aquele sectarismo, porque é uma coisa lógica. Não se pode... um punhado de homens, meia dúzia de homens, compreendeu? Meia dúzia, por exemplo, é uma maneira de falar assim em relação à população brasileira. Não pode chegar e transformar isso assim, imediatamente, no peito. É preciso trabalho! Um trabalho muito grande, que é esse trabalho que está sendo feito hoje. Hoje já está sendo feito um trabalho interessante. Não se vê o sujeito como inimigo do povo, como se vê qualquer elemento queria... assim - "Aquele, é inimigo do povo, aquele não pode..." Qualquer coisa era inimigo do povo. "Não pode! Hoje eles estão vendo por outro binóculo. E podem vencer a parada! Mas, naquele tempo, o governo tinha muito medo do comunismo, do comunismo internacional... Ainda era naquele tempo, me recordo menino, e aí eles cantavam... Um grupo se reunia ainda e tal... Às vezes, lia um negócio, botava a Internacional, terminava a reunião cantando a Internacional, escondido, todo mundo escondido! Compreendeu? Botava a Internacional, aquela coisa toda... Mas era idealismo puro daquela gente querendo... Então o governo tinha medo disso, porque ocorreu aquela revolução na União Soviética, e o governo temia que ocorresse aqui a mesma coisa. Mas não tinha a menor condição porque o pessoal era despolitizado demais. O povo brasileiro, inclusive os trabalhadores e eu posso assegurar - é despolitizado demais. Era uma luta muito grande que se fazia para politizar o pessoal. Então, era

necessário um trabalho de politização intensíssimo para se chegar a um ponto desse. Mas o governo, à toa, à toa mesmo, procurava... Amedrontava com essa coisa toda. Então se amedrontou com o Partido Comunista; se amedrontou com os integralistas. Ele queria ficar sozinho no governo. Então houve aquele pretexto do Estado Novo, e então, houve a perseguição àquela liderança anterior, compreendeu, que vinha lutando. Só à liderança anterior. O Prestes, com aquele pessoal lá, todo esse pessoal entrou na história. Mas, aí é como eu disse, não foi do meu tempo, eu não assisti, eu não sou testemunha de nada disso, não conheço. Eu é que penso que a coisa tenha sido feita assim. Então se aproveitaram: "Vamos acabar com essa meia dúzia de comunistas, compreendeu? Pensando que podiam acabar... "Vamos acabar com essa meia dúzia de comunistas; tudo resolvido! - Nós ficamos à vontade." Essa era a ideia da reação daquela época do governo. Eles não viam que para todo lugar o sujeito ficava calado, mas estava se preparando para arregimentar o pessoal de outra maneira, pois há cabeça para tudo. Cabeça não é só para usar o chapéu! O sujeito vê. Por exemplo, eu não posso sair por essa parede que é fechada, eu vou procurar uma porta para sair, não é mesmo? Então, depois o pessoal chegou a essa conclusão: precisamos procurar uma porta para sair. Então, as consequências que eu vejo do Estado Novo, a reação contra os comunistas foi em face ainda, àquela farsa que apareceu na Paraíba, aquele negócio... Queimaram lá o quartel e disseram que foi o Gregório que queimou! Gregório levou aquela pecha de subversivo sem ter sido ele, compreendeu? Por sinal Gregório era um sujeito boníssimo, uma criatura incapaz de fazer uma coisa desse gênero. Eu considero assim. Eu convivi muito com Gregório lá em Pernambuco, um camarada formidável, capaz. Mas coitado, ficou numa situação daquelas! E o governo aproveitou, Filinto Müller, com outros elementos e tal, para... Vamos acabar com esses comunistas que eles podem acabar com o governo de Getúlio Vargas! Foi isso, eu analiso assim a situação. Da mesma forma os integralistas.

MC - Nessa época em que o senhor, através das eleições, tornou-se presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Calçados, havia uma participação dos trabalhadores no sindicato? Havia sindicalização?

WL - Não. Nessa época não havia. Tanto assim que eu já expliquei que no sindicato tem a história de que se chamam pelegos aqueles elementos que vivem no sindicato, exatamente porque não havia interesse dos trabalhadores pelos sindicatos, entendeu; não havia. Só a partir de 1945 é que começou, 1946, embora houvesse aquela reação. Porque em 1945 o Partido Comunista estava na legalidade. Disputou a legalidade, quer dizer, levantou um pouco o sistema sindical, ficou mais livre e houve maior movimento e tal... Depois veio 1946, veio aquela cassação da legenda do Partido Comunista. Então começaram a implicar com os comunistas. Todo mundo teve que correr, todo mundo teve que se liquidar, todo mundo teve que desaparecer. Houve esse problema todo.

NM - Como é que o senhor caracterizaria a sua gestão no sindicato? Na presidência do sindicato?

WL - Bom, eu acho o seguinte: que a minha posição naquele sindicato foi uma questão de tempo; foi uma questão de tempo, de oportunidade. Surgiu uma oportunidade e, nessa oportunidade eu tive um ensejo de influir no meio dos meus companheiros e, posteriormente, até no meio de outros companheiros de outros sindicatos, também,

compreendeu? Quer dizer, antes eu estava isolado, estava na fábrica, estava trabalhando, conversando com o pessoal e tal. Entrei no sindicato, eu como presidente do sindicato, então isso me proporcionou o ensejo de entrar em contato com outras direções de sindicatos. A nossa gestão no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Calçados, um dos sindicatos pobres lá, que era um dos sindicatos mais pobres... Os outros eram do açúcar, que tinha um pelego lá, tremendamente pelego, e outros sindicatos grandes assim. Quando eu digo grande é que o sindicato tinha muito dinheiro... Então, esse cidadão do sindicato do açúcar, na época de acordo com os usineiros obrigava os usineiros a descontar em folha dos trabalhadores. Nem sabiam onde era o sindicato. Ele pegava aquele dinheirão todo e vivia de cá, de lá, não queria saber de eleição e passava a vida toda... Até quando houve um movimento do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar de Pernambuco. Aquela grana era um dos maiores sindicatos de lá; era. Então eu acho que minha ação ali... Eu acho que cheguei no sindicato na hora certa. A minha vocação de luta pelos interesses dos trabalhadores não podia ficar assim numa fábrica. Eu deveria desenvolver um pouco mais, ir mais um pouco adiante. E então o sindicato foi o apoio que eu tive para ter contato com outros sindicatos, e em consequência, depois eu me tornei um elemento muito conhecido lá e até amigo de todo o pessoal.

MC - Nessa época quais eram as principais lutas? Na gestão do senhor, quais eram as principais lutas do sindicato?

WL - As lutas dos sindicatos lá eram por salários.

MC - Basicamente por salários?

WL - Salários, era também por horário de trabalho; ninguém cumpria horário de trabalho. O número de fiscais era insuficiente, muito insuficiente o número de fiscais. Então, os patrões não obedeciam horário. E o pessoal se queixava muito. Então, nós passamos a fazer aquelas convenções de trabalho. Foi aí que começamos a fazer isso; tipo de convenção. Isso quem nos ajudou muito foi Agamenon Magalhães. Eu, por exemplo, tive muito apoio de Agamenon Magalhães. Certa vez, houve uma luta lá, por salário, e também outras reivindicações; horário de trabalho não se obedecia, aviso prévio, nada disso se fazia. Então, tive uma luta muito grande e os patrões disseram pura e simplesmente que não reconheciam o sindicato. Pura e simplesmente! E eu fiquei numa posição muito difícil. Não é? muito. Eles ficavam trabalhando lá, naquele tempo não havia fiscalização, não havia nada. A Delegacia de Trabalho temia brigar com os empregadores! Fiquei numa posição... E o presidente que hoje é um grande amigo meu, quando fui deputado, chegou lá e disse: Agora..." (ele era o presidente do Sindicato dos Empregadores eu dos Empregados). "Agora que Waldemar não é mais o presidente do sindicato e eu não estou mais no sindicato, quero assinar o livro de ouro aí, cobrar uma quantia para ver..." Ficou assim: ele reconheceu depois como um camarada que trabalhou para quatro. Mas ele disse: "Não quero nem saber. Aí eu fui ao delegado de trabalho. O delegado: "Oh, eu não tenho força para fazer isso. Quem tem força é o Agamenon". Aí marcou audiência com Agamenon e eu fui lá. Chegou, o Agamenon ouvia; os trabalhadores queriam, ele dava força. Era "pelego" porque queria ser pelego. Ele chegava, eu contei a história toda: "Olha aqui, os trabalhadores estão nessa situação. Agora, não sei o que fazer, que força tenho eu. Pura e simplesmente eles não querem se

reunir". "Vai embora que ele vai se reunir, eles vão procurar. Eu vou fazer essa reunião." Eu fui embora. Dois dias depois ele convidou o presidente... Todo mundo tinha medo. Ele convidou o presidente do sindicato para ir à presença dele. E ele foi lá. Eu estou sabendo que os senhores não querem se reunir com os sindicatos, eles querem fazer uma reunião e coisa, não sei o quê, porque quem quer fazer é subversivo... Quer fazer e coisa - Não! Tem que ir à reunião. Eu vou chamar o delegado, o delegado vai presidir a reunião dos senhores... E eu quero essa reunião. Eu luto muito pela eficiência dessa legislação." Ele dizia: "Eu luto muito por isso." E então, obrigou. Então, nós fomos à Delegacia de Trabalho, ficou ele de um lado, eu do outro. Discutimos o negócio. Afinal de contas fizemos uma convenção de trabalho, assinamos tudo bonitinho. Então ali, ele tinha um instrumento, já era uma coisa assinada por ambos os sindicatos, compreendeu? Já tinha um instrumento para obrigá-los a fazer alguma coisa, multar ou impedir alguma coisa. Começaram assim, as convenções de trabalho... Nós começamos a fazer as convenções de trabalho que deu... E o Agamenon chegou a chamar, eu sei de casos que ele chamava o elemento e obrigava! E ele era até muito severo nessas coisas. Ele até ameaçava em favor dos trabalhadores. Quer dizer, a gente tem que considerar uma coisa dessas. Quer dizer, ficava do meu lado e eu então não ia ficar contra ele. Por que? Ficava do nosso lado, do lado dos trabalhadores. Sempre foi assim! Então as convenções coletivas nos ajudaram muito. Porque aí nós ficamos com um instrumento na mão capaz de nos dar meios para ir à Justiça do Trabalho reivindicar alguma coisa. Quando um operário vinha reclamando alguma coisa, havia convenção. Pegava uma testemunha, ia à convenção. Então aí a fiscalização ia direto, compreendeu, aí era caso concreto que aparecia. Então foi aí que começamos a trabalhar melhor, todos os sindicatos.

MC - A ação do Estado então era importantíssima...

WL - Era preponderante! Muito, lá em Pernambuco, era.

MC - Era fundamental para a ação sindical?

WL - Fundamental! Era todo apoio aos sindicatos! Então começaram a chamar Agamenon de fascista porque ele queria dar apoio ao sindicato, essa coisa toda e tal... E alguns companheiros que eram do Partido Comunista nunca estavam. Naquela época, muitos deles não apareciam porque estavam fora, essa coisa toda. Muitos deles eu não conhecia. Muitos deles eu nem conhecia. Fomos nos conhecer, alguns companheiros, a partir de 1945, quando o partido foi para legalidade. Muitos foram aparecendo, mas muito desatualizados com a situação, compreendeu? Mas logo encontrou no meio da massa o apoio. A ideia era apoiar todo mundo... Quando a gente tem o apoio é uma coisa, quando não tem o apoio... Então, só não tinha o apoio da pelegada, mas a gente impunha o negócio, tinha o pessoal numa base. Aí, impunha e tal. Acabamos fazendo um movimento sindical formidável! E que não houve contestação no Estado Novo. O Etelvino Lins que se dizia que arrancava a orelha de todo mundo, compreendeu, o sindicato era sagrado para ele. Qualquer sindicato era sagrado, não tinha problema nenhum. Nunca houve uma luta em direção ao sindicato. Mesmo os sindicatos que eram mais ativos, não tinham problema nenhum. Eu pelo menos não tive problemas lá em Pernambuco. E a minha situação era uma situação chata, porque eu liderava movimentos lá, eu ficava à frente de movimentos

lá, eu organizava qualquer coisa. Prestes chegou, eu fui o orador. Esse negócio todo, compreendeu? É um negócio...

NM - Um jovem líder sindical como o senhor foi muito cortejado pelos partidos políticos nesse momento?

WL - Não, os partidos políticos naquela ocasião não faziam questão de ter os sindicatos em mão, nem trabalhadores, nem coisa nenhuma. Porque os partidos políticos naquela época, o pessoal votava e como se chamava, se dizia lá, pejorativamente, era uma votação de cabresto, compreendeu? Então não havia, bate com as mãos, o partido não tinha o menor interesse nessa coisa; não tinha o menor interesse. O partido estava lá; era o partido do governo. De um lado, os usineiros da UDN e do outro lado, era o governo com o que ele podia arranjar de trabalhadores. Era isso.

NM - E por que em 1945 o senhor entrou num Partido?

WL - Porque eu precisava entrar num partido, precisava trabalhar, precisava fazer alguma coisa. Então nós tivemos que nos agrupar lá com um pessoal, trabalhar para ver se era possível nós elegermos alguns companheiros, que eu sempre lutei. Eu sempre achei que só o trabalhador é que sabe defender os seus interesses. Eu, por exemplo, na minha campanha eleitoral, eu dizia isso: "Olha, não interessa o dentista estar lá". Naquela época era dentista, era médico, era advogado que era eleito, essa coisa toda. Eu dizia: "Olha, não adianta, eles têm lá, o médico tem lá o seu consultório, começa a dar aquela receitazinha para o pessoal, quando for na época da eleição o pessoal vai votar nele. Então, nós não sairemos daqui. Ficava sempre um médico, não dando nada aos trabalhadores, não melhorando a situação dos trabalhadores porque não tem aquela posição: "Então, os partidos políticos dominavam lá, amplamente, e não se tinha como fazer coisa nenhuma. Depois apareceu o Partido Comunista lá, e foi muito forte, e elegeu muita gente lá, compreendeu? Os trabalhadores queriam uma saída e encontraram essa saída. Porque só havia o partido do governo e a UDN. A UDN mais reacionária do que o governo; muito mais reacionária do que o governo era a UDN. Você é novo e não se recorda disso: era a UDN e o PSD.

MC - O senhor foi de que partido?

WL - Eu fui...

MC - Clandestino?

WL - Eu pertencia ao Partido Comunista.

MC - Em 1945 o senhor foi do Partido Comunista?

WL - Fui, até ajudei lá o pessoal e tal...

MC - Nessa época o senhor foi do Partido Comunista. O senhor fala do Estado Novo; combatia a UDN, mas a UDN só foi formada mesmo em 1945?

WL - Em 1945, pois é, mas o pessoal que ficava contra o governo formou a UDN para combater, vamos dizer, combater o avanço social. Se pode dizer que aquilo foi avanço social, compreendeu? Para combater aquilo. Então eles pegavam dinheiro lá no sindicato. Eu estou falando de Pernambuco, mas deve ter sido no país todo. Que em São Paulo são os Matarazzo, era Antártica, essa coisa toda, que eu sabia, o pessoal me falava muito sobre isso. Mas, lá eu sei, eram os magnatas. Na época, eles se uniram para combater o que eles achavam de avanço. Que os trabalhadores não podiam nunca ter aquele privilégio de oito horas de trabalho, férias... Isso é um absurdo! Os trabalhadores terem essas coisas todas... E eles negam hoje, como já me negaram em determinada oportunidade. Mas, eu assisti na Faculdade de Direito a campanha da UDN, compreendeu? O pessoal empolgado lá: "Essa legislação fascista, não sei o que..." Isso irritava os trabalhadores! Era fascista, mas valia para os trabalhadores. E acabar com isso, acabar com essa coisa toda... No fundo eles estavam combatendo a legislação. Então isso irritou, isso irritou muito os trabalhadores! Eu não sei se no país isso irritou também, eu não tenho informação disso.

NM - E como é que o senhor conhece o IAPI? É nesse momento também, não é?

WL - A Lei do IAPI...

NM - Em 1944, 1945...

WL - É aquilo que eu disse, eu estava no sindicato e recebi uma correspondência como todos os sindicatos receberam. Uma correspondência solicitando que elegesse, que tivesse uma assembleia para eleger um representante que seria convocado para junto, no Rio de Janeiro, eleger o representante dos trabalhadores no conselho fiscal. Então, nessa oportunidade eu fiz assembleias e eu fui eleito lá. Parece... É uma coisa muito chata eu dizer isso, mas fui eleito. Eu a essa altura estava em evidencia, inclusive no meio sindical local e tudo, e o pessoal achou que eu devia ser o representante do sindicato. Então eu vim com outros representantes dos sindicatos aqui para o Rio. A nossa bancada foi assim... de... como que é aquela cadeira? A bancada então, era uma bancada boa, tinha uns 26, 28 representantes de lá de Pernambuco, não sei bem. Então viemos aqui sem nenhuma pretensão, nenhum de nós! Viemos dar apoio! Então os sindicatos de São Paulo tinham uma bancada fortíssima, bancada com mais de 100 representantes que tinha no sindicato. Os bancários do Rio Grande do Sul também muito grande, do Rio de Janeiro muito grande. De Pernambuco uns 26, eu calculo mais ou menos isso, da Bahia, essa coisa toda. Então, nós fizemos antes, tivemos assim, pensamos na possibilidade de fazer alguma coisa, mas depois julgamos que eram inúteis, aquela coisa toda. Então houve a reunião, a assembleia aqui constituída de todos os representantes eleitos pelos sindicatos da indústria. Nessa reunião já havia anteriormente dois elementos lá no conselho fiscal: era Romeu Fiori, de São Paulo, do Sindicato da Alimentação de São Paulo, que já estava há bastante tempo, desde a fundação do Instituto. E o outro era daqui do Rio, William Ribeiro Lemos, do Sindicato da Fiação e Tecelagem de Petrópolis. Muito bem, então, eles também faziam muita correspondência para nós e tal, eles já eram, estavam eleitos porque eram nossos conhecidos, nós já saímos para votar neles. Nem conhecíamos os outros companheiros!

MC - Romeu Fiori foi depois... Não foi ele um dos fundadores do PTB?

WL - Foi. Então houve uma reunião...

MC - Então é isso.

WL - Foi deputado. Então, houve uma reunião e o Rio Grande do Sul, como não podia também... O Rio Grande do Sul queria colocar um representante, mas viu que não teve força para colocar, porque os conhecidos eram Romeo Fiori e Lemos. Então ele uniu a bancada toda do Norte e disse: "Olha, nós estamos querendo... São Paulo está dando um representante, o estado do Rio está dando outro representante, vamos fazer o seguinte: o Rio Grande do Sul reivindica uma suplência para Silvio Sansson, que era representante lá dos trabalhadores da panificação e vocês escolhem um aí do Norte. Todos escolhem um representante. Aí o nosso companheiro [...] muito esclarecido do Sindicato dos Gráficos de Pernambuco, levantou-se e antes de tudo disse: "Olha, nós indicamos para referendo da bancada do Norte, como nosso representante do Nordeste o nosso companheiro Waldemar Luiz Alves." Aí a bancada do Norte toda tinha conhecimento e tal: "Ah, de acordo, de acordo, de acordo!" Então foi assim que surgiu a minha passagem do sindicato para o Instituto. Mas, como suplente.

MC - Como suplente. Antes do senhor desenvolver mais a sua inserção no IAPI, eu gostaria que o senhor voltasse um pouco atrás no sentido do que era a Previdência Social em Pernambuco nesses anos em que o senhor trabalhou no sindicato, a sua vivência como trabalhador?

WL - Era um assunto também muito importante, também muito reivindicado pelos trabalhadores. A Previdência Social na época dava apenas benefício quando o operário estava doente. Mas era uma penúria muito grande, era uma luta. E eu vivia, pelo menos... Meu trabalho lá era um trabalho tremendo, porque eu estava fora da produção; inclusive o sindicato estava pagando o meu salário e eu tinha que fazer alguma coisa. Aqueles operários apareciam lá, os operários apareciam e reivindicavam; doentes não podiam trabalhar. Então eu fiz um trabalho muito grande junto ao Instituto. Fiquei logo muito amigo daquele pessoal... Eu quando ia lá já ia com uma relação dos meus companheiros: aquele tem isso, tem aquilo, tem tal, tal, tal... Então eles iam examinar aquilo direitinho. Eu sempre fui bem atendido ali. Mas a maior reivindicação dos trabalhadores naquela época era o benefício, quando estavam doentes. O Instituto não dava essas coisas. A aposentadoria não era época de aposentadoria. O Instituto era novo ainda; foi fundado em 1936, não é? Então era novo ainda. Então as reivindicações eram só auxílio-doença. Então não eram muitas, porque o médico... Precisava o camarada estar quase morrendo para dar o benefício. E então a nossa luta foi grande nesse setor. Foi muito grande, inclusive eu defendi interesses até de outros sindicatos, razão pela qual eu comecei a aparecer como um elemento que já ajudava a outros, a outras classes, etc e tal, eu fiz muita amizade. E o delegado do trabalho naquela época era um amigo meu, que hoje está aqui, é procurador do Instituto hoje, Jorge Medeiros. Quando eu fui presidente do Instituto, ele até trabalhou comigo. Vê a ironia do destino. (risos)

MC - Ele era Delegado do Trabalho de Pernambuco?

WL - Delegado do IAPI.

MC - Ah, do IAPI?

WL - Lá de Pernambuco...

MC - Lá de Pernambuco.

WL - Naquela época ele me tratava muito bem, e tal. Tinha paciência de ver aquela coisa toda. Mas nossa luta era tremenda.

MC - Então o senhor já tinha uma relação, lá em Pernambuco, com o IAPI. Quer dizer, o sindicato tinha uma relação com o IAPI?

Fita 2 - Lado B

MC - Naquela época todos os institutos tinham delegacias em Pernambuco?

WL - Tinham.

MC - O senhor poderia dar assim um quadro de quais eram os melhores institutos na época, lá em Pernambuco? Em termos de assistência, em termos de benefícios...

WL - Bom. Em termos de benefícios, sempre os Bancários tiveram os maiores benefícios. Antes eram os ferroviários, não é? Os ferroviários sempre foram os privilegiados porque a instituição deles vinha de mais tempo; eles davam muitos benefícios porque havia os benefícios, porque a legislação não era consolidada, era muito esparsa, não é? Os ferroviários recebiam os benefícios por um sistema. O IAPI, o pessoal da indústria, por outro sistema; os trabalhadores de transporte de carga, por outro sistema. Mas todos eles eram sistemas que davam trabalho para se conseguir alguma coisa. Mas, de qualquer maneira, podemos dizer que os bancários sempre foram mais aquinhoados.

MC - Os profissionais de ferrovia já tinham antes o que se chamava Caixa?

WL - Caixa, que depois foi transformado em Instituto; Caixa de Aposentadoria.

MC - E o senhor se lembra assim, na vivência que o senhor teve lá em Pernambuco, como é que essa Caixa funcionava, já que o senhor destacou?

WL - Não, não, aí eu não tinha. Eu já peguei na época que era Instituto... A Caixa de Aposentadoria funcionava como Instituto. Ela funcionava como Instituto, mas eu não tinha muito relacionamento, porque já era muita coisa para eu viver ligado.

MC - O senhor ouvia alguma coisa em termos de que funcionava bem, funcionava mal?

WL - Não, o tratamento era a mesma coisa. Mas, a Caixa, segundo se dizia, a Caixa de Aposentadoria funcionava melhor do que o Instituto.

MC - O senhor se lembra quais seriam as razões que o pessoal colocava na época?

WL - Não. Eles falavam que a Caixa parece que era uma coisa um pouco menor; quando havia maiores possibilidades de penetração dos trabalhadores ali e tal. Depois passou a Instituto, ficou um negócio maior onde os trabalhadores tiveram a possibilidade de se aproximar mais. Foi por essa razão que a Caixa... Quando era Caixa era melhor do que com o Instituto, diziam alguns companheiros.

MC - Nessa época em que o senhor era presidente do sindicato, atuava no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados, a relação com o IAPI, o trânsito era fácil?

WL - Era muito fácil! Aliás, com todos os sindicatos, porque o delegado tratava muito bem, compreendeu, todos os sindicatos.

NM - Quando o senhor falou do IAPI e das reivindicações dos trabalhadores do seu sindicato, o senhor não mencionou o aspecto assistência médica...

WL - Não, não existia assistência médica. Aliás, assistência médica propriamente dita começou quando nós fomos presidentes do Instituto, botamos assistência médica.

NM - E por que não existia assistência médica no IAPI?

WL - Porque o Instituto foi criado só para dar pensão e aposentadoria. Era uma ideia que eles tinham lá, que era o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Então, eles ficavam bitolados aí, só aposentadoria e pensão. Então, você tinha a aposentadoria fora da aposentadoria e da pensão não tinha nada. Depois vem o auxílio-doença; o sujeito doente, compreendeu, tinha o direito de ficar, o médico dizia: "O sujeito está doente". Tem que dar seis meses, oito meses, conforme o auxílio-doença dele. Mas, assistência médica, nenhuma! Então aí já é um negócio que você não quer que eu vá mais adiante, mas eu tenho que aproveitar a oportunidade de dizer que foi exatamente vendo essa situação, tendo passado por essas crises todas à frente do Instituto, foi uma das primeiras providências que adotei. Porque chamei logo os médicos e naquela época, inclusive, o trabalhador que era tuberculoso, tinha infiltração pulmonar, dentro das normas esse trabalhador tinha direito a se afastar seis meses, direito ao afastamento de seis meses; ficava recebendo do Instituto. Mas, nenhuma assistência ele tinha; ele ia para casa. Como nós conhecemos bem os trabalhadores, hoje os trabalhadores estão mais esclarecidos, mas anteriormente não eram tão esclarecidos. Coitados. Muitos deles saíam e achavam que aquilo era até bom, que ele ia passar a tomar a cachaça melhor, que ele ia fazer farra melhor, essa coisa toda. Voltavam depois de seis meses, já arrasados, com o pulmão mais arrasado ainda; aí o médico dava um ano para ele. Depois de um ano era para morrer. Então, o resultado é que nós ficávamos sem a contribuição daquele companheiro "N" que podia ser salvo logo nos primeiros dias, e ficávamos com o ônus da família, a pensão da família. Eu chamei então os médicos, fiz uma reunião com os médicos e expus a situação do trabalhador assim clara, conforme eu estou falando com vocês aqui, e eles me deram razão. Eu disse: " E por que não se muda isso? Por que não vamos dar uma assistenciazinha a esse pessoal?" Aí, começamos a dar a primeira assistência. Quando o trabalhador estava ameaçado de qualquer coisa nós contratamos sanatórios, essa coisa toda já ia para o sanatório. Aí ele era obrigado a se tratar. Dentro daquela ignorância dele, coitado, no sanatório não ia fazer bobagem. Mas, eles, naquela escapulida, quando ia para

casa fazia as dele direitinho, compreendeu; desobediência. Mas era assim, ele não sabia, coitado, que estava se prejudicando. Então, nós começamos implantando aquilo ali. Aquele sistema. Mas, depois...

NM - Isso, em que época?

WL - Isso foi em 1962. De 1961 para 1962, compreendeu? Então nós bancamos. Depois eu chamei o diretor do Departamento Médico, que eu já lhe falei, Dr. Luiz Neves, que ele tem muita coisa a falar sobre isso, compreendeu? Doutor Luiz de Oliveira Neves, ele tem muita coisa, ele mostra, ele tem muitíssima coisa sobre assistência médica. Foi o homem que implantou assistência médica na Previdência Social. Eu digo Previdência Social, porque o IAPI era 50% da Previdência Social. Foi ele que implantou o serviço médico. E foi uma luta grande, porque o serviço atuarial - já lhe falei que nós vivíamos presos a um controle do setor atuarial - tinha razão, o setor atuarial, porque nós tínhamos que dar, no futuro, às pessoas, a aposentadoria aos que vinham pagando. Então, havia o controle; nós aplicávamos aquele saldo todo de excedentes em letras, em tesouros, em ações da Vale do Rio Doce, ações da Fábrica Nacional de Motores, comprávamos terrenos; tudo isso já era orientado pelo serviço atuarial. Nós tínhamos um departamento de inversões. Esse departamento de inversões fazia o seguinte: o associado, e por isso que eu digo que o pessoal não quer nos ouvir; nós temos um pouco de experiência nessa coisa toda. Um grupo de industriários ia lá no Instituto, ia ao departamento de inversões e dizia: "Aí, olha, eu tenho um terreno em tal lugar e esse grupo quer comprar o terreno". O Instituto não se metia nisso; apenas mandava um engenheiro lá para avaliar o terreno, para ver se o preço era um preço que pudesse estar dentro daquelas normas. Então, o engenheiro ia lá trazendo o laudo dele, dizendo: "Bom, efetivamente, vale tanto". Isso é um negócio reservado para o departamento. O departamento então - esse grupo de associados fazia o requerimento - se mandava para o departamento de inversões, o departamento já com aqueles dados, dava o parecer que se podia comprar o terreno pelo preço que estava se pedindo. Então era já um preço consertado pelos interessados. Não é como hoje se faz. Eram os interessados. Já tinham pechinchado lá, já tinham essa coisa toda. Muito bem, o Instituto pagava e o terreno ficava vinculado ao Instituto como garantia. Eles davam o próprio terreno como garantia. Era por isso que o Instituto ia ver se o terreno valia mesmo, aquilo e tal. Então, logo em seguida, eles pegavam o engenheiro particular, do interesse deles e tal, mandavam fazer o projeto, essa coisa toda, depois do projeto pronto, apresentavam o projeto: "Olhe, agora queremos construir nesse terreno um bloco de apartamento". Muitos aqui construíram nesses termos. Então, o Instituto chegava e ia analisar aquilo tudo bonitinho e dava 70% do valor da avaliação da construção. Então, 30% era por conta da construção daqueles associados; porque eles já estavam ali, já estavam preparados para pagar aqueles 30%. Então, ficava o apartamento barato para ele, ou a casa, ou qualquer coisa. Era casa ou apartamento nesses termos. Hoje eu fico boquiaberto de ver como se faz aí o fundo de garantia, que devia adotar um sistema desse tipo não, mas pegam os elementos, dão um percentual - um grupo de elementos que enriqueceram e estão enriquecendo - e os trabalhadores são obrigados a fazer através desses elementos, esses elementos se ligam à empresa diretamente, a empresa bota os artistas pelo rádio, pela televisão para fazer e comprometer mais o salário do trabalhador, essa coisa toda, e tudo isso entra no preço do apartamento. O que não havia antes! E se pudesse fazer isso hoje ainda, nós teríamos feito o triplo de construção nesse sistema. Mas

não se fez, porque o sistema é esse: não ouvir o trabalhador. Não se ouve o trabalhador, se ouve o medalhão. Como agora, o ministro já está chamando aí um grupo que ele acha de alto nível, compreendeu, que vê só legislação e não sei o quê e tal. Mas, na prática eles não tem essa prática, não sabem o que é melhor para o trabalhador. Eu pergunto a vocês: Essa era uma posição boa ou não? Para vocês, se quisessem construir, ir diretamente conseguir o terreno e fazer não era ótimo, era qualquer um de nós?

MC - É uma coisa interessante.

WL - Não é?

MC - E já que o senhor falou que o negócio é não ouvir o trabalhador, eu queria voltar um pouco e perguntar ao senhor. O senhor foi eleito como representante do Conselho Fiscal...

WL - Dos trabalhadores no Conselho Fiscal do IAPI. Mas, eu fui eleito primeira vez fui eleito suplente.

MC - Isso em que ano?

WL - Em 1944.

MC - Em 1944.

WL - Quando foi em 1947, mais ou menos. Não, em 1945 houve aquela eleição; Getúlio ganhou no país todo. Houve elementos aí eleitos com 30 votos, 60 votos, com 90 votos. Sabe disso, não é? - no país inteiro. Então Romeo Fiori foi eleito deputado federal por São Paulo e Silvio Sanson, que era o primeiro suplente, foi eleito pelo Rio Grande do Sul deputado federal, naquela esteira toda. Muito bem, então o Silvio Sansson era suplente, não tinha nada, logo assumiu lá. E Romeo Fiori também assumiu, mas ficou acumulando também o Conselho Fiscal. Não queria largar o Conselho Fiscal! Mas então, os trabalhadores começaram: "Ah, você é o suplente agora, você tem que dar um jeito, não sei o que e tal". Eu ainda estava em Recife: "Você tem que dar um jeito. Você tem que estar presente. Faz um esforço, vai para lá, porque a presença sempre é muito importante". O Lemos, Luiz de Lemos, que era o que estava como efetivo, sempre me incentivou: "O Fiori não pode ficar como deputado legislando e ao mesmo tempo aqui. Não pode e tal..." E o Romeu Fiori dizia sempre que os elementos da Confederação das Indústrias, essa coisa toda, que a minha presença era muito perigosa lá no Conselho Fiscal do IAPI. Porque eu era comunista, já dizia logo que eu era comunista, era isso, era aquilo. Eu soube depois dessa coisa toda. Os amigos me falaram. E não largava, por isso, a pretexto de não entrar um comunista para lá. Até que ele largou. Quando ele largou eu assumi. Depois de uma pressão muito grande, eu assumi.

MC - Isso em que ano?

WL - Eu assumi em 1946.

MC - Nesse período da eleição de [19]44 e [19]46 o senhor continuou como presidente do sindicato? o senhor fazia o quê?

WL - Não, eu fiquei no Conselho Fiscal aqui, como efetivo, e renunciei como presidente do sindicato de lá. Outros companheiros assumiram. Assumiu o primeiro secretário e depois eles fizeram outras eleições. E outros companheiros tomaram conta do sindicato.

MC - O senhor não foi eleito como suplente?

WL - Suplente para o Conselho Fiscal do IAPI.

MC - Sim.

WL - O Sansson era o primeiro suplente, foi eleito deputado federal, assumiu. Então, acabou o primeiro suplente.

MC - Sim.

WL - O Romeu Fiori foi eleito também deputado federal, era o efetivo. Então, havia uma vaga no Conselho. Eu, como era o segundo suplente, assumi.

MC - Mas, o senhor assumiu em 1946?

WL - Foi.

MC - Mas, e nesses dois anos, de 1944 a 1946?

WL - Ah, eu estava no sindicato.

MC - Ah, o senhor continuou como presidente do sindicato?

WL - Ah, foi sim, estava no sindicato. Era essa a dúvida, não era?

MC - Qual era a função do Conselho Fiscal nessa...

WL - Aliás, a função do Conselho Fiscal era muito importante. O Conselho Fiscal examinava todas as contas do Instituto, e não ocorria aquilo que ocorreu ultimamente; não sei se vocês se recordam. Ultimamente a coisa estava de tal maneira que nem o presidente do Instituto, nem o ministro da Previdência Social sabia dizer quanto havia disponível nos institutos. Ocorreu isso: o Passarinho ficava naquela coisa, e tal, mas ninguém dizia exatamente com computador, com tudo. E antes de deixar o Instituto - porque todo ano havia prestação de contas - essa prestação de contas ia para o Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal aprovava e mandava para o Ministério do Trabalho, que naquela época controlava a Previdência Social. Anualmente, todos os institutos tinham Conselho Fiscal. Então era o controle das contas. E todos os meses iam os balancetes para lá. Era essa a função do Conselho Fiscal, compreendeu? Agora, com isso aí, nós tivemos também, porque eram ligados aos trabalhadores, todo tipo de reclamação que os

trabalhadores tinham contra o instituto era feito por nosso intermédio. Então, com isso, nós criamos uma certa força junto do presidente do Instituto e tal; sempre viviam brigando porque eles diziam que o Conselho Fiscal não podia interferir na administração; nós não íamos interferir. Era solicitar que fizessem mais alguma coisa, não é?

MC - Mas quem é que estava na administração, então?

WL - Ah, o presidente indicado pelo Presidente da República, que foram vários.

MC - Sim, era indicado pelo Presidente da República?

WL - Era.

MC - E ele trabalhava sozinho?

WL - Sozinho, absolutamente sozinho. Se não tivesse o Conselho Fiscal, era pior. E eles faziam coisas ali que a gente via... Há coisas que se coonesta, que se coonesta, não é? Por que você tem, eu não posso dar um exemplo de uma coisa assim, mas ele pode vender um terreno, por exemplo, a atribuição da administração quem vende é ele. O terreno vai ao Conselho Fiscal. Mas, vai com aqueles pareceres que eles mandam preparar; aqueles pareceres todos. Só havia um recurso para nós: era baixar em diligência para que se verificasse aquilo; fazer uma diligência. Sempre nós fazíamos isso, compreendeu! Fazíamos aquela diligência para apurar mais o negócio. Mas tudo que saía no Instituto, quando se realizava qualquer obra de vulto, qualquer, por exemplo, qualquer financiamento desse tipo, ia para o Conselho Fiscal.

MC - O senhor está colocando que o Conselho Fiscal começou a ter força a partir das reclamações que eram feitas pelos trabalhadores?

WL - Ah é, sempre foi.

MC - Eu queria saber que tipo de reclamações havia em relação aos...

WL - Benefícios, benefícios. Eram benefícios que não eram atendidos e nós, por exemplo, nós tínhamos benefícios negados e que de acordo com a legislação, eles vinham para o presidente aqui e para o próprio Conselho Fiscal, que tinha também a tarefa de examinar todos os processos de benefícios negados. Era uma tarefa nossa. Então, com isso, nós podíamos examinar um processo, mas não podíamos fazer ao nosso gosto. A única coisa que se podia fazer era se baixar em diligência, procurar o DB, que era o departamento de benefícios, baixar em diligência, falar para eles mandarem um outro médico examinar e tal. Mas eles mandavam o mesmo parecer para nós, e nós não podíamos fugir daqueles pareceres técnicos, não podíamos. Mas sempre nós ajudávamos os trabalhadores. Então, nós, membros do Conselho Fiscal, tínhamos aquele privilégio de defender os trabalhadores quando era negado, ia para lá, num último recurso.

MC - Gostaria que o senhor esmiuçasse mais o que era essa reclamação por benefícios, essas reivindicações por benefícios? Quais eram as coisas mais concretas?

WL - O operário doente, o médico achava que aquela doença não o incapacitava para o trabalho, compreendeu? E não dava o benefício. Não dava um mês, dois meses, três meses de benefícios para ele se recuperar.

MC - Isso era frequente?

WL - Frequente, frequente e quase constantemente, porque o DB, que era o departamento de benefícios, fazia o possível para primeiro, abrindo-se parênteses, a gente vê que os trabalhadores de um modo geral eram trabalhadores principalmente no Nordeste, eram trabalhadores doentes, eram trabalhadores... Comem mal, essa coisa toda; trabalhadores que fazem extravagância. E os trabalhadores adoeciam constantemente, eles não queriam dar benefícios ao elemento que estava tuberculoso, ao elemento que tinha uma doença, vamos dizer, cardíaca muito grave, essa coisa toda. Então eles recorriam, porque às vezes não era grave a doença, mas ele estava impossibilitado de trabalhar. O patrão não queria. Sem poder sustentar a família e ia recorrer ao Instituto. Esse é que era o problema maior. Sempre foi o problema. Ainda hoje isso é um problema.

MC - O senhor poderia dar outros exemplos de reivindicações ao Instituto?

WL - Bom, o principal foi esse. Agora, depois a legislação foi alterada, por ocasião da Lei Orgânica da Previdência Social. Então, consolidou-se toda a legislação, compreendeu, e aí muitos benefícios foram ampliados. Então, veio até auxílio à reclusão, porque era um absurdo: às vezes um sujeito ia para a cadeia, às vezes era um criminoso mesmo, às vezes era uma razão qualquer, o sujeito chegava, metia a mão na cara do sujeito, o sujeito metia a faca nele, matava, a família ia sofrer! Então, nós achamos que a família não podia ficar penando por isso. Então, dava auxílio—reclusão à família. Uma série de benefícios vieram depois, com a Lei Orgânica da Previdência Social.

NM - O que é que foi a Lei Orgânica da Previdência Social?

WL - Foi a consolidação de toda a legislação. Porque anteriormente havia uma legislação para cada Instituto. Então, tudo foi unificado. Os bancários tiveram a mesma legislação que os industriários. Os industriários, porque eram 50% da Previdência Social, o setor mais pobre, compreendeu, foi o maior beneficiado porque a lei não nivelou por baixo, nivelou por cima. Então, beneficiou a maioria dos trabalhadores - 50% da Previdência Social que, no caso, eram os industriários. Então, nivelado tudo isso, ficaram os cinco institutos mesmo funcionando e se adotou o novo sistema de administração. Então, a administração dos institutos, em vez de ser tirado do bolso do colete do Presidente da República, uma pessoa qualquer, só porque o Presidente gostava dessa pessoa, como o Armando Falcão, que foi o presidente do IAPM... Veja as coisas como eram, sem entender, não ia nem lá, nem coisa nenhuma, foi presidente; e como ele, outros. Então, levando-se em conta tudo isso, houve um movimento nacional muito grande dos trabalhadores, compreendeu? Eu tenho orgulho de dizer que liderei esse movimento no âmbito nacional, porque no Conselho Fiscal até isso foi fácil, porque eu tinha o direito de visitar as agências, essa coisa toda. E com o pretexto de estar visitando as agências, eu unia os trabalhadores dentro daquele ponto de que a Previdência deveria ser administrada pelos próprios trabalhadores, empregadores e o governo, em conjunto.

NM - Que movimento foi esse? Quem estava à frente desse movimento?

WL - À frente desse movimento estava por exemplo o Stanford, que era bancário; estava... -eu vou esquecer de muitos nomes, não é? Estava Riani, que é deputado por Minas Gerais, hoje, estadual; estava Batistinha; estavam vários. Mas eles chegaram depois da coisa, porque o movimento praticamente foi feito por nós, porque nós éramos representantes no Conselho Fiscal e tivemos condições de viajar o país inteiro. E quando nós aparecíamos num estado desses, nós fazíamos reuniões amplas, compreendeu, e por isso houve condições de nós pregarmos a ideia. Então, nessa ideia tivemos o apoio de [Dante] Pelacani, depois dos companheiros todos. E então foi se formando uma corrente muito forte de apoio. E o meu papel ali não era papel... Eu nunca, modéstia à parte, desculpe até eu dizer isso, eu nunca gostei de estar nas colunas de jornais, eu nunca gostei, por exemplo, o negócio da Confederação foi um negócio mais ou menos arrumado, nós trabalhamos muito e tal... Naquela época foi um trabalho muito grande, compreendeu, que nós fizemos. Nunca quisemos sair do Instituto, pegar dois carros, três carros, como muitos companheiros às vezes gostam de ser presidente disso, presidente daquilo, presidente daquilo outro. Não, eu achava que não. Devia colocar os companheiros nos lugares. Por exemplo, Pelacani, ele foi para o INPS, Riani foi para Confederação Nacional dos Trabalhadores, e assim por diante, nós fomos colocando os companheiros todos. Hércules foi para a Confederação dos Trabalhadores, como CGT, compreendeu, e assim por diante.

NM - Quer dizer que além da própria liderança dentro do IAPI, esse movimento...

WL - Foi criada no IAPI, a liderança, depois o movimento do Conselho Fiscal do IAPB deu força a isso; todos os companheiros esclarecidos tocaram o negócio para frente; veio o grupo do IAPFESP e também tocou o negócio para frente; do IAPTEC e depois até os empregadores entraram nessa luta.

NM - Além dos IAPs, quem mais participou? Os sindicatos, os partidos políticos...

WL - Não, os partidos políticos não participaram. Esse trabalho foi feito... Os trabalhadores se organizaram e depois, quando verificaram que isso era justo; os empregadores, por seu lado também achando que era justo, trabalharam por seu lado. E nós fomos ao Conselho diretamente procurar partidos. Foi numa época, eu volto a dizer, em que os partidos não atuavam de jeito nenhum. Era a UDN e PSD, eram os dois partidos. Então o governo não estava querendo largar aquilo, não é coisa que se largue uma administração da Previdência Social, nesse mundo que tem por aí. Não era muito do interesse do governo, mas, nós fizemos um trabalho junto ao Congresso. Eu me recordo que até o Carlos Lacerda, eu quando fui procurar o Carlos Lacerda, juntamente com a comissão, vi a boa vontade do Carlos Lacerda, perfeitamente, porque ele era contra o governo, achava que isso era uma vantagem para ele, e uniu logo a UDN, deu logo apoio... O Nelson Carneiro, todo esse pessoal e o pessoal do PTB, que estava fazendo força contra, nós pegamos muitos deles, inclusive um que fica na história, que é o João Batista Ramos, que foi até Ministro do Juscelino. Porque houve anteriormente um trabalho feito pelos burocratas do Instituto, ou dos institutos, não sei. Um trabalho feito pelo Aluísio Alves, porque Aluísio Alves era o deputado federal. Então, ele chegou e disse: "Aluísio, você

deve apresentar um projeto de unificação da Previdência Social", essa coisa toda. Mas ele unificou somente os benefícios e começou... Ele chegou, unificou somente os benefícios, não tinha nada demais naquilo, e ficou preso, engavetado. Não era nada, mas nem isso teve curso na Câmara. Então, o Batista Ramos, em determinada oportunidade, tornou-se o relator daquele projeto. Foi exatamente numa época em que nós estávamos lutando para fazer uma reforma ampla na Previdência Social, inclusive na administração. E o Batista se interessou e desprezou completamente aquele processo lá, que ele era relator e substituiu aquele nosso processo. Essa é que é a história.

Data: 08/07/1986

Fita 3 – Lado A

NM - Senhor Waldemar Luiz Alves, 26 anos depois da criação da LOPS, como o senhor avalia aquela luta?

WL - Qual luta você diz?

NM - Da criação da LOPS.

WL - A luta pela criação da LOPS vem desde 1946, eu digo melhor: desde 1945, os trabalhadores já se manifestavam a fazer uma melhor administração para a Previdência Social. Os trabalhadores não admitiam, como não admitem hoje, embora isso não venha para rua, mas os trabalhadores não admitem que paguem a Previdência Social, que o empregador pague a outra parte, e o governo não pagava nada, que esteja dando uma importância insignificante - durante a Revolução não deu nada, só fazia tirar. Então, os trabalhadores não admitem que uma instituição dessa, paga por eles, seja dirigida por pessoas estranhas, pessoas que só têm o interesse em manipular o dinheiro da Previdência Social, o prestígio da Previdência Social. Então, contra isso os trabalhadores já vinham lutando até que a partir de 1955, mais ou menos, em todos os congressos, a nossa manifestação é no sentido de se fazer um movimento maior, sempre maior, para se conseguir uma Previdência Social que fosse dirigida pelos seus contribuintes: empregados, empregadores e governo. Agora, a situação foi melhorando antes de 1960, porque os trabalhadores já vinham compreendendo essa situação e o ensejo foi exatamente um projeto que havia na Câmara no Congresso. Esse projeto dava a impressão ao povo brasileiro de que era um projeto que ia melhorar a Previdência Social. Já se falava: "A Lei Orgânica da Previdência Social de Aluísio Alves, projeto do deputado Aluísio Alves. Isso não era verdadeiro. Então, nós começamos a trabalhar o pessoal, mostrar que aquele projeto não ia resolver nenhum problema.

NM - E por que não era verdadeiro? Por que não iria resolver os problemas?

WL - Não iria resolver pelo seguinte: aquele projeto consolidava apenas os benefícios e determinada legislação; consolidava aquela legislação toda, mas não atacava o problema principal, que é a administração, que os trabalhadores entendem o seguinte: ninguém pode

entender mais do problema da Previdência Social do que eles próprios que sentem na carne seus problemas. E outra coisa ainda: o trabalhador à frente da Previdência Social, ele eleito, conforme estava na Lei Orgânica da Previdência Social, esses trabalhadores ficam sujeitos à reclamação, são questionados, compreendeu, são cobrados, e se ele quer fazer uma administração boa e quer se reeleger, ele terá que fazer uma administração perfeita. A mesma coisa com os empregadores também. Não é um cidadão que se coloca lá sem a menor responsabilidade, tirado do bolso do colete dos presidentes das fábricas, compreendeu, e vai para lá fazer política, ganhar dinheiro, essa coisa toda. Tivemos um elemento como o Armando Falcão por exemplo, à testa da Previdência Social. Ora, se tem cabimento! Então, havia o presidente do Instituto e, talvez, haja ainda presidente do Instituto que não tem conhecimento nenhum dos problemas dos trabalhadores. Fica lá, assessorado por elementos que não querem trabalhar também, elementos que pensam que os trabalhadores estão satisfeitos com o que existe. Então, na administração colegiada onde tem empregados e empregadores eleitos, todos eleitos, isso vai virar pelo avesso, vai mudar completamente, como mudou anteriormente, quando nós tínhamos a C.G.T.*. Estava ali nos sustentando, unida no país inteiro, não havia desunião sustentando esses órgãos todos. Então foi por isso que veio aquela revolução, porque viam que ali não havia outra coisa. Ninguém queria fazer bobagem, não era nada disso. Só que os trabalhadores estavam tomando posição. São maioria! Os trabalhadores são maioria! Sempre foram maioria! Por que não tomar posição? Já vêm perdendo suas posições há muito tempo; se eles, os trabalhadores, já entendessem há muito tempo que eles se constituem numa maioria, não teríamos um Congresso como temos hoje. Essa é que é a verdade. Então, como eu vinha dizendo, havia esse projeto da Lei Orgânica da Previdência Social de Aluísio Alves. Então nós mostramos aos trabalhadores que não era aquele projeto que ia resolver o problema. Então fizemos congressos, fizemos uma série de coisas e tal, inclusive no IAPI, onde nós éramos os representantes dos trabalhadores. Então nós aproveitamos ali aquela posição para melhorar a situação, para ajudar a classe trabalhadora. Não houve outro objetivo nosso senão esse, de pegar uma boa posição como pegamos e ajudarmos os trabalhadores. Então tivemos a sorte de ter o Batista Ramos, como o deputado João Batista Ramos de São Paulo. Ele foi indicado como relator desse projeto da Lei Orgânica da Previdência Social no Congresso. Então nós chamamos o Batista Ramos para uma reunião e mostramos que o nosso projeto era diferente: em que toca aos benefícios, nós tínhamos reparos a fazer. Havia muitas coisas a realizar, nós precisávamos de fazer uma reformulação geral. Ele então atendeu ao nosso pedido e disse que estava pronto para receber as reivindicações dos trabalhadores. Então nós aproveitamos a oportunidade, fizemos as reivindicações e ele aprovou. Ele conseguiu do Presidente da República - na época, o Juscelino - que essa lei andasse, que não fosse vetada. Porque os governos anteriores, infelizmente, não queriam perder a Previdência Social para fazer política, não queriam perder.

MC - Seu Waldemar, parece que na luta, na questão da LOPS*, tem duas questões centrais: a questão da participação dos trabalhadores na administração da previdência e a questão da uniformização...

---

* CGT - Central Geral de Trabalhadores.
* LOPS - Lei Orgânica da Previdência.

WL - Da legislação...

MC - Da legislação. Qual dessas duas questões o senhor acha que sensibilizou mais os trabalhadores?

WL - Bom, os trabalhadores sempre desejaram e desejam uma previdência, quando eu digo uma previdência benefícios melhores, atendimentos melhores, é isso que os trabalhadores desejam, entendeu? Então, partindo desse princípio, eles desejam mesmo é uma Previdência melhor, melhores benefícios, melhor atendimento. Mas nós mostramos aos trabalhadores, e eles estão entendendo, que só podem conseguir isso quando houver uma administração deles próprios, trabalhadores, dos seus representantes lá dentro. Porque eles podem chegar nos estados, em toda parte, questionar - como já disse - cobrar. O que não ocorre hoje. Como é que ele vai cobrar do ministro, como o atual? Não pode cobrar coisa nenhuma. Como vai cobrar de um presidente, desses que estão aí? Então não vai cobrar coisa nenhuma; eles nem entram lá, compreendeu? E no nosso tempo, no tempo da Previdência Social colegiada, quando a lei estava em vigor, antes da revolução, o que foi primeiro ato da revolução? Revogar a lei, compreendeu? Havia uma, vamos dizer, uma abertura. Os trabalhadores viviam satisfeitos com aquela posição. Então nós tínhamos a coragem de chegar, dizer ao trabalhador: "Oh, isso não pode ser porque tem esse problema, mais esse, mais aquele, mais aquele outro". E ele entendia. Por exemplo: o trabalhador quer um benefício impossível de se conceder por falta de recursos, a não ser que se pagasse mais só os trabalhadores lá dentro é que têm condições de dizer a esses trabalhadores que não pode por essa razão, e eles vão entender. Mas esses elementos que estão hoje aí, não podem, de jeito nenhum.

MC - Seu Waldemar, o senhor disse também que parece que até a votação da LOPS, a aprovação da LOPS, passou, quer dizer, houve uma série de congressos, o senhor disse que participou de uma série de congressos de trabalhadores. Parece também que o senhor participou do I Congresso dos Trabalhadores da Previdência Social, em 1953. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco desse congresso de 1953.

WL - Bom, lá em 1953, como eu estou lhe dizendo - falei em 1955, mais ou menos, que 1955 já estava mais organizada - mas em 1953, quando eu era membro do Conselho Fiscal, apareceu como assessor do Pedro Moacir, - que agora me recordo, foi nomeado pelo Getúlio, diretamente, para a Presidência do ex-IAPI - então, apareceu como assessor do Pedro Moacir, Elias Adaime, meu querido amigo que hoje é falecido. Então ele via nossa atividade lá no Conselho Fiscal e como era um moço idealista, ele imediatamente nos procurou, e achava que nós deveríamos, se possível, mudar aquela orientação. E começou a nos ajudar nessa parte, vamos dizer, nessa reivindicação, e juntamente com outras pessoas nós conseguimos realizar esse congresso em 1953. Foi o I Congresso sobre Previdência Social. Os objetivos eram esses, já eram esses.

MC - Quais os objetivos?

WL - Os objetivos já eram a participação dos empregados, dos empregadores do governo da Previdência Social.

NM - Qual era a temática mais discutida? Qual era o tema?

WL - O tema mais discutido em todos os congressos é o problema da assistência médica.

NM - E como o IAPI, especificamente, via essa questão?

WL - O IAPI via a questão da seguinte maneira: o IAPI, você se referiu ao IAPI, se referiu muito bem porque era 50% da Previdência Social, o IAPI, e 50% era distribuído entre outros institutos (quatro). Então, o IAPI era Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e o objetivo do Instituto era dar pensões e aposentadorias. Então, baseados nesse ponto de vista, os técnicos achavam que não se podia mudar, dar assistência médica, a não ser que houvesse uma contribuição especial para esse fim. Como o Instituto era muito bem controlado pelo setor atuarial, que era necessário, pois o Instituto era novo ainda, o pessoal estava contribuindo; quando precisasse se aposentar era necessário que houvesse dinheiro para custear essas aposentadorias, então o setor atuarial cuidava disso. Então, todo dinheiro que o instituto pegava, gastava com o que era necessário por ali, mas aplicava esse dinheiro. Aplicava em ações, aplicava em construções de casa para trabalhadores. A proposta de aplicação do Instituto dos Industriários, como o IAPC* depois também e outros institutos, era uma coisa magnífica. Não é como se vê hoje. A primeira coisa que a revolução fez foi criar, quando criou o Banco Nacional de Habitação, que eu acho interessante, eu julguei que eles iriam fazer do Banco Nacional de Habitação aquele órgão que tratasse diretamente com os interessados para efeitos de financiamento. Mas, não. Eles não quiseram nada. Eles colocaram agentes financeiros para tratar desses assuntos. Então esses agentes financeiros enriqueceram, enriqueceram porque eles se aliaram às construtoras, e então emprestavam diretamente à construtora. A construtora explorava o que podia explorar, vendia e vende hoje pelo preço que quer os apartamentos aos associados... O dinheiro é nosso! Então esse pessoal manipula o dinheiro, vai para a imprensa fazer propaganda... Todo mundo precisando de apartamento, ele vai para imprensa botar artistas, ganhar, fortuna! E isso encarece, quem paga é o mutuário! O mutuário é quem paga essas despesas todas. Então, naquela época, se aplicava diferente: um grupo de associados ou um só associado ia ao setor imobiliário do Instituto e dizia que tinha o terreno. Ele mesmo podia pechinchar o terreno, ele ia procurar o terreno e tal, e aparecia lá já com o terreno arranjado e mostrava que queria o financiamento daquele terreno. O papel do serviço imobiliário era só mandar o engenheiro avaliar o terreno para ver se o terreno valia mesmo, porque afinal de contas o terreno ia ficar vinculado para garantir o financiamento. Então, ia lá, dava o parecer, e se realmente o terreno valia aquela importância que eles estavam pedindo, muito bem, comprou o terreno, o associado ou o grupo. Então, segunda fase: como construir? Aí sim; aí eles iam ao Instituto - já tinham a garantia daquele terreno, na medida em que eles estavam pagando aquele terreno. Então, eles pediam ao Instituto financiamento para construir os apartamentos. Eram dez, por exemplo, dez apartamentos num terreno. Então, esse terreno era financiado pelo Instituto: 70% do valor da avaliação, 30% era de poupança do associado. E o tempo o associado limitava, se ele não podia, não tinha bastante dinheiro, com três anos, quatro anos se construía aquilo. E se eles tinham bastante dinheiro, com um ano, seis meses. Quer dizer,

* IAPC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários.

era melhor! Não havia intermediária. Ficava barato, compreendeu? O Instituto financiava quase diretamente. o que eu pensei que o BNH fosse fazer.

NM - Senhor Waldemar, além desse tipo de construção, os institutos foram responsáveis pela criação dos conjuntos habitacionais. IAPI mesmo é responsável por um dos maiores do Rio de Janeiro, que é o da Penha...

WL - Penha, Penha Circular, Del Castilho...

NM - Penha Circular, Del Castilho... Bem, esses conjuntos recebiam o morador a partir de que critério? E como é que era feita a parte assistencial desses moradores, desses previdenciários nesses conjuntos? Qual a preocupação dos institutos, no caso o IAPI, com esses moradores?

WL - A preocupação era uma preocupação social. O Instituto tinha o dinheiro dele, naquela época 6% era a taxa; então ninguém ficava com mais de 6%. Era até usura, havia uma lei contra isso, ninguém podia... Ia para cadeia, assim era o negócio. Então o Instituto com 6% estava com seu problema resolvido. O Instituto pegava. Então, naquela época, a Penha era um negócio quase deserto. Então ele pegou aquele terreno relativamente barato, grande, comprou por um preço muito bom, e depois planejou fazer aquele conjunto residencial. Para dar o exemplo que você conhece da Penha, o conjunto da Penha, por exemplo; construídas aquelas casas todas, quando terminou a construção, então foi aberta inscrição entre os trabalhadores na indústria. A parte do IAPC, quando fazia era a mesma coisa, havia aquela inscrição. A inscrição levava em consideração o número de filhos, os dependentes; essa era marca principal. Atendia ao que eles defendiam. E o aluguel era relativamente barato, muito barato porque o Instituto queria apenas... O serviço atuarial sabia, tinha consciência de que o dinheiro estava bem empregado ali. Então não tinha preocupação em tirar proveito daquilo, queria se ressarcir apenas dos 6%, o que dava uma facilidade muito grande, favorecia muito a classe trabalhadora; 6% era o mínimo que se podia, que ficava muito diluído. Então, tinham apartamentos que o sujeito pagava doze, cinco, sete, oito, doze. O preço era assim; não me recordo. A coisa era pequena. Naquela época também era...

NM - E a parte assistencial desses conjuntos?

WL - Bom, a parte assistencial não foi prevista. Aliás, foi prevista, mas não foi aplicada imediatamente. Isso foi aos poucos; A parte assistencial se deu mais porque o Instituto aproveitou a área para construir ambulatórios, para construir a parte recreativa e entregar ao conjunto, aos moradores do conjunto. Por exemplo: na Penha tem o GREIPE. Não sei se vocês conhecem o GREIPE. Então foi feito aquilo ali que é a parte social, os trabalhadores não precisam sair.

NM - O que é o GREIPE?

WL - GREIPE é o Grêmio Recreativo dos Trabalhadores... não sei o quê da Penha. Eu não me recordo agora. Então era o GREIPE. Lá nós vivíamos... Eu, por exemplo, fui muito ao GREIPE, eu vivia. Eu fui morador da Penha também, logo quando começaram

aqueles conjuntos, aquela coisa toda, morei na Penha. Era do Conselho Fiscal; morei na Penha, entendeu? Um colosso para nós, uma colossidade, entende? Então, ali nós desenvolvíamos a nossa vida social. E logo perto, quando se queria ir ao Instituto, havia uma doença, qualquer coisa, tinha um ambulatório logo perto. Para você ver, tinham os ambulatórios logo perto. Isso em todos os conjuntos residenciais.

NM - Em que consistia essa vida social dos conjuntos?

WL - Essa vida social dos conjuntos consistia numa aproximação muito interessante entre os moradores, naquela vizinhança... Então, ali nós fazíamos as nossas reuniões para as reivindicações. As nossas reuniões, as festas de carnaval, as festas, todo tipo de festas que havia, a comunidade se reunia e ficava por ali. Ainda hoje, não sei hoje como é que está, mas sempre o nosso objetivo foi unir os moradores do conjunto num só objetivo: aquele objetivo de ficarmos todos ali, fazendo uma boa vizinhança.

NM - Por exemplo, o caso do Primeiro de Maio, recebia algum tratamento especial nesses conjuntos?

WL - O Primeiro de Maio recebia. Mas o primeiro de maio sempre foi comemorado de uma maneira maior: havia a preocupação do governo, naquela época, de promover sempre o primeiro de maio num ambiente mais livre, mais amplo. Era o caso do Estádio de São Januário, que naquela época era o estádio melhor que havia aqui. Então, o governo fazia aquela manifestação, aquela reunião de massa. Sempre foi feito assim em todos os estados. Em Pernambuco, por exemplo, Agamenon fazia aquele tipo de reunião, uma só reunião, uma espécie de um comício, onde naturalmente o governo vendia o seu peixe lá na época.

MC - Mas isso era na época do Estado Novo, não era?

WL - Do Estado Novo.

MC - E depois?

WL - Depois, os trabalhadores continuaram fazendo suas festas nos sindicatos. Você sabe, mas há vinte e tantos anos que não se faz festa nenhuma, no Primeiro de maio. As festas aí, os trabalhadores não têm entusiasmo, e vem aquele velho problema que eu já falei a vocês anteriormente, aquele problema que o pessoal apelidava de pelegagem, eram aqueles elementos que não se interessavam em fazer coisa nenhuma, se elegiam. Aqui eles se protegiam pelo Ministério do Trabalho através de suas delegacias regionais. Mas, tem aquela ressalva, os trabalhadores tiveram culpa, não estavam...

Interrupção na gravação

WL - Os trabalhadores - tem aquela ressalva - os trabalhadores tiveram uma certa culpa nisso. Porque hoje os trabalhadores estão mais organizados, mais politizados, eles hoje vão ao sindicato. Então não iam ao sindicato, não queriam pagar sindicato, não queriam pagar a Previdência. Foi uma guerra para pagar a Previdência; se escondiam. O fiscal da

Previdência chegava, eles corriam para o fundo do quintal do patrão. Sou daquela época. Até que hoje há uma consciência, os trabalhadores já, inclusive, fazem questão: "Olha, eu quero que desconte a Previdência Social" Os trabalhadores hoje estão assim. Mas outrora era completamente diferente, não queriam pagar.

MC - Seu Waldemar, eu gostaria de voltar um pouco, lembrar um pouco o congresso de 1953, dos trabalhadores de 1953.

LO - O senhor participou do congresso preparatório no Rio de Janeiro, ainda no início de 1953? O Congresso do Rio de Janeiro de Assistência Social?

WL - Ah, participei. Fui um dos participantes.

LO - Festa Guanabara, não?

WL - Não, o I Congresso dos Trabalhadores, I Congresso da Previdência Social em 1953.

LO - Mas, houve antes, no início do ano - esse foi o congresso no final do ano, o I Congresso dos Trabalhadores?

WL - Em agosto.

LO - É, em agosto, exato. Houve no início do ano um Congresso Preparatório dos Trabalhadores do Distrito Federal. O senhor chegou a participar desse Congresso Preparatório?

WL - Não, esses congressos preparatórios eram realizados em todos os estados e, o Distrito Federal, como ia participar e eleger seus representantes, fez no início do ano o seu congresso preparatório. Eu não participei. Eu estava participando no âmbito nacional.

MC - Quem é que organizou o congresso de 1953, o I Congresso dos Trabalhadores da Previdência Social?

WL - O congresso, o primeiro Congresso foi organizado por Elias Adaime. Como eu falei, ele veio como assessor do Pedro Moacir, e ficou muito entusiasmado com a Previdência Social, e então pediu a nossa colaboração porque nós tínhamos muito relacionamento com os trabalhadores e pediu a nossa colaboração, nós fizemos uma composição e dali começamos a trabalhar. E todos os trabalhadores se incorporaram. Adaime ficou até como presidente do congresso.

MC - O Elias Adaime, naquela época era deputado federal pelo PTB.

WL - Não, não era, não. Ele era assessor do Pedro Moacir. Depois de assessor do Pedro Moacir, quer dizer, ele entusiasmou-se e fez esse congresso conosco. Depois desse congresso é que ele foi para Santa Catarina e se elegeu deputado.

MC - Eu fiz uma confusão de informação porque o Pedro ficou de...

WL - Não, eu estou seguro.

MC - O senhor está seguro...

WL - Seguro, absolutamente seguro porque foi junto conosco que...

MC - Parece que o Ministério do Trabalho teve grande participação nesses congressos. O senhor se lembra disso?

WL - Recordo-me! Recordo-me.

NM - Como é que se dava essa participação?

WL - Essa participação se dava porque naquela época o favorecimento, no bom sentido. Por exemplo, um auditório, a facilidade, a presença do pessoal, por exemplo, do delegado, o interesse dos delegados do trabalho, a presença do ministro, tudo isso foi muito importante, tudo ajudou.

MC - Sei. Parece que houve muitas denúncias na época sobre a utilização do dinheiro público na organização desse congresso, principalmente do imposto sindical. O que é que o senhor acha?

WL - Não, não me consta. O congresso foi completamente independente do imposto sindical, completamente independente.

Fita 3 - Lado B

MC - Essa época é também do I Congresso dos Trabalhadores?

WL - Não, essa é sobre imposto sindical. Eu como um dos participantes e um dos organizadores daquele congresso, não vi favorecimento nenhum, apenas o que ocorreu, como era natural naquela oportunidade. Você sabe que o imposto sindical sempre foi um dinheiro manipulado pelo governo, ainda hoje é manipulado. O que ocorreu naquela ocasião foi só o Ministro do Trabalho ter proporcionado aos trabalhadores nacionais, ajudado com hospedagem, ajudado com refeição outros. Foi o que ocorreu. Que houvesse dinheiro, manipulação de dinheiro, não me consta.

MC - Senhor Waldemar, gostaria de saber qual a sua opinião sobre o seguinte fato: No congresso de 1953 não foi aprovada a unificação da Previdência Social? Por que?

WL - Porque naquela época havia uma luta muito grande. Os ferroviários tinham uma legislação especial, invejável. Os bancários tinham uma posição muito melhor do que a posição dos industriários. O próprio IAPETC já dava determinada assistência porque aqueles trabalhadores no cais, eles trabalhavam muito martirizados, havia muito acidente. Então, em virtude do acidente de trabalho, que o próprio Instituto bancava o acidente de trabalho, era obrigado a dar aquela assistência, mas aquela assistência não era uma assistência médica dada pelo Instituto, era uma assistência médica dada em virtude dele

bancar, e muito certamente, o seguro. Ele mesmo bancava o seguro, o IAPTEC. Então havia vantagem para uns e desvantagem para outros. O IAPI patrocinava naquela época e era 50%, então não tinham tantos benefícios como os outros. Os bancários não pagavam fiscalização, não precisavam de fiscal, o banco mesmo descontava o pessoal. Era uma economia muito boa. Uma classe que dificilmente... Quer dizer, não vou dizer que era uma classe rica, mas era uma classe que estava em uma situação melhor do que qualquer operário braçal. Então houve essa incompatibilidade, só por isso, porque havia legislação diversa para cada Instituto.

MC - O senhor quer dizer que alguns IAPIs não queriam abrir mão dos seus privilégios, é isso?

WL - Os próprios trabalhadores.

MC - Não queriam abrir mão dos seus privilégios?

WL -Exato, exato.

MC - Outra coisa que eu gostaria de saber, é o seguinte: Por que o congresso de 1953 - o que a literatura coloca sobre o tema - a questão da assistência médica foi tão pouco realçada?

WL - Porque não se cogitava da assistência médica. Naquela época e ainda hoje fazem o possível para evitar que a Previdência Social seja discutida como deveria ser; discutida em razão dos interesses da classe trabalhadora. Então havia os assessores. Os assessores queriam trabalhar menos. Os assessores não tinham o menor interesse pelo desenvolvimento de uma política mais arejada para os trabalhadores, uma série de coisas. E eles atuavam junto de tais presidentes que vinham de dentro do colete do Presidente da República; influíam muito. Então nós tínhamos uma dificuldade muito grande. Eu era membro do Conselho Fiscal do Instituto dos Industriários e tinha dificuldade como representante eleito dos trabalhadores. E eu fui eleito até numa posição muito boa; tive 92% da votação, uma votação quase unânime que eu tive nesse país. Quer dizer, tinha dificuldade. Vinha um presidente qualquer, ele dizia logo: "Isso aqui é administração. Vocês são lá do Conselho. A administração é nossa; nós é que vamos fazer a administração." Quer dizer, havia sempre esse atrito. Havia sempre essa crise. Mas eles não diziam isso por não saberem que era assim, não. Era porque os assessores que estavam lá e que estavam levando vantagem, fazendo política pessoal, compreendeu, tirando vantagens, não deixaram que se fizesse nada pelos trabalhadores.

MC - Pelo que eu estou entendendo, o que o senhor está dizendo é que a questão da assistência médica não fez parte das discussões centrais porque os assessores desviavam essa questão?

WL - Desviavam, não se interessavam por isso, baseado ainda naquele argumento muito sério de que o Instituto era um instituto de pensões e de aposentadoria. E então nossos argumentos eram insuficientes.

MC - Outra questão que eu gostaria de perguntar ao senhor é a seguinte: por que a questão do trabalhador rural quase não foi levantada nesse congresso?

WL - Porque mesmo na indústria havia um atraso muito grande naquela época, e eu acabei de dizer aqui que os trabalhadores fugiam de pagar a Previdência Social, não queriam saber de Previdência Social, achavam que era um roubo a Previdência Social, essa era a ideia. Então, o patrão que tinha o interesse de não pagar a Previdência Social pegava esses operários assim: quando chegava um fiscal da Previdência Social, eles mandavam pela porta dos fundos o pessoal se esconder. Essa coisa assim, não havia ninguém. Quer dizer, a própria indústria estava assim. Você pode imaginar como estava o pessoal do campo, desorganizado; nessa época, nem se falava.

LO - Da atuação do Elias Adaime, o senhor tem alguma coisa a dizer?

MC - Não, do Elias Adaime, ele apareceu porque estava no Congresso como presidente. Mas, o Elias Adaime não era nem ligado à classe trabalhadora. E eu disse até da origem de como foi que ele apareceu, já deixei aqui claro como foi. Agora, eu fico assim pensando: não foi dos congressos mais importantes que nós tivemos. Foi o início, foi o congresso, o que devia se fazer e tal, participar os trabalhadores, foi muito interessante. Foi o início de um trabalho... Mas outros congressos vieram que foram aprofundando, aprofundando...

MC - Na época do congresso de 1953 houve muita contestação por parte dos trabalhadores da direção por não ter presença dos trabalhadores. O senhor se lembra que logo no início, o que mais se discutiu foi a presença do Elias Adaime secretariando a organização do congresso?

WL - Os trabalhadores achavam o seguinte: Elias Adaime não sendo da classe trabalhadora, a origem dele não é origem proletária nem de coisa nenhuma. Então, ele não tinha condições de apresentar-se como um elemento líder sindical. E Elias Adaime foi o elemento utilizado naquela oportunidade, me desculpe dizer, é muito meu amigo, mas utilizado que eu digo, no bom sentido; utilizado porque todo tipo de reunião que se fizesse para discutir um assunto desse tipo era importante. E principalmente, quando se discutia um assunto que as autoridades estavam interessadas em tomar conhecimento. Então, se os trabalhadores tinham dificuldade de mostrar os seus problemas, se apareceu um ensejo e ele ensejou isso, ensejou, brigou, lutou, trouxe as autoridades para prestigiar o congresso, essa coisa toda. Isso foi importante. Foi um passo importante.

MC - Quando o senhor diz autoridades, quais autoridades?

WL - Ministeriais, governamentais.

MC - Porque nessa época, é uma época em que há uma passagem, uma mudança no Ministério do Trabalho, até julho de 1953 e Segadas Viana era o ministro, depois muda para o João Goulart. O senhor se lembra dessa passagem, o que houve de mudanças nesse período?

WL - Eu não me recordo muito dessa mudança, não. Porque está muito distante, está muito distante, não me recordo assim.

MC - Quando o senhor coloca a questão de que houve outros congressos...

WL - Agora eu vejo uma coisa, desculpe eu lhe dizer, eu vejo. Desde o início que verifico que vocês estão lendo esse congresso, sempre falando naquele congresso de 1953, como se tivesse sido o marco, uma coisa fundamental. Ele realmente foi uma coisa fundamental, mas, outros congressos, por exemplo, o IAPI, ele realizava os seus congressos anualmente; grandes congressos, entendeu, onde os trabalhadores se manifestavam. E era assim o congresso: o pessoal era eleito lá e no sindicato, na base. Era eleito, vinha o representante dos sindicatos. Porque nós achávamos que o representante da federação, a federação ficava querendo representar todo mundo. Nós achávamos e achamos ainda hoje, que a representação legítima é quando vinha da base, do sindicato. Tanto o pessoal briga por lá... Então quem tiver mais votos é que vem. Então esse é o representante legítimo. Ele vem com [...] do sindicato, compreendeu? Então ele vem trazendo aquelas reivindicações sentidas da classe trabalhadora. Era esse tipo de congresso que nós fazíamos, sempre. Agora, depois começamos a fazer depois. Depois que nós organizamos a CGT, foi um período muito interessante a partir de 1960, a partir de 1959. A partir de 1959 começamos a fazer vários congressos; congressos de trabalhistas, congressos onde todos os trabalhadores participavam e nós discutíamos todos os problemas. Foi aí que foi se esclarecendo mais a situação dos trabalhadores. Os trabalhadores foram aparecendo. Até que em 1960 os trabalhadores já estavam lutando para tomar conta da Confederação Nacional das Indústrias, a CNTI, dominada a vida toda, compreendeu, por determinados elementos que não representavam os trabalhadores. Mas ninguém podia ir lá porque havia uma lei. Havia uma lei e ninguém podia botá-lo para fora. Então, tivemos que fazer... orientar os trabalhadores - foi um trabalho muito penoso quando os trabalhadores começaram a brigar pelos sindicatos, mas se esqueciam que havia o representante junto à federação (o sindicato tem a diretoria e tem representante junto à federação). Então, a pelegada fazia o seguinte: quando a pelegada verificou que ia perder os sindicatos, partiu para as federações. Então não fazia questão do sindicato, fazia questão de ser eleito representante junto à federação. Então se enquistaram nas federações; foi um horror. Os trabalhadores já sabendo disso tudo, depois de organizado direitinho, começaram a lutar também pela representação junto às federações. Aí foi possível nós tomarmos a Confederação Nacional da Indústria; foi aí que entrou o Viana. Mas era uma coisa discutida, que os companheiros se reuniam e então diziam: "Bom, então, vamos ver. Aquela época nos congressos, como é que vai ser, o companheiro mais ativo..." Por exemplo, o Viana. O Viana era um companheirão, um companheiro, um belíssimo companheiro. Lutador, como eu não conheço outro. O Pellacani também surgiu assim, de imediato. O Pellacani. Eram trabalhadores que vieram da base, da base. Trabalhadores que vieram da base. Então esse pessoal teve uma grande dificuldade esse Diocleciano - não sei se vocês já ouviram falar - Diocleciano de Holanda e outros elementos, não saíam de jeito nenhum da CNTI. Não saíram.

MC - O senhor está contrapondo o congresso de 1953 a outros congressos que o IAPI fez. Eu gostaria que o senhor...

WL - O IAPI e os trabalhadores de um modo geral também. Que o IAPI é restrito ao pessoal da indústria.

MC - Sim. Eu gostaria que o senhor colocasse quais eram as questões mais importantes debatidas nos congressos do IAPI.

WL - Do IAPI era a Previdência Social, sistema de benefícios, todo tipo de reclamação que se debatia.

MC - Quais eram essas reclamações?

WL - A reclamação é falta, é o benefício. Porque o trabalhador, o Instituto é um instituto de aposentadorias e pensões. Mas quando o associado adoecia, o Instituto dava um benefício, um pecúlio. Mas, para dar esse benefício, o instituto tinha que submeter esse associado a um exame prévio. Mas, o associado precisava estar bem doente mesmo, não poder se locomover para receber o benefício. Você sabe que não é necessário que o camarada esteja em cima de uma cama para não poder trabalhar. Ai desses! Ele está andando, mas não pode trabalhar. Então essa é uma de nossas queixas, as grandes queixas que havia. Então nós queríamos um atendimento melhor para esse tipo de concessão de benefícios.

MC - É o que se coloca: que vendo o congresso de 1953 e os congressos do IAPI, ou pelo menos alguns deles, o que se vê é que parece que os congressos do IAPI não eram congressos muito politizados, não? O senhor concorda com isso?

WL - Eu concordo, eu concordo. Era um congresso... Era congresso exclusivamente destinado à política previdenciária.

MC - O Congresso de 1953 também era um congresso destinado a isso. Mas a gente coloca isso, por exemplo: uma questão para o Congresso de 1953 eram os trabalhadores participarem das administrações da Previdência. E nos congressos do IAPI, essa questão não era muito...

WL - Era, era frequentemente questionada. Só que os governos não atendiam, pura e simplesmente. E nós não tínhamos criado uma situação, como criamos em 1960, capaz de fazer com que o governo aceitasse o nosso ponto de vista. Porque a pressão foi muito grande junto ao congresso. Nós, trabalhadores, fizemos uma pressão brutal junto ao congresso, para conseguir a Lei Orgânica da Previdência Social. Que o governo, por si só, não ia aceitar, ninguém dá de mão beijada uma coisa dessas. Previdência Social é uma coisa extraordinária que você não tem a menor ideia do que é isso. Então eles achavam que nós trabalhadores, com a Previdência Social na mão, as coisas modificariam muito. Por exemplo, se nós tivemos a Previdência Social na mão hoje, o rumo da Constituinte seria outro, seria completamente diferente.

MC - Mas, por quê? Por que seria outro?

WL - Porque os trabalhadores teriam mais apoio político. Bastaria essa máquina da Previdência Social sair das mãos dos políticos profissionais para os trabalhadores terem mais chance.

MC - Então, o senhor considera a Previdência Social uma ótima máquina para eleger pessoas?

WL - Não vou dizer assim, eu queria dizer, se eu aceitasse isso como verdadeiro, eu iria dizer que os trabalhadores iriam se aproveitar dessa máquina para fazer política. Não é bem isso. Os trabalhadores apenas não teriam essa máquina contra eles.

MC - Teriam a favor.

WL - Teriam a favor, evidentemente. Ou, pelo menos, essa máquina neutra já era uma vantagem. Qualquer trabalhador já teria ficado em pé de igualdade com outro elemento que está lá explorando isso politicamente; explorou a vida toda.

MC - Senhor Waldemar, a que o senhor atribui a LOPS ter caminhado durante treze anos até ser aprovada?

WL - A LOPS não caminhou treze anos.

MC - A Lei? A Lei Orgânica?

WL - Não, a Lei Orgânica do Aluísio que ficou durante muito tempo no Congresso sem ir adiante. Você quer chamar isso de LOPS? Está certo. Aí vamos lá, vamos aceitar. Nós não achamos que seja isso...

LO - Ele talvez chame de LOPS, porque foi justamente o Aluísio Alves que colocou a Lei Orgânica a questão da participação dos trabalhadores.

WL - Não! Não, não, não, não...

LO - A UDN...

WL - Não havia, eu tenho isso inclusive, não havia. O que houve foi uma uniformização da legislação. Nem se falava em participação. A participação fomos nós que lutamos por ela.

MC - Sim...

WL - É um equívoco. Precisa acabar de uma vez com isso. A Lei Orgânica, que se falava de Aluísio Alves, nem pensava nisso. Mas não tinha uma palavra só que tratasse da participação dos empregados e dos empregadores na Previdência Social.

MC - Mas, o que gostaria de saber é por que foi tão lenta a aprovação da LOPS? Que razões levaram a essa lentidão, que desde que...

WL - Você me pergunta a LOPS que você... A lei do Aluísio Alves que você está falando?

MC - Sim, porque mesmo que ela não seja, ela não seja...

WL - Espera aí. Eu sei, eu vou lhe explicar. Nesse instante você me perguntou aqui as razões pelas quais nos congressos não se lutava por uma melhor assistência médica, essa coisa toda, e eu disse que os presidentes eram assessorados por elementos de lá que não quiseram ceder coisa nenhuma. Então isso significou que dos institutos, cada Instituto tinha os seus regulamentos. Vou dar um exemplo: - só questão de pessoal - no Instituto dos Industriários o pessoal tinha além dos ordenados bienais, uma gratificação. De dois em dois anos chamavam-se bienais.

MC - Quem trabalhava no Instituto?

WL - Quem trabalhava no Instituto. Já o outro Instituto não tinha, era uma modalidade diferente. Então, cada um queria ficar, lutar, brigar para manter o seu regime. Foi isso só. E a lei do Aluísio Alves uniformizava.

MC - O senhor considera que isso era um avanço para...

WL - Ah, o quê?

MC - A unificação...

WL - Ah, era. Evidente que era.

MC - Então, nesse momento o senhor acha que era um embrião?

WL - Era, foi um embrião.

MC - Então por que desse embrião até a aprovação da LOPS, da Lei Orgânica, não é?

WL - Da participação!

MC - É, da participação. Por que demorou tanto tempo? O senhor considera que demorou muito tempo?

WL - Não. Demorou - eu acabei de explicar nesse instante - porque os interessados, havia em cada Instituto uma legislação própria, que favorecia os funcionários ali, aqui e acolá. Então eles não queriam uniformização. O presidente estava no Instituto, chegava o grupo, ia logo adulá-lo, fazia aquele circo, aquela coisa toda, ele não entendia de nada; não entendia de coisa nenhuma. O maior prejuízo para a classe trabalhadora é se colocar elementos na Previdência Social sem entender de Previdência. Porque vai fazer exatamente o que aquele pessoal que está ali em torno quer. Ele fica rodeado e vai discutir com você que ele é que está certo. Depois ele vai discutir. Tem muitos presidentes aí que andam discutindo, baseado na cabeça feita dos elementos lá.

MC - Na última entrevista, o senhor fez uma série de críticas à UDN. Eu gostaria de saber o seguinte: se no projeto do Aluísio Alves, na questão da uniformização era um avanço; o Aluísio Alves era um deputado da UDN, como é que o senhor entende isso aí, como é que me explica?

WL - Olha, a... a restrição que eu fiz à UDN era uma restrição que os trabalhadores nacionais que eram apelidados de getulistas, e eram getulistas também, entendiam que não podiam tolerar aquele trabalho da UDN porque, anteriormente, antes da Lei da Consolidação das Leis do Trabalho, não havia nada. Não havia férias, não havia horário de trabalho, não havia nada. Então, a Consolidação das Leis do Trabalho trouxe tudo isso. Então, quem lutava contra isso era a UDN; foi isso que eu disse; foi a restrição que eu fiz à UDN. Mas, eu vou lhe dizer uma coisa: eu, por exemplo, que andei muito às voltas no Congresso, fiquei conhecido, e fiquei lá com todos os parlamentares. O Carlos Lacerda por ocasião da Lei Orgânica da Previdência Social, era o líder da UDN. Eu fui ao Carlos Lacerda, ele imediatamente deu todo apoio, a UDN votou em peso pela Lei Orgânica da Previdência Social, com a participação de empregados e empregadores. Eu não tenho esse tipo de prevenção. Agora, fala a verdade, porque não é possível que você hoje, a pretexto de querer fazer qualquer coisa, você então indiretamente venha... Sim nós estamos entendendo: não tínhamos horário de trabalho, naquela época trabalhávamos... Anteriormente trabalhávamos 18 horas, 15 horas, 12 horas. Ninguém trabalhava oito horas naquela época, compreendeu? Então veio um negócio limitando, embora não houvesse fiscalização, e muita gente continuasse trabalhando fora de fiscalização, mas a verdade é que havia aquela lei. Lá em Pernambuco, eu, naquela ocasião, estava em Pernambuco e sei perfeitamente que os Lundgren financiavam. Catende, que era o maior usineiro do Estado financiava quando a UDN chegava lá, o grupo da UDN que vinha daqui, aquele negócio nacional; quando chegava, já sabe, se hospedava nos melhores hotéis, era tudo financiado por eles. Agora, iam para a tribuna dizer uma lei fascista dessa e tal... Nós estávamos na UDN. A lei fascista, mas tinha alguma coisa; eles queriam que não houvesse essa lei. Foi restrição que eu fiz à UDN, só. Agora, eu por exemplo, tenho muitos amigos na UDN, muitos amigos, tenho amigos de todos os partidos, eu tenho, e sei respeitar determinadas pessoas. Por exemplo, eu dou esse depoimento: o Carlos Lacerda nos ajudou e a UDN daquela época nos ajudou, foi em peso, unânime a UDN nos apoiar.

NM - Ele apoiou por questão estratégica ou por uma questão de crença que isso iria valorizar a situação do trabalhador?

WL - Não foi uma coisa nem outra. Ele apoiou unicamente porque estava na oposição; a UDN estava na oposição na época. E, como eu disse, a Previdência Social é um peso, elege, compreendeu? E ele, o pessoal da UDN, principalmente o Carlos Lacerda, verificou que tirando isso das mãos do governo, então ficava pau a pau: a UDN com o PSD.

MC - Eu gostaria que o senhor desenvolvesse mais essa ideia de que a Previdência Social é uma máquina, principalmente nesse período da década de 1950, em que o PTB é o partido que está incrustado na Previdência?

WL - Não. Começa logo por nomeações, começa logo por nomeações. Se você, hoje, já é um pouco mais difícil até, porque tenho sempre dito aqui que os trabalhadores de hoje não são os trabalhadores de ontem. Você me perguntou porque os trabalhadores do campo não se manifestavam, eu lhe expliquei porque eles não se manifestavam. Porque estavam, coitados, abandonados sem liderança, sem esclarecimento nenhum. Os próprios trabalhadores da indústria e do comércio fugiam de qualquer luta, como não queriam saber dessa coisa. Então você me pergunta agora o quê?

MC - Como é que se dava essa relação entre o PTB e a Previdência?

WL - Então, havia o seguinte: a Previdência estava com os seus [...] problemas, ainda estava. Então o que e que se fazia? Se nomeava o presidente do Instituto. O presidente do Instituto podia nomear à vontade. Então, pegava aqueles trabalhadores, coitadinhos, precisando benefícios, só para atender melhor; eles já levavam vantagem. Se ele pegasse, o político pegava um camarada inteligente, que ficava no setor especial de benefício, ou setor qualquer aí. Mesmo sem fazer falcatrua nem coisa nenhuma, só dando atendimento especial, já dava vantagem ao partido. Você compreendeu? E isso se dava em todos os estados de grande escala.

MC - O senhor se lembra, na época, em qual Instituto ficava mais clara essa relação? Essa relação de empreguismo, de privilegiamento?

WL - Bom, em quase todos os institutos, todos eles.

MC - Mesmo o IAPI?

WL - Mesmo o IAPI. O IAPI era o que utilizava.

Fita 4 – Lado A

MC - Mesmo o IAPI?

WL - O IAPI também, talvez em escala um pouquinho menor, mas, também. Agora, nós tivemos, hoje devem estar aposentados, numerosos funcionários do IAPTC, IAPM, IAPC, assim, em concurso. O Instituto ainda tinha aquele regime de concurso. Quando começou a dar assistência médica é que ele escapuliu, começou nomeando, essa coisa toda e tal. O Instituto chegou, quando eu fui presidente do Instituto dos Industriários, o quadro do Instituto era de nove mil, em torno de nove mil funcionários. Então nós tínhamos três mil e poucos funcionários. Exatamente no momento que tinha sido aprovada a Lei Orgânica da Previdência Social, criando-se mais secretarias para atender os trabalhadores, criando-se as juntas de recursos, criando-se uma série de coisas, dando auxílio também ao DNPS[*], que teve que ter mais ação, essa coisa toda. Exatamente nesse momento não se podia... Eu, por exemplo, recebi alguns telegramas, que até há pouco tempo eu tinha guardado, telegramas de funcionários do Rio Grande do Sul e outros estados também, que reclamavam que às vezes, para fazer as necessidades fisiológicas, o

[*] DNPS - Departamento Nacional de Previdência Social.

funcionário tinha que pedir licença ao pessoal, botar o pessoal na rua, da agência, descer as portas. Ia lá dentro, depois abria as portas. Eu recebi telegrama nesse sentido. E a nossa inspetoria ia lá e via. Eu recebia numerosas reclamações da inspetoria nesse sentido. Falta de pessoal, não havia pessoal, compreendeu? Então foi preciso que se fizesse um documento do Presidente da República porque nós... Havia um crime! Que eu considero um crime! O DASP não abria inscrições para se fazer concurso. Quer dizer: parece que aquilo já era preparado para você ter necessidade de colocar os elementos lá! Não é? Porque, de acordo com a Lei 1711, o cidadão podia ser nomeado. Você podia ser nomeado para o Instituto naquela época. Só que trabalhava durante um ano. Depois de um ano você tinha que se submeter ao concurso. Se você não passasse no concurso você saía; já estava na lei isso. Mas o Congresso fazia o seguinte: o congresso que tinha interesse em colocar o pessoal, como você vê hoje aqui no estado, o Congresso chega e homologa aquilo. Quer dizer: no fim do ano sempre há uma reunião. Então se diz numa lei que os servidores que foram nomeados, nessa época, não sei o que e tal, ficou direito, vamos dizer assim, nessa função e tal... Então, pronto, abrange todo mundo. Isso foi feito sucessivas vezes, sucessivas oportunidades. Quer dizer, não se esperou que o pessoal fizesse o seu concurso dentro da Lei 1.711, compreendeu? Porque se obrigasse ao pessoal nomeado como interino, quer dizer, você vai fazer concurso, se você não passar, não tem problema. Por que se o administrador tem necessidade - eu tive necessidade, por exemplo, de funcionário, a minha necessidade não chegava ao ponto de querer botar elementos incapazes para o trabalho, compreendeu? Tinham, por exemplo, elementos para escriturário e tal, com o segundo, científico ou colegial, de modo geral eram elementos que tinham capacidade para fazer alguma coisa. Quando era um cargo um pouco melhor ele teria quer ter, pelo menos, um curso. Por exemplo: não podia entrar um procurador sem ser advogado, não podia entrar um estatístico sem ser estatístico, e assim por diante. Só para pequenos lugares é que entrava esse pessoal. Então, todos eles eram sujeitos à lei 1711, compreendeu? Já estavam cientes que iam trabalhar, mas sujeitos a concurso.

MC - Seu Waldemar, o senhor foi presidente do IAPI na época da direção colegiada.

WL - É verdade.

MC - Não é? E a direção colegiada foi uma luta intensa para os trabalhadores?

WL - Foi. Depois também com o apoio dos empregadores.

MC - Os empregadores também. Há uma série de colocações no sentido de considerar que, a partir do momento que houve a direção colegiada, aí a coisa piorou mesmo?

WL - Não, não.

MC - Foi aí que o empreguismo rolou.

WL - Não houve, absolutamente não houve, não houve mesmo. O que ocorreu na Previdência Social, eu acabei de dizer agora sem que você me perguntasse: veio a Lei Orgânica da Previdência Social, com os novos órgãos, cada um consciente à lei que criou novos órgãos, e criou, inclusive, o DNPS. Então, isso aí são os inimigos, os elementos

que querem colocar, fazer empreguismo a vida toda sem dar satisfação a ninguém. O que ocorreu foi o seguinte: naquela época havia falta absoluta de pessoal. Então, se colocou o pessoal para preenchimento de cargo e para eles serem submetidos - o DNPS estava lá fiscalizando tudo - ao concurso. Agora, o DASP* não fez concurso. E o Congresso chegava e aprovava todo mundo e... Foi o que aconteceu!

MC - Com a direção colegiada não aumentou a política dentro da Previdência, não, a política enquanto politicagem?

WL - Que eu saiba não. Porque essa foi a razão principal; porque os políticos não desejavam que houvesse o regime colegiado. Por que se os operários quisessem fazer política os patrões não, não admitiam de jeito nenhum. Eles achavam que era o dinheiro deles que estava lá dentro; eles não iam permitir. Então, eles eram sempre solidários com aquilo que fosse melhor. Se o governo queria fazer política, nem patrão nem empregado aceitava. Então, foi um regime equilibrado, foi um regime em que não ocorreram esses fatos.

MC - Os IAPs, eles começaram como autarquias. Parece que no governo Dutra houve uma intervenção do governo nos IAPs e transformou os funcionários dos IAPs em funcionários públicos.

WL - Bom, os funcionários do IAPI sempre foram funcionários autárquicos.

MC - Sempre?

WL - E hoje são, não é? Não me consta que haja nada em contrário, não. Todos os institutos.

LO - Senhor Waldemar, como se deu a transferência para Brasília, na implantação do sistema do Instituto em Brasília, do IAPI?

WL - Bom, aí não havia Lei Orgânica da Previdência Social. Nós estávamos lutando pela implantação da Lei Orgânica da Previdência Social, e o presidente do Instituto era não sei o quê Jucá. E o Jucá foi nomeado pelo Juscelino. Os institutos, principalmente o Instituto dos Industriários, colaborou muito, havia muitos recursos; porque eu já disse aqui anteriormente que nós tínhamos bastante recursos, tanto assim que nós aplicávamos os recursos para renda. Então, o Juscelino determinou que cada Instituto tivesse a sua cota. Então, cada um dos institutos teve que realizar obra lá, fazer conjuntos residenciais, fazer prédios para a administração do Instituto. Mas contribuíram muito. E a passagem se deu de uma maneira mais ou menos modesta. Por exemplo: Brasília não tinha nenhum hospital, então o IAPI foi obrigado a construir um hospital precário lá, de madeira; mandar seus médicos; foi o primeiro hospital, o hospital pioneiro que teve lá em Brasília. Então, começou num hospital. Esse hospital tinha o objetivo também de atender os trabalhadores que estavam lá. Eram industriários que estavam lá trabalhando. No começo eles eram poucos, depois vieram os comerciários, os bancários, mas o principal eram os

* DASP - Departamento de Administração do Serviço Público.

industriários. Esse foi o pretexto que se teve, o sistema médico lá em Brasília. E, naquela época, era só construção de casas, de residências. Agora, em seguida, foi construída a sede do Instituto, depois da sede do Instituto, o Instituto foi implantado afinal, em definitivo, lá.

NM - O que representou para o trabalhador, para o previdenciário, a criação do SAMDU*?

WL - A criação do SAMDU foi exatamente uma saída do governo para não atender aos trabalhadores nos seus reclames de assistência médica.

NM - Como assim?

WL - Porque os trabalhadores queriam sempre que os institutos dessem assistência médica. Esse assunto nós já tínhamos debatido aqui. Mas, o grupo que mandava, que liderava e tal, não aceitava. A pretexto, até tinha um termo que eles empregavam muito, que a assistência médica era um saco sem fundo, eles diziam. Então, não deram assistência médica. O governo se viu numa situação de dar uma assistência através de um outro órgão que era financiado pelos próprios institutos. O SAMDU era financiado pelos próprios institutos.

NM - Quem reagia eram os atuários? Essa resistência partia dos atuários?

WL - Ah, partia dos atuários. Os atuários achavam que para dar uma assistência médica necessariamente tinha que cobrar uma importância equivalente aos custos da assistência médica.

NM - E como funcionava para o trabalhador ligado ao IAPI que não tinha assistência médica, diferentemente do IAPB, do IAPETC, na década de 1950, o SAMDU?

WL - Como funcionava o quê?

NM - Como eles viam o SAMDU? Como o IAPI...

WL - Bom, os trabalhadores queriam - já foi perguntado aqui em outras palavras, qual foi a maior reivindicação dos trabalhadores previdenciários, e eu disse que sempre foi a assistência médica, que sempre foi um horror. O trabalhador sempre foi ludibriado, principalmente por isso. Por ocasião da política, os médicos atendiam os filhos dos trabalhadores e iam fazendo o seu cadastrozinho; o trabalhador adoecia e ia lá, ele fazia o seu cadastrozinho; quando era na hora de votar, eles cobravam. Aqui, nós tivemos, eu não quero falar, tem amigos meus que foram deputados, depois senadores, essa coisa toda, médicos que começaram assim.

MC - Quem?

---

* SAMDU - Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência.

WL - Não vou dizer.

NM - E o SAPS*?

WL - O SAPS foi uma maneira indireta de dar assistência aos trabalhadores também; uma assistência alimentar foi uma maneira. Mas não dava certo, porque era só nos grandes centros, não abrangia todos os trabalhadores. Aquilo foi política que, vamos dizer, tudo em benefícios dos trabalhadores a gente não pode condenar, mas, na minha opinião, deve se dar a todos, compreendeu, se possível, dar a todos, não a um grupo só. E eu sempre achei que o pessoal das grandes capitais eram os mais beneficiados; sempre foram os mais beneficiados.

NM - E por que eles eram os beneficiados?

WL - Porque eles lutavam mais. Eles eram mais organizados, eram mais politizados. Então, alcançavam com mais facilidade as coisas.

NM - O senhor foi assessor para assuntos de Previdência Social do Ministro João Batista Ramos?

WL - Sim.

NM - Qual foi o tipo de trabalho que o senhor desenvolveu na assessoria dele?

WL - O tipo de trabalho que eu desenvolvi na assessoria dele, na ocasião que ele era deputado, eu me tornei uma espécie de assessor dele. Mas o meu trabalho era no sentido de colocar reivindicações dos trabalhadores todos junto ao governo e vê-las aprovadas. Foi a minha preocupação. Os trabalhadores me apoiavam, inclusive nesse sentido, porque não podiam ir lá e nós estávamos ali, levávamos o que era dos trabalhadores e ele ia aceitando aquilo tudo.

NM - O senhor falou no DNPS...

WL - DNPS, Departamento Nacional de Previdência Social.

NM - O que foi o DNPS, qual a importância dele na década 1960?

WL - Ah, foi muito grande. No DNPS, como os presidentes dos institutos, o diretor era nomeado pelo Presidente da República, através do Ministro do Trabalho, assim como os presidentes das autarquias. Agora, o DNPS era o órgão maior, no papel, na lei, controlador de tudo. Mas tinha acima dele o Ministro. Muito bem, então, naquela época, o presidente do Instituto era ligado diretamente ao Presidente da República, não tinha nenhum problema. Às vezes, passava até por cima do ministro do Trabalho, compreendeu?

* SAPS - Serviço de Alimentação da Previdência Social.

Passava até por cima do ministro do Trabalho, era amigo pessoal do Presidente da República, e não dava a menor importância ao DNPS.

Mas, na década de 1960, quando se implantou a Lei Orgânica da Previdência Social, o DNPS teve a sua importância, porque o ministro do Trabalho era nomeado pelo Presidente da República, era o poder superior da Previdência Social. Mas, a lei dava a incumbência ao DNPS de controlar toda a Previdência Social! E, como era um órgão colegiado, com representantes dos empregados, dos empregadores e do governo, eles não abriam mão daquelas prerrogativas. De modo que, andando dentro da lei, que estava lá, o que estava na lei, praticava. E o ministro não podia interferir. Essa foi a grande vantagem. E os institutos, todos eles, obedeciam. Porque não tinham nada de ir lá para cima, porque não adiantava o Presidente da República chegar a dizer ao DNPS que não fizesse determinada coisa, não aplicasse determinada sanção ao presidente do instituto, ao colegiado, no caso, era o colegiado - não adiantava, pois ele estava ali, dentro da lei. Todas as contas iam para lá e tudo quanto se queria havia, vamos dizer, uma aplicação maior. O acordo, se excluía o DNPS, o DNPS achava que aquilo contrariava os interesses dos trabalhadores e não se fazia. Não tinha que se recorrer ao ministro, não dava. Ninguém recorria ao ministro.

MC - O senhor se lembra de alguma tensão na época em que o senhor foi presidente do IAPI, entre o Ministério do Trabalho e o Departamento Nacional de Previdência Social? De conflitos, o senhor se lembra de conflitos, na época, nos anos [19]60, entre o Departamento Nacional de Previdência Social e o Ministério do Trabalho?

WL - Eu não me recordo desses conflitos assim não, porque a lei esclarecia muito bem as prerrogativas do DNPS. E o DNPS andava dentro das prerrogativas e não havia ministro que tivesse coragem de mexer naquilo, não havia. Como não haverá quando a Lei Orgânica novamente entrar em pauta e for aprovada pelo Congresso, não haverá.

MC - Eu estou lhe perguntando isso porque na época que foi Ministro do Trabalho o senhor Almino Afonso, houve um conflito entre o Almino Afonso e o Dante Pellacani, tanto que o Almino Afonso criou um Conselho Nacional de Previdência Social...

WL - Não! Não houve isso...

MC - Houve.

WL - Não houve pelo seguinte: o Almino, quando entrou... O Almino, você sabe, é a tal história... Falar de Almino, a gente fica assim, não é? Mas, Almino tem aquela história de um camarada que... Fala-se muito no Brizola, mas não se vê o Almino. Fala-se muito de outros elementos, mas não se vê o outro e tal. Aquilo que nós conversamos particularmente ali. Mas, Almino apareceu como Ministro do Trabalho. Então, ele achava que o DNPS não deveria ter aquilo tudo, aquelas prerrogativas todas. Que ele fica no ar. Ele ficava sem ter o que fazer. E queria se imiscuir, mas não podia se imiscuir, que o Pellacani não deixava. O Pellacani era o presidente do DNPS, o diretor geral do DNPS. Um companheiro corajoso, teve o apoio de todo o colegiado. Não houve problema. Mas

ele, por temperamento, quem conhece Almino Afonso, sabe perfeitamente que ele gosta de estar atuando fortemente. Ele! Ele! Entendeu? Então esse era o problema.

MC - Senhor Waldemar, o senhor tinha dito anteriormente que a assistência médica, que se dizia na época, que a assistência médica nos institutos era um saco sem fundo.

WL - Não! Diziam!

MC - Diziam, não é? Diziam na época que a assistência médica era um saco sem fundo. Tanto o IAPM, como o IAPB e o IAPC tiveram uma tradição desde os anos [19]30, principalmente o IAPM e o IAPB, de assistência medica dentro do Instituto. Como é que o senhor explica...

WL - Eu explico dessa maneira...

MC - Comparando isso com o IAPI.

WL - Ah! As condições sociais dos trabalhadores ligados ao IAPI não são as mesmas condições dos trabalhadores bancários. Então, os bancários, por exemplo, ultimamente tinham melhor hospital, a melhor assistência, compreendeu, o pessoal não entrava em fila, nem em coisa nenhuma porque o número era relativamente pequeno, de gente que adoecia no meio bancário. Enquanto no IAPI era a massa! Toda doente. Essa é a diferença.

MC - Mas, no IAPM as pessoas também eram pobres, os marítimos eram, em geral, pobres.

WL - Não. Não. O IAPM era uma classe sempre melhor do que o IAPI. O IAPI e o IAPC eram os piores.

MC - Mas, parece que na época que o senhor foi Presidente do IAPI, o senhor teve uma série de conflitos com o pessoal do serviço atuarial? Não?

WL - Não. Não houve. Não houve. O que houve foi o seguinte: nós não podíamos compreender porque o Instituto, à guisa de dar benefícios, aposentadorias e pensões, não socorria os trabalhadores. Isso, eu sempre lutei pela assistência médica no Instituto. Mas, quando fui presidente do Instituto, me deparei com o problema que eu já conhecia e fui diretamente ao problema. O trabalhador adoecia, por exemplo, quando ele tinha qualquer problema cardíaco, ele recebia seis meses do médico. Já era uma norma. Ele ia se tratar por conta própria. Se ele tinha uma infiltração pulmonar, também recebia seis meses para se tratar. Mas os trabalhadores, naquela época, talvez ainda tenham alguns trabalhadores assim, não entendiam bem. Quando tinham uma infiltração pulmonar - alguns trabalhadores, coitados com infiltração pulmonar - achavam que aquilo era um alívio, era um colosso, deixavam de trabalhar seis meses. Aí coitados, em vez de se tratar, primeiro não podiam se tratar porque não tinham dinheiro. O dinheiro que recebiam - 70% do que recebiam - não dava. Com 100% não dava, ficou tuberculoso, imagina com 70. Já não dava. Ia para casa com aqueles 70. Então, ia fazer biscate, trabalhar mais na chuva, essa

coisa toda. Compreendeu? Era uma maneira que tinham de ganhar mais um pouquinho. Aqueles 70 eram um alívio, uma melhoria. Então, ali ganhavam mais um pouco. Como uma infiltração no pulmão não bota o camarada numa cama logo, ele começava até a fazer umas farras, alguma coisa, ia se complicando. Seis meses após, ele voltava sem ter feito nenhum tratamento, voltava ao médico. Aquela lesão estava mais profunda. Então, aí o médico já dava um ano para ele. Ele voltava. Depois de um ano ele já estava pior. Aí ele ia declinando, declinando. Já não podia mais trabalhar, já ia ficando ruim até a morte. Então, quando ele morria, o Instituto perdia a colaboração do associado e ficava mais com o ônus da pensão da família. Então eu levantei esse problema: por que não se recupera esse pessoal? Aí apresentei esse problema que não quero falar aqui, demoraria muito, mas em tese foi mais ou menos isso. Então, eu levantei o problema, reuni os médicos principais do Instituto, levantei o problema. Eles me deram razão, mas disseram: "Ah! Há essa norma aí, e tal." Eu digo: então, vamos mudar a norma. Vamos mudar a norma! Vamos contratar ambulatórios, sanatórios e vamos tentar recuperar essa gente! Porque recuperando nós vamos recuperar um contribuinte, vamos ficar livre de despesas amanhã. Permanente com a aposentadoria, com a pensão dos dependentes do pessoal. Todos acharam isso magnífico, então nós colocamos em prática lá no Instituto esse tipo de assistência médica, ambulatorial, sanatorial. Então, o associado estava com um problema no pulmão, ele imediatamente recebia medicação. E nós recuperamos muita gente.

NM - O senhor falou em contratar ambulatórios...

WL - Sanatórios!

NM - Contratar sanatórios! Por que o IAPI não preocupou em construí-los. O IAPETC tinha hospital, o IAPB tinha hospital, IAPC tinha diversos ambulatórios. Por que o IAPI não pensou em construí-los nesse momento?

WL - O IAPETC, eu já comecei a dizer aqui, dava uma assistência médica, que aparentemente parecia uma assistência médica do Instituto. Mas não era! Era uma assistência médica que dava o setor de acidentes de trabalho! Então, o setor de acidentes de trabalho era grande, muito grande no setor do IAPTEC, como um setor assim importante eles acharam que, em vez de pagar ambulatórios, eles construíram ambulatórios, porque o seguro foi uma guerra. E nós conseguimos também esse seguro para a Previdência Social. Conseguimos! A obrigatoriedade do seguro ser feito pelos institutos; aí aliviou. Aí é outra história. Mas, quero explicar que, naquela época, o o setor de acidentes de trabalho era bem remunerado! E no nosso caso, quem recebia eram as multinacionais, compreendeu? É que dava o seguro, as companhias de seguro, eram que faziam o seguro dos operários... Então, no caso, o IAPETC bancava. E para bancar teve que construir os seus hospitais. Construiu aquele da Avenida Presidente Vargas. Nós outros estados, outros, etc.

NM - E qual era o critério para contratar esses serviços?

WL - Quais serviços?

NM - Sanatoriais, ambulatoriais do IAPI?

WL - Era um contrato. Era um contrato por cada associado que fosse internado. O contrato eu não me lembro mais, mas era por associado. Associado, medicamentos, essa coisa toda, controlado ali. Então, no fim do mês, pagava aquele associado. Recuperamos muita gente. Teve gente com três meses, saiu do hospital sem nada no pulmão. Porque era internado.

NM - Nesse momento existia denúncias de mal atendimento médico...

WL - Não...

NM - Denúncias de fraudes.

WL - Não, ao contrário! Não, ao contrário! Eu, pelo menos, fui a alguns sanatórios e vi o tratamento que davam aos nossos segurados. Era um atendimento de primeira. Curicica, por exemplo, nós tínhamos, lá Petrópolis, viu? Sanatórios bons! Nós tínhamos interesse mesmo em recuperar nossos companheiros.

MC - Senhor Waldemar, o senhor acha... Qual a política que o senhor acha melhor! - que o senhor achava melhor, não é? A política de contrato de serviços ou a de construção de instalações médicas, hospitais, ambulatórios?

WL - Contratos civis.

MC - Por que?

WL - Porque hoje em dia, a prática está mostrando que nós já víamos naquela época. Hoje, infelizmente, desgraçadamente!

Fita 4 - Lado B

WL - É. É uma pergunta muito interessante.

Data: 16/07/1986

Fita 4 – Lado B
(continuação)

LO - Nós estamos com o Sr. Waldemar Luiz Alves, no dia 16 de julho de 1986, Marcos, Nilson e Luiz Otávio... Estamos dando continuidade à entrevista, continuando com a questão colocada anteriormente pelo Marcos, pedindo comparação entre os hospitais próprios da Previdência e a política de contratos com a Previdência. Senhor Waldemar, o senhor pode continuar...

WL - Na minha visão seria muito importante que as instituições da Previdência tivessem seus próprios... Mas, infelizmente, isso não deu certo em alguns casos. Não deu certo em alguns casos porque há uma disparidade muito grande no tratamento que se dá aos funcionários públicos e o tratamento que se dá aos trabalhadores sujeitos à legislação trabalhista. Então, quando se trata de um próprio do Instituto, os trabalhadores estão sujeitos aos estatutos dos funcionários. Às vezes são ligados à Consolidação das Leis do Trabalho, mas têm regalias especiais, e com pouco tempo eles conseguem - e está muito certo - a luta é no sentido de conseguir alguma coisa - e eles conseguem a efetivação. Não se vê um só empregado público, mesmo um varredor, que não venha amanhã reivindicar a efetivação. Agora, depois de efetivados, já sabe: o negócio, o patrão é o governo, então eles se sentem com o direito de trabalhar menos, não atender com aquela presteza que deveria atender... Se ele estivesse trabalhando para uma empresa particular, uma série de coisas que a nossa experiência já acumulou dados nesse sentido. Então, é com essa razão que eu acho que se deveria contratar as casas de saúde, os hospitais. Mais vantajoso para as instituições de Previdência Social. Podia até se perguntar: por que, então, se pagar o empregador, para ele manter a casa de saúde dele? De qualquer maneira eu respondo: é mais vantajoso, a prática já mostrou isso. No mínimo, há vantagem: o Instituto vai exigir do estabelecimento hospitalar o cumprimento do contrato, exigir o que for possível. E, de sua parte, o empregador, para não haver ruptura do contrato, é obrigado a exigir dos seus empregados. Se os empregados não estiverem a fim, ele demite os empregados. É só por essa razão. Mas se houvesse, na realidade, uma compreensão do pessoal que trabalha no serviço público - não estou censurando o pessoal do serviço público, de jeito nenhum. Estou mostrando que é mais fácil se dirigir um grupo sujeito à legislação trabalhista - trabalhando particularmente - do que um grupo que está já com estabilidade, com uma série de vantagens, e que fica sujeito, amparado de uma maneira que os trabalhadores não são amparados de jeito nenhum. A propósito disso eu tenho sempre uma opinião, sempre uma opinião, sempre tive uma opinião, à respeito do que é o funcionário - desculpe eu divagar um pouco sobre esse assunto -mas eu sempre tive um certo... Fiz sempre uma certa restrição a esse sistema. Então, eu vejo todo mundo, principalmente nas Forças Armadas: não querem o socialismo. Ninguém deseja o socialismo. Então, pergunto: o quê é que existe nas forças armadas, no meio do funcionalismo público? Não é o socialismo? Eles não têm um emprego, os seus empregos garantidos pelos Estado? Por que só o trabalhador braçal - o infeliz - fica pendurado nas mãos de maus empregadores? Essa é a pergunta que eu faço. Não entendo! Vejo um cidadão que chega e não quer o socialismo porque o Estado não pode ser o patrão! Mas é muito bom para eles! Eles trabalham as horas que querem, ficam lá naquele regime, tem uma série de garantias que o trabalhador sujeito à legislação trabalhista, sujeito às empresas privadas não têm. Então, é essa a minha... Sempre! Sempre defendi isso. Eu sempre defendi o socialismo. Agora, não pode é um grupo viver sem saber de onde vem o dinheiro, receber todo fim de mês, sem problema nenhum, receber suas vantagens, mais vantagens do que os outros, compreendeu? Aposentadoria... Não! As pensões, pelo menos... Há uma disparidade muito grande! O trabalhador, ele tem a sua aposentadoria. E se falece a família tem sua pensão. O máximo que o trabalhador pode conseguir, depois de uma luta muito grande com a Lei Orgânica da Previdência Social, 50% do que recebia o falecido chefe de família. E mais 10% - isso foi um trabalho que se fez - 10% para cada filho. Que pode chegar até a 90%. Mas isso foi um trabalho feito quase! Nem sei como! Uma verdadeira guerra para se conseguir! E, isso na realidade, é um negócio que dá muita despesa às

instituições sociais. Então, no serviço público é diferente! Completamente diferente. O militar, pelo menos, não tem nenhum problema! Se ele morre, a viúva fica recebendo toda vida. Se a viúva morre, ficam recebendo as filhas. E assim por diante. Casam, as filhas casam e ficam recebendo. E alto! Porque eles ganham bem! Eles ganham muito bem. É o ônus... Nem se fala sobre esse assunto! Não se fala porque se nós colocarmos um assunto desse tipo estamos, quem sabe, tentando subverter a ordem. O que não é justo. Eu quando defendi, como representante dos empregados, os trabalhadores na lei junto ao governo, por ocasião da Lei Orgânica da Previdência Social, eu aleguei muito isso: dois pesos e duas medidas. Então alegavam: "Não se pode dar salto! Salto tão alto... Vamos devagar e tal..." Mas, não é justo! A própria constituição estabelece: direitos iguais para todos. Então, mas isso não se vê. Os trabalhadores são relegados, os trabalhadores... Os trabalhadores sujeitos às empresas privadas são relegados. E vive essa luta, exatamente de quem se beneficia do socialismo, do dinheiro do Estado, pago pelo Estado, é que luta contra o socialismo. Quer dizer, eles estão lá dentro, e não querem que ninguém entre mais. Era essa ressalva que eu queria fazer, dentro do meu ponto de vista a respeito do pessoal sujeito à legislação trabalhista, e o pessoal sujeito à legislação do governo.

LO - O senhor é contra a estabilidade no emprego?

WL - Eu sou a favor. Sou a favor exatamente por isso. Eu acho que todos devem ter estabilidade. Sempre tivemos a estabilidade! Dez anos, depois de dez anos, já era grande coisa, porque hoje - veja só! - o funcionalismo com dois anos já tem estabilidade! Nós tínhamos estabilidade, os trabalhadores nas empresas privadas conseguiam estabilidade dez anos após. E assim mesmo, a revolução liquidou com esta estabilidade, com isso tudo. Não se tem estabilidade mais. Então não é possível. Porque a estabilidade é importante, que depois você é jovem, vocês são jovens aí, seguem um emprego, recebem aquela indenização, vão para outro emprego. Mas, depois dos 40, 45 vão ter dificuldade! Porque chega aquela meninada, mais corajosa... e tal... Eles desprezam muito a experiência, querem salários mais baixos... Você, por exemplo, se está num lugar, tem mais experiência, vai vender o seu trabalho mais caro. Compreendeu? O outro que está entrando agora, vende o trabalho mais barato. Então eu sou a favor da estabilidade.

LO - Mas, senhor Waldemar, o senhor colocou como um grande empecilho à política dos institutos, à política pública, a questão da pouca produtividade devido à estabilidade do trabalhador.

WL - Não! Devido à garantia que eles têm, especial, que eles não compreendem. Que eles não compreendem. Nós vemos que tem trabalhadores, porque têm estabilidade... Precisaria se fazer um trabalho de conscientização também. Isso não se faz. A mesma coisa de que se fala hoje, que há problemas na vida atual, de assalto, dessas coisas todas por aí afora, mas em vez de se fazer um trabalho daquele, os órgãos de imprensa deveriam estar educando o pessoal. Por exemplo: o que perderia um professor, na sua aula, de tirar cinco minutos, diariamente, e falar aos alunos? Para dar um exemplo, falar aos alunos que quando eles encontrassem um papelinho [sic] na rua, colocassem numa caixinha daquela de coleta de lixo. Se ele falar isso para o aluno diariamente, então o resultado é que forma, vai formando, o menino já vai ficar preparado. Vai procurar a latinha do lixo. Mas não fazer isso. Isso é um exemplo muito estúpido que eu estou apresentando. Mas, para ver

se esses órgãos de imprensa que nós temos aí começassem conduzindo o pessoal, mostrando que não é bom fazer aquilo. Mas, não! Hoje a coisa está de tal maneira, que eu não sei se vocês são pais, mas os pais não conduzem mais os filhos, que as meninas dizem hoje: "Não! Eu sou reprimida. Eu sou reprimida, não sei o quê e tal..." E depois, vê essa menina chorando por aí, porque foi reprimida, deixou de ser reprimida. Então, essa coisa é muito séria. Então, o que eu acho, respondendo objetivamente à sua pergunta, eu acho o seguinte: quando o funcionário, sem consciência, sem consciência, verifica que é estável, que não pode ser mais demitido, ele então não trata mais as coisas como ele tratava antes. Porque queria ficar no emprego e tal. Então, na empresa privada, como não tem estabilidade, ele fica com medo de sair do emprego, quando é da empresa estatal, não. Aí ele sabe que não tem nenhum problema. Pode vir um aviso, uma advertência, uma coisa qualquer, eu não sou contra a estabilidade, sou a favor. Mas acho que há isso hoje. Essa é a verdade! Existe isso, e se vocês quiserem, podem constatar isso.

NM - Como se constrói a consciência de classe?

WL - Ah! Isso aí é uma dificuldade muito grande. Se constrói com educação. Por exemplo, eu já disse a vocês anteriormente, que eu fui trabalhar garotinho, 12 anos, 13 anos já estava trabalhando e estudando à noite. Mas eu poderia não ter estudado à noite. Eu poderia pegar o restinho de tarde e tal, de noite, e ficar em casa, brincando e tal, mas pegava os livros, botava debaixo dos braços, ia estudar. Eu não perdia tempo. Foi assim. Mas, não houve... Fui eu, meu pai, que queria, que pedia que eu fizesse isso. Essa coisa toda. Mas, se houvesse, naquela oportunidade um trabalho intenso no sentido de dizer: "Oh! Você é pobre, mas você precisa estudar. Você precisa estudar para ser alguma coisa e tal, entender..." Não ficar só com um grupo. Porque havia, na minha época, havia aquilo. Só estudavam mesmo os filhos de pessoas abastadas. Só. O resto não. Não tinha vez. As escolas particulares eram raras, compreendeu? Tanto que Paulo Freire defendia aquela ideia de se fazer escolas. Sem a preocupação de se fazer prédios suntuosos, essa coisa toda. Quer dizer, queria educar em massa. Isso é que devia ter sido feito, compreendeu? Não foi feito... A educação não vem através do sindicato, porque todo o pessoal que chega lá... Eu disse também aqui, no decorrer das entrevistas, que nós sempre tivemos dificuldade em aglutinar trabalhadores. Veja só: o Instituto é uma das coisas que o trabalhador deveria prezar! Tanto assim, que nós estamos lutando para que a Previdência Social seja administrada pelos trabalhadores, empregadores e governo. Só para você ter uma consciência disso, é tão importante, que estou reivindicando isso para os trabalhadores. Nós, os trabalhadores, estamos reivindicando isso. Todos os líderes sindicais de grande importância têm isso em mente. Não puderam ainda colocar essa questão, mas essa questão será colocada. Mas, ao contrário, naquela época - hoje está melhor - mas, naquela época os trabalhadores se escondiam. Eu já disse isso, na entrevista - os trabalhadores saiam. A fiscalização chegava pela porta da frente da fábrica, e o patrão mandava ele sair pela porta dos fundos, para não ser visto. E ele se prestava a isso. Ele não queria nem saber de Instituto! Não queria saber de Instituto. Quando adoecia, ficava na miséria! A família ficava na miséria, essa coisa toda. E o patrão fazia isso para não pagar os 8% que deveria pagar. Quer dizer, uma falta de consciência, não era possível se conscientizar esse pessoal. Não éramos nós. Só por meio de escolas, professores. Por isso que eu reclamo ainda, os professores hoje podiam modificar tudo que está aí. Podiam! O professor, com cinco minutinhos de boa vontade, poderia, como se diz na gíria, fazer a

cabeça dos alunos. Diariamente, mostrando que os alunos, nós sabemos, ouvem muito os professores, não é?

NM - O senhor, com isso, quer dizer que a consciência é produto da ação educacional...

WL - É!

NM - E fruto também do esforço pessoal...

WL - Sobretudo, sobretudo é o problema educacional. Porque o esforço é uma coisa difícil. Muitas vezes, o cidadão chega cansado em casa, o rapaz chega cansado, mas tanto existe aqui hoje muita gente, meninos que não tiveram estímulo, estão tendo estímulo... Eles estão tendo estímulo hoje. Mas não tinham até uns três anos passados, não tinham o menor estímulo. Então o menor ia para escola, eu conheço, eu conheço fatos assim. Ia para a escola só para ir para a escola! Louco que aquilo acabasse ali! Para ele ir para casa brincar, bater bola, jogar pedra no telhado da casa dos outros, essa coisa toda. Por isso que eu acho que o negócio dos *Brizolões* é uma coisa importante, é uma coisa muito importante para o futuro. Em âmbito nacional, seria o ideal. Seria um plano muito bom, que ocuparia os meninos, durante o tempo todo. Então, esses meninos saiam da escola, loucos que a aula terminasse, não tinham o quê fazer! Criança, só se for incentivada! Professor, não quer nada! A família não pode fazer coisa nenhuma. Muitas vezes, não pode dar a menor ajuda ao menino porque não tinha capacidade, não tem capacidade. Então, essas crianças crescem. Pobres, têm necessidade de trabalhar, começam a trabalhar. Pegam às 7:00h no trabalho ou às 9 horas (quando é na indústria, às 7:00 h., quando é no comércio às 8:00 h. ou às 9:00 horas), volta às seis, às sete horas da noite, não tem mais coragem para frequentar curso nenhum! Você compreendeu? Não têm coragem! Essa parte precisa ser uma coisa de muito boa vontade que existe hoje. Você vê mocinhas e rapazes com os livrinhos debaixo dos braços, à noite, estudando à noite, por aí afora. Não pode estudar de dia. A gente vê muito isso por aí, esses cursinhos, essas coisas todas, para se prepararem melhor.

MC - Senhor Waldemar, como é que eram os tipos de contratos desenvolvidos pelo IAPI com os hospitais e ambulatórios? Como é que se dava esses contratos?

WL - Não! Era um contrato de prestações de serviços. Era por leitos ocupados. No meu tempo era por leitos ocupados. Então, não tinha negócio da gente chegar e alugar um hospital, alugar não sei o quê... Não! Leitos ocupados. Se mandávamos um associado para lá, aí ele ia ocupar aquilo. E o nosso médico ia controlando a situação dele lá.

MC - O médico do IAPI mandava. O nosso departamento mandava. Então, havia fiscalização nossa, para saber como ele está sendo atendido lá dentro.

MC - Então o IAPI tinha todos de médicos, quer dizer, médicos - de todas as especialidades?

WL - Não no meu tempo! No meu tempo - eu já falei aí - fiz uma reunião com os médicos, logo que assumi, e tratei daquele assunto dos tuberculosos. O cidadão que era acometido

de infiltração pulmonar, o médico dava logo seis meses para ele ir para casa - eu já falei sobre esse assunto. Então eu achei que aquilo não era correto. Eu achava que o correto era tratar o associado. Para que ele voltasse ao seio da comunidade, porque do contrário, o que o Instituto estava fazendo era matar o associado, depois ficar com o encargo da aposentadoria, da pensão da família do associado morto. Então, isso melhorou muito a situação. Agora, em seguida veio a assistência médica que nós implantamos, fomos nós que implantamos. Já havia, já disse a vocês aqui, que havia assistência médica em outros institutos, mas em decorrência do seguro. Vocês não se recordam, porque não podem se recordar, mas em 1960 nós tivemos a luta mais dura possível: fizemos uma campanha, como a campanha do "Petróleo é Nosso". No sentido de - em todos os meios sindicais - de tirar o seguro das empresas privadas e passar para a instituição, que as empresas privadas ganhavam uma verdadeira fortuna com o seguro. Então isso foi uma campanha de âmbito nacional dos trabalhadores e acabamos tirando isso. O que se vê hoje? O que se vê hoje são as empresas privadas inclusive, já querendo acabar com os institutos. Querendo já fazer o negócio... Uma patota ganhando dinheiro, essa coisa toda.

MC - A estatização do seguro contra acidentes de trabalhos, não foi isso que você colocou? Foi em que época? Em que ano que foi travada essa...

WL - Eu não posso precisar. Mas deve vir ainda nos anos 1954, 1955, mais ou menos.

LO - O senhor lembra dessa campanha? Como é que ela foi levada? Quem eram os líderes? Como foi a campanha, qual a sua participação nessa campanha?

WL - Não... Nós todos. Eu só participei de campanha onde não houve cacique. Compreendeu? Então o nosso trabalho foi trabalho sempre coletivo, foi trabalho coletivo. Então nós tivemos elementos de grande valia. Eu volto a dizer aqui, porque não é fazendo apologia de pessoas, coisa nenhuma, mas tivemos um elemento no meio sindical muito importante nessa luta toda: O Roberto Morena. O Roberto Morena, quem via Roberto e falava do Roberto sem o conhecer, tinha uma imagem dele, e se a pessoa se aproximasse dele teria outra imagem. Foi um homem... Foi um patriota! Foi um patriota! Foi um companheiro defensor dos interesses dos trabalhadores em toda linha, em toda ordem. Tivemos o Hércules, que ainda temos hoje; o Hércules, por exemplo não tem projeção! Aí é que digo: o trabalhador mesmo, não tem projeção. Ele precisa ser um medalhão para ter projeção. Ah! Eu confronto com Hércules! Não tem nada, não quero aqui dizer que o Hercules é o melhor, nem coisa nenhuma. Eu digo a sua retidão, a sua maneira de agir, a sua postulação, tudo que ele faz. Um homem de boa fé, muito boa fé! Só quer o bem de todo mundo. Então, esse não vai adiante. Por que? Não tem título, ele não avançou muito, não é aventureiro... Ele poderia estar muito rico! Roberto Morena, portanto, eu quero dizer: foi uma peça fundamental nessa campanha. E todos os líderes sindicais na época! Mesmo aqueles que não estavam, que a gente chamava muitas vezes, que eu acho que isso é até um absurdo chamar de "pelego" e tal, eu não gosto dessa coisa. Só falei aquilo porque isso sempre existiu, mas, mesmo esses elementos atuaram também. Porque era uma campanha geral, legal, todo mundo queria. Todo mundo compreendia que era necessário que esse dinheiro não fosse para o estrangeiro. Ficasse conosco! E que daria para dar assistência médica. Quando na realidade, começamos a fazer assistência médica, foi exatamente com esse dinheiro.

MC - Se o segurado do IAPI não tivesse tuberculose, tivesse outro tipo de doença, quem é que tratava dele?

WL - Ninguém. Porque não havia assistência médica. O Instituto era Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

MC - Mas, a partir de 1960 começou a ter assistência médica, não?

WL - Começou a assistência médica exatamente em função de o Instituto assumir o acidente de trabalho, o risco de acidente de trabalho.

MC - Então os médicos do IAPI só tratavam de tuberculose? Se tivesse outro tipo de doença, não era tratado?

WL - Não! Depois veio cardiopatia.

MC - Cardiopatia?

WL - É. Depois veio a cardiopatia. E em seguida veio a assistência médica, mais ampla, para todo mundo. Em 1960.

MC - Em todas as doenças?

WL - Em todas as doenças. Então aí nós tivemos, fizemos ambulatórios, como na Penha. Nós fizemos ambulatórios em outros lugares. Compreendeu? Agora, o quê havia antes, por exemplo, você vê aquele Hospital Getúlio Vargas lá na Avenida Brasil, aquilo ali foi em função do seguro! Do acidente de trabalho. Em função... Que a assistência se dava antes era em função do acidente de trabalho. Isso nos levou a lutar pela estatização do seguro. E na realidade do MES! Nós, quando começamos a trabalhar em 1962 os colégios começaram a trabalhar, o seguro era feito por nós. O Seguro de Acidente de Trabalho. Então, o seguro pagava direitinho e esse dinheiro era investido na assistência médica.

MC - Mas, o Hospital Getúlio Vargas é de antes. Não é não?

NM - O IAPETC, é.

WL - É, exatamente! É o IAPETC. O IAPETC.

MC - Senhor Waldemar, o senhor disse que os hospitais... O senhor disse que o IAPI não construiu hospitais por causa dessa...

WL - Não! O Instituto chegou a construir...

MC - Hospitais?

WL - Ambulatórios, hospitais. Posteriormente construiu.

MC - Sim.

WL - É por isso que nós tivemos uma experiência!

MC - Sim. Quer dizer que seria melhor...

WL - Se hoje a Previdência Social fosse construir hospitais, o pessoal viveria muito menos em piores condições do que o convênio como estão fazendo agora.

MC - Isso tudo por causa da falta de consciência do servidor público, não é?

WL - É!

MC - Agora, como o senhor me explica, por exemplo, que...

WL - Não! Por falta de consciência, assim dá a impressão que todos os funcionários públicos não são conscientes. Tem alguns elementos. Às vezes, um elemento só, ele cria um problema. Por exemplo, agora mesmo eu ouvi dizer que um motorista de táxi pegou, fez um trabalho aí, estuprou, essa coisa toda. Não são todos os motoristas de táxi. O porteiro pegou e estrangulou aquela moça ali, mas não é por isso que eu chegue e ache que esses humildes porteiros nossos aqui, sejam maus elementos, sejam iguais. Não vou dizer uma coisa dessas. Mas, ilustra! E cria problemas no meio da classe.

LO - Senhor Waldemar, quanto à luta pela estatização do seguro da Previdência Social, eu queria ainda que o senhor descrevesse melhor como se deu essa luta, não é? Como se organizaram as forças, mais ou menos em que época, como se organizou e como foi conquistada, e qual foi a posição da administração da Previdência Social, quanto ao problema? O senhor está colocando a posição dos trabalhadores...

WL - É, dos trabalhadores de modo geral. A luta, nós tínhamos dois segmentos. Os empregadores lutavam contra a estatização. E os empregados lutavam pela estatização. E o governo sempre foi governo das classes dominantes. A classe trabalhadora não teve, antes de 1960, nenhum governo que cuidasse dos seus interesses, assim como deveria, cuidar. O único, o Getúlio, tentou fazer alguma coisa, mas ele era envolvido também pelas classes dominantes. Ele era um homem das classes dominantes. E não poderia fazer nada a mais do que fez, aquela coisinha que para nós, já foi grande coisa! Quanto ao outro grupo, numeroso, que era o grupo que combatia Getúlio, essa coisa toda, por causa de suas leis sociais... Que leis sociais eles combatiam? Oito horas de trabalho, férias, é isso que eles combatiam: os grandes usineiros, os grandes industriais, ligados a partidos políticos exatamente para defender os seus interesses.

NM - E os setores ligados às companhias de seguro, como é que eles reagiam?

WL - Ah! Com dinheiro! Eu não posso provar isso, mas, inclusive, eles procuravam corromper, procuravam fazer o possível... A luta foi muito grande! Porque era muito dinheiro...

Fita 5 – Lado A

NM - Eles procuravam corromper a quem?

WL - Corromper não é bem, é uma expressão muito forte, quero agora corrigir. Eles faziam com muito dinheiro, pegavam a imprensa toda, compreendeu? E a imprensa fazia aquele trabalho de publicação maciça mostrando as vantagens das empresas privadas. O negócio era empresa privada! Não estatizar, porque aí vem o socialismo! E socialismo não é conveniente para o país! Isso, um trabalho fantástico no país todo! E nós tivemos que enfrentar essa poderosa máquina através de nossa mobilização. A mobilização dos trabalhadores com os parlamentares foi uma luta muito grande. E conseguimos! Tivemos, por felicidade, governantes assim como... - não vou dizer nem o Juscelino - o Juscelino, o que ele fez já foi muita coisa. Mas a parte social foi mais amparada no tempo do Jango. A partir do Jango a parte social foi mais amparada pelos trabalhadores.

NM - E essas companhias de seguro? Elas tinham força dentro da Câmara dos Deputados, no Senado?

WL - Bom! Eu para chegar e dizer assim, a você que tinha força ou não, eu vou me precipitar, mas você sabe, perfeitamente que existem forças hoje que estão se arregimentando no sentido de ajudar alguns cidadãos do país a se tornarem constituintes. Isso é notório hoje. E anteriormente, melhor ainda. Tinha aqueles elementos, aquelas pessoas que saiam do fundo da fábrica. O patrão fazia tudo. Dava voto a eles, para defender só o patrão Era uma coisa horrível! A gente não tinha como lutar contra esse estado de coisas.

MC - Parece que, num congresso da Previdência Social de 1953, houve uma aprovação dessa luta por parte dos trabalhadores?

WL - Houve! A partir de lá nós começamos a trabalhar nesse sentido. A luta! Porque nós compreendíamos que só com a estatização haveria assistência médica para os trabalhadores. Eu lamento muito é agora! Agora! O governo está deixando essas empresas entrarem por aí e tal. Para acabar com a estatização. Completamente!

MC - Senhor Waldemar, havia institutos na época, os IAPs... Havia hospitais de institutos, como o dos Bancários, como o dos Marítimos. O senhor se lembra do que se falava?

WL - Não! Não! O atendimento era bom. Por exemplo, o Hospital dos Bancários, aí na Lagoa, foi exatamente na época do colegiado, então esse hospital só estava relevando serviços. Não discriminava. Hoje, talvez. Não sei até aonde você tem amigos influentes que possam levá-lo à Lagoa, mas, na época não! Que era só dos bancários. Não havia nenhum problema, era dos bancários! Chegava lá, qualquer bancário contínuo ia, o alto funcionário do Banco do Brasil ia. Não tinha nenhum problema. Entendeu? Era o Hospital dos Bancários! Os Marítimos, da mesma maneira.

MC - E eram considerados bons hospitais, naquela época.

WL - Eram considerados bons hospitais. Como era considerado bom hospital também o Hospital dos Servidores, que eram os servidores públicos. Mas, ali já havia pressão. Dos servidores já havia seleção. O servidor de alto gabarito entra lá, o servidor que não tinha grandes influências, ia para outros hospitais. Precisava ter uma certa influência, como hoje ainda. Hoje já está recebendo, porque hoje é o INAMPS que está dirigindo tudo, massificou o negócio. Mas, ainda há os quartos especiais, as suítes especiais, para aquelas pessoas que têm grande prestígio no país... O que não deveria acontecer, deveriam todos... A assistência médica deveria ser igual para todos.

MC - Da época da... Quando foi aprovada a LOPS houve a uniformização dos serviços...

WL - É verdade.

MC - Então, o segurado do...

WL - Não! Quando foi aprovada a LOPS, houve uma uniformização dos serviços, mas, cada instituto ficou com o seu serviço. Por exemplo, os Bancários ficaram com o seu, responsável pelo seu. O IAPETC, os Comerciários...

MC - Mas o segurado do IAPI poderia ir ao Hospital da Lagoa?

WL - Não! Não podia.

MC - Não podia?

WL - Não. Não. Porque os institutos respectivos, você era comerciário, você ia se ter lá com os comerciários.

MC - Então, o que significou a uniformização?

WL - Isso houve. Parece que eu já falei anteriormente. Houve qualquer coisa assim como uma espécie, diria, de interesses próprios, essa coisa toda. Os bancários, por exemplo, tinham um hospital muito bom, e o nível dos Bancários era melhor do que o nível, pelo menos, dos Comerciários! Que é um nível melhor do que o nível dos Industriários, compreendeu? Então não houve a unificação dos institutos, exatamente por isso. Nós queríamos iniciar alguma coisa e tivemos que aceitar. Mas, houve, houve. Quem tinha melhor não queria se misturar com o pessoal todo. Hoje houve a unificação. Mas, antes não havia unificação. Mas todos os institutos procuravam fazer o melhor! O melhor! Ouviu? Fazer o melhor! Nós tínhamos hospitais! Construímos um em São Paulo, formidável! Vários hospitais! Compramos um hospital - ainda foi do meu tempo! - Para atender o pessoal em Salvador. Em Recife compramos também um outro hospital lá para atender imediatamente. Porque foi estudado o assunto pelo setor imobiliário, chegou-se à conclusão que se fosse construir um hospital, além de demorar muito, ainda ia se gastar mais, depois de equipado do que o preço que estava sendo oferecido.

MC - Então, quer dizer, a uniformização dos serviços...

WL - Houve a uniformização dos serviços, dos benefícios. Mas, cada um prestando por sua conta própria.

MC - Isso é que... Isso levou o IAPI a ter que comprar os hospitais.

WL - Teve que comprar! Para atender aos seus associados. Aos seus segurados. E como o IAPI era 50% da massa previdenciária - você veja! Aí teve que contratar mais leitos, essa coisa, para atender a todos.

MC - Qual era o vínculo empregatício dos funcionários dos IAPs?

WL - Autárquico. Funcionário autárquico.

MC - Eram todos regidos pela CLT?

WL - Não! Não! Lei 1711.

MC - Então todos eram funcionários?

WL - Funcionários. Lei 1711.

MC - Eles eram funcionários públicos?

WL - Públicos.

NM - Senhor Waldemar, quem liderou a resistência contra a LOPS?

WL - Bom, é um depoimento que vocês querem, não é? Isso não vai ser público. Quem liderou o movimento... A maior resistência.

LO - Senhor Waldemar, eu gostaria que o depoimento fique aberto à visitação: as pessoas podem ir lá e...

MC - É um depoimento público. É um depoimento histórico.

WL - Mas então devia corrigir na minha opinião, a maior resistência era daqueles que faziam dos institutos cabides de emprego. Se o cidadão era ligado ao diretor, podia botar funcionários, podia nomear, podia fazer e desfazer lá dentro. O [...] desistia. Por esta razão, houve um trabalho muito habilidoso do Batista Ramos junto ao Juscelino para ele não vetar a lei. E graças à UDN - não vou dizer a UDN assim... - mas, graças à oposição, essa lei foi vitoriosa. Aí, a oposição se interessou! Porque a oposição não nomeava ninguém. Não tinha delegado, não tinha coisa nenhuma. Tudo era do governo. Então a oposição, que era forte, apoiou. Eu, pelo menos, recebi, vou repetir, um carinhoso, vamos dizer mesmo! Um carinhoso apoio do Carlos Lacerda! Eu não, de jeito nenhum concordava com a maneira dele se expressar, de lutar. Porque ele era um homem... - não vem ao caso aqui esse... - agora, era um homem que não escolhia adversários, não escolhia termos para falar! Ele não escolhia nada! Então, isso para mim não serve. Virava, trocava

o preto pelo branco. Para ele não havia nada. Tanto fazia, como não fazer. Era aquela coisa. Ele tinha... Ele quando queria acusar, quando ele queria dizer algo de político qualquer, ele dizia, ele irritava, até! Fazia o máximo! Ia ao morador e convencia até! Convencia, até. Então, eu fiz divergência com ele, quer dizer divergência... Não havia nada de divergência com ele, nem coisa nenhuma. Quer dizer, eu, pessoalmente, não gostava de maneira, nem gosto muito das pessoas que inventam as coisas! Eu acho que as pessoas não devem inventar. As pessoas devem ser corretas, e isso é muito difícil. E muito difícil. É muito difícil. Mas, quero ressalvar aqui, o carinhoso apoio que ele deu. E a UDN em peso, unânime, votou.

MC - Então, quem era contra a LOPS? Era o pessoal do PTB?

WL - Eu não posso acusar assim o PTB, logo assim... Mas ele... Cada um que depois examine quem detinha esses poderes na época.

LO - Senhor Waldemar, eu queria que o senhor falasse um pouco desse trabalho do João Batista Ramos, para aprovação da LOPS, inclusive a nível de que o senhor era assessor, na época do João Batista Ramos, não é? E acompanhou esses processos. Quer dizer, que responsabilidade o senhor tinha, qual foi essa ação do João Batista Ramos junto ao Juscelino?

WL - Bom, eu já falei sobre isso. Eu falei que o Batista Ramos foi nomeado relator do projeto de Aluísio Alves. Da Lei Orgânica da Previdência Social - uma coisa muito falada. Ela ficou sete anos lá, engavetada. Só porque ia uniformizar os serviços! E ali já vinha a luta! Porque o IAPETC já via que tinha assistência médica, o IPASE tinha também! O IAPETC, o IPASE, a Rede Ferroviária tinha também! Compreendeu? Então eles não queriam, veio aquela luta toda, muito bem! Mas, o Batista Ramos foi nomeado relator do projeto. E pegou o projeto, foi exatamente numa fase que nós estávamos lutando para modificar completamente o esquema da Previdência Social. Ele se interessou e, um dia, fez um contato comigo. Ele disse: Ah! Eu sei que você está nessa coisa toda aí, não é? Está liderando esse movimento, seus companheiros têm muita atenção a você, você tem andado, tem falado muito sobre esse assunto, eu tenho acompanhado tudo isso. Eu queria que você me desse um assessoramento. Estou disposto a fazer o melhor. Eu, agora, depois que ouvi você falar sobre Previdência, essas coisas todas, cheguei à conclusão que não é nada daquilo, daquele processo que está em meu poder. Então, vamos lá, vamos começar a trabalhar! Aí começamos a trabalhar. E ele começou a receber algumas, vamos dizer, algumas incompreensões lá dentro já. Daqueles que não queriam entregar a Previdência Social aos trabalhadores, aos empregadores e ao governo. Então, a partir daí, eu fiquei, eu gostei muito, combinamos com alguns companheiros, apresentei-o a todos os nossos companheiros, ele passou a frequentar os nossos sindicatos, depois que ele se inteirou dos nossos projetos. Que ele passou a frequentar os sindicatos, a fazer preleções, ele fazia! Então, a imprensa também, ele começou dando entrevistas! Mostrando que aquele projeto era o que interessava ao governo, que inclusive, dividia as responsabilidades. E é verdade isso! É verdade! Quer dizer: o governo, quando é acusado - o governo foi acusado, se dividisse os poderes com empregados e empregadores, aí as três classes teriam responsabilidades. Então, ele começou mostrando tudo isso até que conseguiu também - com um trabalho dele - junto aos parlamentares também, essa coisa toda. Que naquele

tempo era PSD E PTB que fazia, que se constituía na maioria. Então, nós, da parte do PTB, fizemos pressão. Era um setor mais ligado, pelo menos teoricamente, mais ligado, assim, aos trabalhadores. Então, gente mais conhecida, mais ligada aos sindicatos, houve maior possibilidade de uma certa pressão. Pressão que nós não podíamos exercer contra a oposição. Mas, em compensação, tivemos da oposição um grande apoio. Um grande apoio.

LO - Com a falação do senhor então, na LOPS, o senhor estava colocando - a sessão para apresentação da LOPS - o senhor colocou uma questão que me intrigou um pouco: quem é que estava, naquele momento, quem estava descontente, que o senhor estava falando? Tinha setores descontentes. E por que esse projeto agradava ao Juscelino?

WL - Bom! Eu não posso dizer assim a você que o projeto agradava ao Juscelino. O Batista Ramos é que conseguiu que ele não vetasse o projeto. Porque o governante, na época, como hoje, não quer perder a oportunidade de nomear o ministro, nomear o delegado, nomear os presidentes dos institutos, nomear todo mundo! Dificilmente! Ele não quer perder. Agora mesmo nós estamos empenhados num contato com o Presidente da República. Porque seria ótimo para ele, porque se ele quer se realizar, ele deveria fazer isso: se desapegar dessa coisa toda, não é mesmo? E encampar. Aliás, não sei se eu já falei - que o Tancredo me chamou numa reunião em Belo Horizonte. Me chamou num canto, disse: Ah, Alves! Você vai fazer o seguinte: depois que eu tomar posse, apareça lá. Você vai presidir um instituto, vou dar um instituto para você presidir, mas você vai ter o cuidado de arregimentar novamente o pessoal, porque eu quero dar novamente representação aos empregados, aos empregadores e ao governo na Previdência Social. Eu quero que volte aquele regime antigo. Ele foi Primeiro Ministro. Até ele relembrou: Eu fui Primeiro Ministro, para mim foi um alivio, foi uma beleza. E depois Jânio. O Jânio, quando foi governo, também teve essa sensação de alívio. Nunca houve atritos, coisa nenhuma. Mas, era porque eles querem ficar com o comando de tudo para distribuir benefícios... Esses é que não aceitam! Agora, eu não disse que Juscelino aceitou assim. Disse que ele foi convencido pelo Batista Ramos a acreditar que aquele era o melhor processo. E ele acreditou nisso, não vetou! E foi exatamente na gestão dele que foi aprovada a Lei Orgânica da Previdência Social. Que, em seguida, foi eleito o Juscelino e o Jânio. E o Jânio governou com a Lei Orgânica da Previdência Social.

MC - Senhor Waldemar, eu já notei que o senhor preza muito essa conquista dos trabalhadores do sistema de colegiado. Mas, justamente o colegiado não criava uma série de impasses? Por exemplo: um ano era presidente um trabalhador, outro ano era presidente um empresário. Quer dizer, e então não havia...

WL - Mas era bom. Era bom.

MC - Mas não era o trabalhador que tinha uma certa visão, outro ano não era um empresário que tinha outra visão? Como é que era isso?

WL - Não. Porque o colegiado era constituído de seis membros.

NM - Eles procuravam corromper quem?

WL - Seis membros. Teoricamente, os empregadores tem uma certa divergência com os empregados. Mas, na prática, pelo menos em matéria da Previdência Social, os empregadores afinam muito bem com os empregados. Porque o empregador está pagando os 8% dele, ele estimaria muito que os seus empregados tivessem um bom tratamento. Decorre daí a ajuda que eles davam sempre ao colegiado! Então, o colegiado composto de seis, não interessava se era fulano ou ciclano o presidente. Era uma questão só de deferência especial. Se eles eram representantes dos empregados, dos empregadores ou do governo, era uma deferência especial para não ficar só empregado, só empregador, só governo. Porque aquilo era dirigido por um colegiado, o presidente não podia fazer, como fazem hoje: o elemento chega e diz - eu faço isso, nomeio, faço e desfaço. Fazia não! Não fazia mesmo! Porque tinha que consultar o colegiado. Ali.

LO - Eram reuniões periódicas?

WL - Reuniões periódicas! Se fazia. Qualquer coisa de grande importância, imediatamente... Agora, aquelas coisas simples, como por exemplo, a questão administrativa, era uma rotina. O funcionário infringia a lei, então era o colegiado que ia aplicar? Não! Era o presidente que ia aplicar. A penalidade, certas coisas, já estavam lá no regime interno. O que o presidente podia fazer. Assim mesmo, se o colegiado achasse que ele exorbitou, qualquer coisa, se reunir e querer participar daquilo também.

LO - Isso ocorreu com o senhor?

WL - Não! Conosco não ocorreu nada. Em nenhum colegiado ocorreu divergência nenhuma. Nenhuma divergência. Ocorreu um pouquinho, umas dificuldades aí, foi logo que o Almino assumiu o Ministério do Trabalho. Que o Almino ainda veio daquele tempo que era do PTB, que nomeava todo mundo, essa coisa toda e tal. Aí ele não pode, um ministro ficar vendo assim, só fazia as coisas e tal. E Dante Pellacani escudado na CGT, que Riani estava lá e nós todos apoiamos. Eu aí já era deputado. Eu não participei dessa guerra. Mas soube que ele quis impor aquelas condições. Nomeava como ele queria, não sei o que... Quando não era, não estava na lei, isso. Mas, era aquela história antiga, compreendeu? De ferrar mesmo. Daqueles tempos. Daquele pessoal. Que sempre esteve com todos esses cargos na mão. Então, ele foi ministro, chocou-se com Pellacani. Botou logo um presidente dele no Instituto, botou não sei o que e tal, essas coisas.

MC - Os presidentes do IAPs, na época do colegiado, tinham poder de nomear as pessoas?

WL - Só... Tudo o que ele fazia era o colegiado...

MC - Mas o presidente não tinha poder de querer nomear, de querer empregar, de...

WL - Não. Não!... Não! Não!... E ainda mais estava lá em cima o DNPS para sustar se houvesse um absurdo qualquer. Não era assim não! E acima do DNPS, tem o ministro. É um negócio fabuloso! Um negócio fabuloso!

NM - O senhor foi presidente durante um ano?

WL - Um ano.

NM - Qual era a rotina de um presidente do IAPI?

WL - A rotina de um presidente do IAPI era atender aquela parte administrativa. A parte administrativa. Por exemplo: se havia um contrato com um hospital, quem assinava era o presidente. Para dar um exemplo assim. E isso depois do colegiado se reunir, aprovar o processo, ir para o Conselho Fiscal, ir para o Conselho Fiscal, ir para o DNPS e tal. Aí voltava. A execução daquilo tudo era do Presidente. Então daquilo decorria muita coisa. Ele já estava ali para fazer aquilo. Então, tinham os despachos com os secretários. Que, na época, não eram secretários, eram diretores dos diversos setores: setor de benefícios, setor de assistência médica, setor de trabalho, setor de acidentes de trabalho, compreendeu? Ele então dava o expediente. Era ele. Ele recebia dos diretores todos, fazia a rotina. O que ficou estabelecido pelo colegiado, a responsabilidade era do presidente de executar aquilo. Ele era um executor daquilo. Através dos órgãos, dos diretores.

NM - Ser presidente de um IAPI dava prestígio político-social?

WL - Olha! Você sabe que qualquer... Se você, porque é jornalista, se está num jornal que pode atuar... Compreendeu? Se você é jornalista e você atuar, vamos dizer, no setor esportivo. Você então... Meu time de futebol gostaria de ter você ao meu lado. Então você tem prestígio! Então eu vivo procurando você a toda hora, a todo instante, para ver se você me prestigia, para ver se você dá mais atenção ao meu clube, essa coisa toda. Quer dizer, é um prestígio que você ganha. Porque você tem alguma coisa a oferecer. Prestígio decorrente do cargo. Mas não é o prestígio de chegar e dizer: Bom, ele vai poder fazer alguma coisa que outros fazem por aí sozinhos. Não vai. Porque ele está bitolado àquilo que ficou limitado pelo conselho administrativo. E ainda fiscalizado pelo Conselho Fiscal. Verba! Não pode extrapolar de jeito nenhum. Tem que entrar ali o setor atuarial de um lado, o setor contábil, o contador geral de outro lado, fiscalizando. Fiscalizando! Fiscalizando, entendeu? Tanto é que quando um fazia qualquer uma coisa, por exemplo, vamos contratar mais um hospital. Chama lá o diretor de assistência médica, aí é ele que vai ver. Então, consulta o setor atuarial, consulta a contadoria para ver como é que está, se há verba para fazer aquilo, tudo dentro das regras, ninguém sai dali. Mesmo porque a lei estabelecia o seguinte: sem verba própria não se podia criar nenhum serviço. Está aí na Lei Orgânica, ainda hoje, na Lei Orgânica da Previdência Social.

LO - O senhor foi presidente no momento em que o IAPI abre para contratação, oprimido pela própria lei, para contratação de serviços hospitalares?

WL - Não! Não! Eu entrei no Conselho Fiscal. No Conselho Fiscal. No Conselho Administrativo. Nessa época foi o empregador que iniciou. Foi ele o primeiro presidente.

MC - Quem?

WL - O José Cerejo. Não! João Magalhães Cerejo.

LO - Agora, o senhor presidente do Instituto. O senhor identificou, em algum momento, pressão das empresas privadas no sentido da compara de hospitais, lobbies, no sentido da compra, de conhecimento?

WL - Não! Não porque vinha dos estados as propostas. Então nós tínhamos um plano de contratar, de fazer hospitais, de construir hospitais. E de repente, chegava uma oferta vinda dos estados. Então, isso já era analisado porque todos os estados tinham o seu departamento técnico. De engenharia. O departamento de diversões era ramificado por todos os estados. Então vinha a proposta para o delegado, o delegado era um funcionário, que era... Então, o delegado pegava aquela proposta e mandava para administração. A administração mandava vir os órgãos. Então o departamento baixava o processo para o estado, conhecia melhor a situação, e então, os órgãos técnicos do Estado - engenharia - estudavam e devolviam o processo com os seus pareceres. Aí, o órgão central ia discutir, ia ver e tal, e dava o parecer final. Depois ia para a procuradoria-geral, a procuradoria-geral finalizava tudo, o processo pronto e acabado, mandava para o colégio. O colégio discutia o assunto já - porque ninguém era técnico ali, não é? - O colégio se baseava nos pareceres que eram oferecidos pelos órgãos técnicos. Mas, não houve não. Não me recordo de ter havido. Em nenhum caso, houve lá em São Paulo, não convém nem relatar essas coisas. São Paulo tinha problemas de...

MC - Quais eram os problemas de São Paulo?

WL - Não! São Paulo era meio instituto, não é? Porque era... E então havia muita gente interessada, às vezes, numa compra de terreno, numa coisa e tal... E isso é natural. Agora, entre o Instituto estar interessado e comprar é outra coisa. Aí é outra coisa. Nos não vendemos nada do que era nosso. Deixamos lá uma verdadeira fortuna. Deixamos.

LO - Eu discordo um pouco do senhor, eu acho que vale a pena a gente colocar certas coisas, na medida em que isso nos ensina para o futuro, não é? Para nós, para a própria administração da Previdência Social, quer dizer, é um legado. Afinal de contas nós sabemos que nem tudo é feito da forma mais correta. Não é?

WL - É. Exato. Exato.

LO - Então eu quero que o senhor fique mais solto.

WL - Gargalhada.

LO - Não se preocupe. Não precisa dizer nomes, se não achar necessário.

WL - Não! É o seguinte: lá em São Paulo havia muitas áreas, como no país inteiro havia... Então aparecia um grupo achando, com propostas para vender determinadas áreas, porque ali ia beneficiar não sei o que, e tal, que o preço era muito bom, essa coisa toda... O Instituto comprou sempre por um preço muito baixo. Mas ninguém nunca se envolveu nisso. Acredito que em administrações anteriores até ninguém tenha se envolvido. Na época do presidencialismo. Que era fácil. O cidadão ia ao Presidente da Republica. O Presidente da República quase não tem tempo de atender o pessoal. Mas era cercado de

um grupo de amiguinhos, amigos da onça, que estão ali para tirar proveito da situação. Então o cidadão sabe disso, vai lá. Sabe que quem manda é o Presidente da República! Nesse colegiado! Como hoje! Lá é o Sarney. Se mandar o Sarney lá, e tiver um sabido que ganha a confiança do Sarney, o Sarney vai determinar certas coisas lá. Pode até não se fazer. Por que há resistência, sempre houve resistência dos funcionários responsáveis. Por exemplo, engenheiros. Eu precisaria, às vezes, comprar engenheiros, comprar essa gente toda. Porque isso ocorre em todos os lugares. Mas tudo pode acontecer. E naquela época o presidente nomeava, tirava, botava, fazia o que queria, você era um procurador, dizia: "Olha, eu quero um parecer sobre esse negócio aqui, um parecer favorável". Você ia perder seu lugar? Não ia perder seu lugar. "Reforme esse parecer!" E era reformado. Compreendeu? Deve ter havido casos assim anteriormente.

LO - O senhor foi membro do Conselho Fiscal...

WL - Fiscal, é.

LO - O senhor descobriu alguma coisa, algum pepino?

WL - Bom. Nós rejeitamos alguma coisa. Alguns processos desse tipo. Nós rejeitamos lá no Conselho Fiscal. Mas, o Conselho Fiscal tinha, eu não vou chegar aqui, que não me lembro mesmo. Mas, em alguns casos nós rejeitamos alguns processos. E alguns desses processos subiram para o DNPS - Departamento Nacional de Previdência Social, que era um outro cidadão indicado pelo Presidente da República, que podia reformar o parecer do Conselho Fiscal, compreendeu? Subia para lá. E ainda tinha o Ministro do Trabalho! O que o Ministro queria, ele fazia. O Conselho Fiscal tinha uma peninha. Tinha lá apenas aquilo que é uma peninha.

MC - Antes da aprovação da LOPS isso?

WL - Antes da aprovação da LOPS. Quando...

MC - Senhor Waldemar, no primeiro contato que eu tive com o senhor, o senhor disse que teve certos momentos em que teve uma certa tensão com o pessoal do serviço atuarial.

WL - Não. A tensão não foi bem ... Tensão assim... O que ocorreu é que nós trabalhadores vivíamos, e vivemos sempre interessados nos problemas dos trabalhadores, principalmente nos problemas assistenciais. Nos problemas de benefícios. Eu já disse aqui que o instituto foi criado para dar benefícios e pensões e não para assistência médica. Esse foi o objetivo. Então, os cálculos atuariais, realizados pelo setor técnico, era para dar aposentadoria e pensão, só. Então, a nossa briga era no sentido de se dar mais alguma coisa, então o setor atuarial não permitia. Não permitia não. Eles davam o parecer que o instituto ia à bancarrota se desse. Então, dinheiro com um parecer desse, ninguém é louco de chegar e fazer coisa nenhuma! E chegava a dizer mesmo: Olha! A assistência médica - para alguns altos funcionários de lá do departamento de benefícios, que nós chamávamos de DB - era um saco sem fundo. Quando nós começamos a dar assistência médica, eles diziam que era um saco sem fundo. Mas nós dissemos: Vamos cuidar disso. Vamos fazer! Temos que fazer! Temos que melhorar a saúde dos funcionários! Então, a

divergência era essa. Agora, se houvesse um aumento, aí o setor atuarial calcularia, e permitiria que se fizesse...

LO - O aumento da contribuição.

WL - Aumento da contribuição. Uma quota especial para determinados serviços.

MC - E isso aconteceu?

WL - Não. O que aconteceu foi a estatização do seguro.

MC - E isso aumentou.

WL - Aumentou. Aí deu recursos para se dar assistência médica.

LO - Os atuários defendiam a estatização dos seguros? O senhor lembra isso?

WL - Não. Os atuários não se metiam nisso não.

LO - Eles não fazem parte da expressão pública?

WL - Não, não, não. Era só parte técnica mesmo.

LO - E qual o poder, quer dizer, que importância eles tinham na definição das políticas do IAPI? Quer dizer, como é que o senhor avalia isso?

WL - Não! Eles ficavam presos à lei. A lei estabelecia que os institutos só eram obrigados a dar pensões e aposentadorias. Eles então, a reserva toda, davam o dinheiro, estabeleciam aquelas quantias para se dar exatamente para as aposentadorias e pensões. O restante eles faziam uma projeção para o futuro e começavam a pegar os saldos e sugerir que os saldos fossem aplicados para atender, no futuro, a demanda. É esse o trabalho da assistência atuarial.

MC - Só...

WL - Eu só sei que quando a Revolução tomou conta de tudo, nós tínhamos de tudo. Nós tínhamos terreno, tínhamos dinheiro em caixa, tínhamos muita coisa por aí afora. Acabou-se de tal maneira que hoje eu não sei se... A Previdência hoje não sabe que tem. E nós sabíamos! Os institutos eram 50% da Previdência Social. Nós sabíamos! Porque havia um Conselho Fiscal que, mensalmente, recebia os balancetes da contadoria. Compreendeu? Exigia os balancetes! Porque eu era membro do Conselho Fiscal, eu sei disso. Sei até de centavos. Vinham até os centavos! Vinham até os centavos que estavam no banco. No fim do ano então, não se pagava ninguém. A partir do dia 25 se fechava para balanço. Então nós íamos ver até o dinheiro que estava em caixa, em moeda corrente. Os cheques lá, tudo lá, à nossa disposição para nós examinarmos tudo direitinho. Compreendeu? Então estava lá o balanço do contador. Estava lá o caixa. Mostrando aquilo, a documentação toda. Estava tudo exposto para nós do Conselho Fiscal. Então,

nós sabíamos quanto existia no Instituto, sabíamos a relação de bens, essa coisa toda. Aquela pasta com a relação de bens, todos os bens, terrenos, isso, e tal... E o dinheiro lá. Dinheiro vivo. Tanto! E o resto em cheques, em bancos. Eles mostravam tudo.

LO - O senhor não acharia que é incoerente essa política de aplicar ao invés de distribuir? Um dinheiro que seria dos trabalhadores?

WL - Olha, eu acho o seguinte: o Instituto foi criado em 1936. Então o Instituto precisava se alicerçar. Se o Instituto pegasse todo aquele dinheiro que ia arrecadando e gastasse logo, ele poderia ficar numa situação, como ficou, o Instituto recentemente, que o Passarinho gritava que não tinha dinheiro para dar benefício ao pessoal. Podia cair naquela situação. Foi previsão deles. Então, por essa razão eu acho que não se deve... Eu acho que até hoje se deve guardar um pouco. Deve se gastar com o necessário e tal, mas se puder se guardar um saldozinho deve-se guardar, aplicar. Que amanhã vem, vamos dizer, por exemplo, uma queda de receita, mas o Instituto é obrigado a pagar as aposentadorias, as pensões, os benefícios dos trabalhadores, pagar os médicos, a assistência médica, essa coisa toda. Cai a receita! De repente, por um motivo qualquer! O que é que vai se fazer? Não é mesmo? Então eu acho ainda que a aplicação é muito importante. Que eu vejo alguém dizer: " - Ah! Não sei o quê. Não! O Instituto deve pegar e gastar...Eu vejo, o Waldir mesmo deu uma entrevista nesse sentido, quando assumiu lá. Eu achei assim que é opinião dele, não é? É opinião dele.

MC - Então o senhor acha que a política do IAPI, desde a sua fundação até a sua unificação, foi uma política correta em termos de aplicação dos recursos?

WL - Enquanto a Previdência foi administrada por colegiados, até a revolução, era perfeita. Os trabalhadores estavam satisfeitos, todos! Se reclamavam eram atendidos. A partir da Revolução, aí acabou. Tudo isso. Anteriormente, eu já disse aqui anteriormente, nós que éramos representantes do governo junto aos conselhos fiscais dos institutos, cada instituto tinha a sua representação. Nós interferíamos em favor dos companheiros trabalhadores.

MC - O senhor se lembra se algum atuário chegou a ser Presidente do IAPI?

WL - Chegou. Chegou!

MC - Você se lembra? Quem?

WL - Não sei se chegou bem. Você já ouviu falar no Oswaldo de Óleo? O Oswaldo de Óleo é um atuário de primeira linha, de primeiríssima linha. Quando eu estava no Instituto, quando fui presidente, ele foi diretor de diversões lá. Porque achei que era um homem que lidava com números, essas coisas toda e tal. Com assistência técnica boa, de engenheiros aí do lado, ele podia fazer um bom trabalho. E fez um bom trabalho lá. Oswaldo de Óleo.

MC - Mas, como presidente do Instituto, o senhor não se recorda...

WL - Não. Não me recordo.

LO - O senhor acha que o papel dos atuários estava de acordo com as aspirações dos trabalhadores ligados aos institutos?

WL - Não. Eu não posso dizer que não estava, porque os atuários defendiam um ponto de vista que se eles não atuassem daquela maneira eles iriam dificultar a vida dos trabalhadores no futuro. Ia prejudicá-los no futuro.

LO - A que o senhor atribui a importância que os atuários tomaram dentro do IAPI, mais tarde tornando-se então, o elo, os tais cardeais da Previdência Social.

WL - Os cardeais da Previdência Social não foram os atuários - só os atuários - foram aqueles diretores, que aquilo vem do Plínio Cantanhede. Hélio Beltrão! Hélio Beltrão foi Presidente do Instituto; na fundação do Instituto foi Plínio Cantanhede, depois veio Hélio Beltrão como um dos elementos que organizou o quadro. Então, ele que era funcionário do Instituto, organizou um quadro para eles. Um quadro que nem o funcionalismo público, de um modo geral, tinha privilégios tão importantes, compreendeu? De modo a estabelecer até bienal! Então, de dois anos tem uma gratificação, que depois de muito tempo, essa gratificação caiu ainda no regime do Juscelino. Isso caiu, porque o pessoal achava que era um absurdo! Privilegiar aquele grupo. Mas o que eles puderam fazer fizeram. Em primeiro lugar, eles! Então, aí criou-se um grupo de dirigentes que ainda hoje subsiste. Veja só: são tão poderosos que durante a revolução eles dominaram, por ali. São elementos capazes. Capazes! E dominaram durante a revolução e toda a legislação foi reformada, baseada nos pareceres deles. Eles influíram na lei. Então você vai ver na lei coisas assim: que determinado cargo não pode ser nomeado (só pode ser nomeado). Funcionário do quadro do Instituto, ou funcionário aposentado. Do instituto também. Agora, quem são os aposentados? Eles! Eles vivem com cargos aí e comissão, todos eles. Cargos e comissão.

LO - A que o senhor atribui essa hegemonia desse discurso atuarial depois de 1964? Por que esse discurso é o discurso que predomina na Previdência Social depois de 1964?

WL - Uma.

LO - Repetindo a pergunta então, no segundo lado, por que os cardeais detêm a hegemonia depois de 1964, quer dizer, por que esse discurso que é também um discurso atuarial, é o discurso que vai predominar, hegemonizar a Previdência Social depois de 1964?

WL - Muito bem! O Instituto dos Industriários foi o espelho, foi o único instituto que estabeleceu concursos. Veio aquela velha história minha da estabilidade. Estabeleceu concursos, logo o concursado é o cidadão que não quer conversar com o seu colega que não é concursado. Na prática tem essa coisa. É força de expressão minha, mas é uma distinção clara entre o que é concursado e o que não é concursado. O que não é concursado vive humilhado, não sei o que lá... O que é concursado bate logo no peito dizendo que é concursado. Então, o instituto partiu dessa linha. Concurso para todo mundo. Então, no

concurso, eu às vezes discutia muito no instituto, quando eu era presidente do instituto, acerca de determinadas funções, determinadas categorias. Eu achava, por exemplo, que o assistente social deveria ser uma pessoa que gostasse do seu trabalho, entendeu? Porque no trabalho tem que ter dedicação! É pegar um elemento que está atrapalhado da vida, um pobretão lá, uma pessoa que está sem esperança, pegar essa pessoa e levantar a pessoa. Na minha opinião é esse o trabalho! Mas, ao contrário, sempre se vê, sempre verifiquei que o pessoal se formava, e depois que formava, compreendeu, depois que passava no concurso, não tinha a menor ideia do que era assistência social. Não queria saber nada de assistência social. A mesma coisa eu digo, hoje se faz um concurso sem querer saber um dado que é importante, aquele dado de sensibilidade, vê: olha, você vai trabalhar com a Previdência Social. Previdência Social vai receber operário sujo, um pessoal impertinente, um pessoal sofrido... Deveria advertir para isso e fazer teste para ver se esse pessoal além de saber, deveria haver esses testes. Eu sempre quis fazer isso, nunca foi possível. Mas achava que deveria ser acompanhado disso. Porque não pode um cidadão filho de papai que nunca quis saber de coisa nenhuma, mas que aprendeu a ler muito bem, capaz de fazer qualquer concurso, mas sem nenhuma tendência para nada, ele vai para lá, mas não vai querer fazer. Eu sei de engenheiros, ultimamente, que fizeram concursos e não querem nem saber de pisar no instituto, não querem nem ver o que é. Aquilo ali é um bico, para eles. Então eu estava dizendo que os "cardeais"...

NM - Os "cardeais"...

WL - O negócio começou logo com o concurso, com os concursos. Logo que há um concurso, então aparecem aqueles elementos que sabem mais, que têm saber também, que se destacam. Então aqueles elementos começaram a cercar as presidências dos institutos e a assumir cargos de chefia. Então eram dóceis. Se o cidadão sabe fazer o negócio como a administração quer e é dócil ainda, não há nenhum problema com a administração, por que a administração vai brigar com um elemento desses? Então resultado, depois ocorreu outra coisa: Plínio Cantanhede passou muito tempo no Instituto. Depois, apareceram novos elementos também. Então, quando apareceram novos elementos, encontraram um grupo concursado lá, e encontraram já esses cidadãos à testa do instituto, sabendo de tudo! Mas, como esse regime que nomeia, tira do bolso do colete o nome de um protegido do Presidente da República para lá, ele chega cego! Como tem muitos cegos aí na Previdência Social, compreendeu? Chega ceguinho lá. Então, o primeiro funcionário, muito sabido, muito sagaz, chega lá: "Dr., é isso aqui e tal..." Apresenta um mundo de vantagem para ele, ele fica logo encantado com aquilo que o sujeito apresenta! Não quer saber de outra pessoa. Então, o sujeito vai ficando, vai ficando, ficando. Competência! Tem muita competência, o resultado é isso. Que eles ficavam a vida toda. E sempre quem vive a vida toda num setor, vai se especializando. Temos companheiros que dizem: "Oh! Você! Nós não entendemos essa Previdência Social. Porque eu vivi a minha vida toda dedicada à Previdência Social, no setor trabalhista. E eles acham que é um pouco difícil a pessoa entrar nesse sistema, essa coisa toda. Joaquim chegou a me dizer isso, como o Calixto, e alguns companheiros "Alves, a gente não pode entrar nessa coisa toda. Não sei. Como sabemos que você quer o melhor para gente, então vamos apoiá-lo". É o caso que existia com esses presidentes dos institutos. Eles cercavam. Eu, por exemplo, fui cercado. Nós formos cercados. O pessoal, que entraram nove, para o colegiado, foi cercado. Pelo

grupo! Pelo grupo! Pelo grupo! Que cerca todo mundo. Mas cada conselheiro tem a sua opinião própria, foi buscar o seu assessor.

NM - Como esses "cardeais" se relacionavam com os sindicatos?

WL - Nada! Absolutamente! Nenhum relacionamento!

NM - E como eles reagiam em face a movimentos como o da criação da LOPS?

WL - Eles não reagiam de público. Mas, a reação deles sempre foi contrária.

MC - Por quê?

WL - Exatamente porque eles sabiam que o elemento que viesse novo era um elemento que estava na dependência deles. Esse elemento podia cair no dia em que eles quisessem. Eles botavam uma pedrinha no caminho do camarada, o camarada caía ali. Só quem podia era o grupo. E não tinha mandato. Nenhum deles tinha mandato, quando o presidente queria, nomeava outros. E o colegiado tinha mandato, compreendeu? Aí era pedra no caminho. Tinha mandato! Os presidentes, que os membros do conselho tinham mandato, compreendeu? Era protegido também pelas classes que o elegiam, compreendeu? Então, eles reagiam contra isso. Eles diziam também o que o trabalhador vai fazer, lá dentro. O que é que o empregador vai fazer lá dentro? Não sabiam eles que os trabalhadores, e os empregadores, conheciam no meio elementos capazes, mas não tinham condições de entrar naquele miolo. Naquele grupo.

NM - Eles não sabiam ou não tinham interesse que outros grupos?

WL - Não! Não tinham interesse que outros grupos penetrassem. Não entrava ninguém. Por isso que ficou apelidado como o cardinalato, não é? Cardinalato. E o principal e o Instituto, ainda hoje manda na Previdência Social. Ainda hoje manda na Previdência Social. É porque eles estão envelhecidos. Já essa coisa toda. Mas aonde tem qualquer coisa assim de mais rígido é com os elementos ligados ainda hoje ao IAPI.

MC - Mas, por que... Depois de 1964...

WL - Mas, com licença, eu quero ressalvar que eles não são maus elementos. Só que eles não têm a sensibilidade de atender os trabalhadores. Eles acham que estão ali, como funcionários para defender a instituição, para fazer aquilo que a instituição quer, o trabalhador dá aquilo que o trabalhador tem direito, e olhe lá! Compreendeu? Mas, nada de peninha com o trabalhador, essa coisa toda, não. Nada disso. É aquilo rígido!

MC - E qual é a relação que o senhor faz desses grupos terem tomado a dianteira depois de 1964?

WL - Ah! É exatamente por isso. É um grupo que logo que é nomeado um presidente, o presidente fica logo cercado. Então, como a revolução chegou e acabou com os colegiados, compreendeu? A Revolução recorreu a quem? A eles! A eles: "Senhor fulano

de tal", sempre eram elementos de direita, eram elementos às vezes contra o seguro. Eram elementos assim. Assim eles inspiravam confiança às classes dominantes. Então, aquele fulano de tal está [...]. E depois cercava aquele pessoal. Aí eles ficaram dominando. Não interessava! Eles não queriam ser presidentes! Não queriam nada disso! Queriam era manobrar! E ficavam manobrando. São meus amigos, gosto deles todos, todos!... Tudo amigo, não tem nada, profissionalmente são excelentes, eu mesmo atuei com muitos deles, gosto muito deles, compreendeu? Não tem problemas, mas existe isso. Existe aquele negócio que eles chamam sempre do grupo.

MC - O senhor se lembra de outras pessoas sem ser o Hélio Beltrão, sem ser Cantanhede, que o senhor trabalhou? Sem ser o Oswaldo Óleo também?

WL - Ah! Me lembro de todos eles.

MC - O senhor se lembra?

WL - Me lembro! Me lembro, me lembro de elementos maravilhosos também. Me lembro, por exemplo, do Lira Madeira que era o chefe do departamento... Eu me lembro do Moacyr Cardoso Velloso de Oliveira, na minha opinião o homem que entende mais de Previdência Social. Quando eu digo entender de Previdência Social não é ver as necessidades dos trabalhadores, entender da legislação! Ninguém entende mais do que ele! Compreendeu? Ninguém mais entende do que ele. Ele ajudou muito. Foi o presidente, foi o representante dos ministros na comissão. Nessa comissão. Eu era representante dos empregados, e ele era o presidente da comissão.

MC - Que comissão?

WL - A comissão que elaborou o regulamento da LOPS. Ele era... Então ele é elemento entendido! Está a vida toda exclusivamente ali. Se você for falar com ele, vai ser uma alegria. Porque ele lhe coloca a par da legislação desde o início. Ele tem tudo catalogado direitinho. Eu repito... Pode falar com ele que eu repito, é a maior inteligência. O maior valor na Previdência Social. Mas quando eu digo isso eu não falo no problema de... Porque uma coisa é reivindicar, outra coisa é a lei em si. Eu conheço mais o movimento.

MC - Senhor Waldemar, o senhor se considera um especialista em Previdência Social?

WL - Não. Não me considero. Apenas sou uma pessoa vivida, entendeu? Eu vivi muito esse problema! Porque logo cedo eu fui para o conselho fiscal de uma instituição grande como o IAPI, e lá aprendi muito, aprendi muito. Aqueles processos, brigava com o pessoal, com os presidentes, com os Diretores, que a ideia era essa. Conselho Fiscal é Conselho Fiscal; administração é administração! Vê as nossas contas, vocês podem ver. Mas, na administração quem manda somos nós. Então, cada um dos benefícios era uma administração, entendeu? A gente não podia fazer política nenhuma.

MC - E o senhor além de ser entendido em Previdência Social, foi um líder sindical. Parece que essa não foi uma tradição dentro do movimento dos trabalhadores. Quer dizer, grandes lideranças sindicais, parece que não sabem nada sobre Previdência Social.

WL - É verdade. Foi verdade.

MC - Que razão o senhor dá a essa situação de que grandes lideranças da CGT, da PUA, de vários movimentos?

WL - Até não dá muita importância. Você tem razão.

MC - Por que?

WL - Porque não entendem bem. Olha, se a LOPS não fosse derrogada pela revolução, nós teríamos hoje dirigentes sindicais, muitos dirigentes sindicais ainda conhecedores perfeitos da Previdência Social. Inclusive o Pellacane, os Catete Braga, o pessoal... Esse pessoal todo que estava na Previdência Social...

MC - Wilson...?

WL - O Catete Braga, o Manoel Paulo Martins, falecido. E o pessoal dos bancários. Esqueci o nome deles. Pessoal do IAPFESP também. Eu me esqueço dos nomes deles... Nelson de Tal... eu me esqueço o nome deles. Lá em Juiz de Fora. Então esse pessoal, eu conheci da Previdência Social porque lidava. O setor deles no meio sindical era a Previdência Social. Ele se dedicava àquela tarefa. Outros não. Outros presidentes de sindicatos se dedicam à administração dos sindicatos, salários, o empregador bota para rua, ele vai brigar com o empregador. Vive num inferno, aquela coisa, não é? Aquela situação. E a Previdência Social é diferente. Então, eu fiquei conhecendo mais um pouquinho da Previdência Social pelo fato de eu ter sido eleito pelos trabalhadores, na época, para o conselho fiscal do ex-IAPI. Depois teve a Lei Orgânica da Previdência Social e eu me interessei pelo setor que estava como representante dos empregados no conselho fiscal do IAPI. Eu pude trabalhar! Pude trabalhar pela Previdência Social, compreendeu? E aí fui aprendendo mais. Aprendendo na medida do possível, eu me dediquei àquilo.

MC - Mas o senhor compõe uma minoria? Uma minoria de trabalhadores que tem conhecimento?

WL - Ah! Uma minoria que tem conhecimento.

MC - Mas, qual é a razão que o senhor atribui a só uma minoria ter conhecimento disso aí?

WL - Primeiro: os trabalhadores, nenhum deles depois da revolução, assumiram posição de direção na Previdência Social. Não conheço nenhum deles. O governo prefere pegar um elemento estranho, meter lá dentro. Agora mesmo, eu estava dizendo que nem terminei, o Tancredo chegou e disse para mim: "Oh! Você vai lá. Logo após a minha posse, você me procura, porque eu vou dar a presidência do Instituto para você então organizar a Lei Orgânica da Previdência Social, novamente. "Muito bem! A conclusão... Isso eu disse mas não cheguei à conclusão. A conclusão é que, eu, quando cheguei lá - cheguei no dia 13 - ele já estava doente. E adoeceu, eu não falei mais com ele nem nada.

Resultado, muitos companheiros fizeram documentos. Eu tenho documentos aí, indicando meu nome para presidente do IAPAS, a pretexto - exatamente por isso! Mas eles acharam de colocar um outro elemento político, ele colocou o Macarini, meu amigo, ele colocou o Paulo Macarini. Então, para você ver as coisas como são! Trabalhador não entra! Então, não entrando, ele não se especializa. Você compreendeu? Fica restrito ao sindicato. Fica restrito, fica pedindo aquelas coisas todas.

MC - O senhor se lembra se nas grandes lutas intersindicais, greves, de 1950, 1960 até a revolução, a questão da Previdência Social era uma questão destacada nessas lutas?

WL - Não! Não era! Não era exatamente por isso. Porque os trabalhadores naquela época, eu já frisei que os trabalhadores de um modo geral não queriam pagar a Previdência Social. Escondiam-se até! Eu sou daquele tempo que eles se escondiam. Já disse isso. Então essa é uma luta que os trabalhadores não viam com muita simpatia.

NM - Em 1962 o senhor resolveu sair candidato a deputado federal. Por que essa opção?

WL - Com razão, pelo seguinte: a minha opção, os meus companheiros de lá Pernambuco e daqui também do Rio de Janeiro, e de outros estados, achavam que a Previdência Social deveria ser defendida. Então achavam também que nós, que conhecíamos um pouco também de Previdência Social, deveríamos pleitear o cargo.

NM - Defendida de que?

WL - Defendida contra os interesses estranhos. Como foi o caso da Revolução. Que a Revolução, quer dizer, a Previdência Social que já tinha avançado tanto! E então evitar o retrocesso. Quer dizer, aprimorar mais a lei. Então, eu fui convidado por vários companheiros para que fosse candidato aqui, mas os companheiros de Pernambuco forçaram mais, e eu saí candidato por Pernambuco. Não queria! Não queria porque eu sabia perfeitamente que o deputado... Ser deputado é um negócio terrível. É um regime... o deputado - por isso que eu não sou candidato! Não fui candidato logo... porque eu fui cassado, não é? E logo após a cassação - quando veio a anistia, não fui candidato. Que eu entendo que no regime atual o cidadão teve que fazer um trabalho geral. Ter uma atividade geral, defender os interesses gerais e não os interesses pessoais. E hoje a questão está contida nos interesses pessoais. O cidadão vota, por exemplo, ou arranja um número de votos para o candidato. Amanhã ele vai exigir um emprego, uma situação privilegiada, uma coisa qualquer. Eu não disse nada, mas eu me omiti da política por isso.

NM - O senhor foi candidato por uma coligação PST-PSB?

WL - É.

NM - Por que essa opção, PST-PSB?

WL - Não houve opção. Nós fomos obrigados. Tanto eu como o Pelotas e Julião. Nós fomos obrigados porque o partido que nós deveríamos concorrer... Nós queríamos

concorrer pelo PTB começou e hoje, é amanhã, é hoje é amanhã, dá hoje, amanhã. Está sem prazo, compreendeu? Nós verificamos que nós poderíamos ficar sem legenda.

NM - E por que poderia ficar sem legenda?

WL - Porque não havia interesse em colocar pessoas com possibilidades de receber votos no estado. Por que a ideia do político, político dirigente, é essa: ele está lá, se ele colocar um concorrente que lhe dê voto, para aumentar a legenda, e, que ele venha a se beneficiar desses votos, é uma coisa. Mas, se ele verificar que tem concorrente que vai botar voto para legenda, mas, possivelmente os votos podem superar aqueles votos dados a eles, os políticos, aí eles criam caso. Então eles esperavam que eu tivesse, por exemplo, Julião, nós tivéssemos bastante votos. Mas que os nossos votos dariam apenas para nos elegermos. Então, com isso, tirando a possibilidade de outros que eram até dirigentes, elementos até que já tinham participação no partido, de direção do partido, essa coisa toda. Então, a ideia era essa. E acharam que não deviam dar. Mas não disseram que não iam dar. Até que nós conseguimos essa legenda.

NM - Como foi a sua campanha?

WL - A nossa campanha foi uma campanha como outra qualquer. Eu muito ligado aos trabalhadores. Minha campanha foi uma campanha feita pelos trabalhadores. Todos os sindicatos lá de Pernambuco.

NM - E a temática da Previdência Social?

WL - Ah!

NM - Aparecia?

WL - Aparecia. Era o principal. A principal! E outros aí. Eu não ia somente ficar com a Previdência Social. Por exemplo, eu via que o funcionário público, eu não tenho nada contra o funcionário público não, não tenho nada. Mas o funcionário público tinha trinta dias de férias. E o trabalhador de empresa tinha quinze dias. Eu achava isso um negócio terrível. E apresentei projeto nesse sentido. Tem aí projeto, apresentei. E a revolução pegou o meu projeto e por decreto aplicou, compreendeu? Os trabalhadores hoje têm trinta dias também, não é? E foi.

LO - Com relação à Previdência Social, quais eram os termos que o senhor defendia, em que ponto a Previdência Social entrava na sua plataforma?

WL - Entrava melhoria da assistência médica. Que era o principal. Eu defendia o princípio que uma assistência médica perfeita, se o instituto aplicasse bem numa assistência médica, ele ia aplicar menos num auxílio à doença. Não é? Porque o operário que é tratado imediatamente, tem sua assistência médica imediata, não vai ficar tanto tempo recebendo benefício do instituto. Eu defendi esse princípio. Sempre defendi esse princípio: assistência médica!

NM - E na Câmara dos Deputados? Qual foi o seu desempenho?

WL - Olha! Na Câmara dos Deputados eu passei pouco tempo. Eu assumi minhas funções e quinze dias após fui submetido a uma operação de apendicite. Uma operação de apendicite é uma coisa boba. Mas, a precariedade dos serviços médicos lá era tão grande...

LO - Nos institutos?

WL - Não, no hospital em Brasília, que era do próprio instituto. Aí não tinha hospital...

LO - Era um hospital de madeira, que tinha lá?

WL - É... Então saí de lá com três dias. Com três dias eu estava com um abscesso de parede formado. Então, os médicos, todos eles lá, fizeram uma reunião e acharam que lá não havia condições de me tratar do jeito que eu estava. Então, a Câmara providenciou lá, eu vim de avião para o hospital dos Servidores. Se eu não fosse deputado, não viria, não é? É aquilo que eu falei antes. Hospital dos Servidores. Então, aqui foi Tenório, esse médico do PSB, que me tratou, aquele médico Tenório, nunca mais eu vi, grande amigo. Foi ele que me tratou lá no Hospital dos Servidores. Eu passei dois meses lá no hospital. Isso já atrapalhou um pouco. E quando saí, saí com uma recente caída, eu não pude voltar assim... E quando voltei já foi no segundo semestre. No segundo período da Câmara. Aí tive uma atuação, como você vê, pequena, lá dentro. Mas deu para apresentar projeto, deu para começar a me envolver, estando por ali e tal. Então, no fim do ano recesso. Quando se iniciou o ano de 1964, eu fui cassado.

NM - Como repercutia na Câmara dos Deputados as reivindicações em torno da Previdência Social?

WL - Repercutia bem. Não havia reação contra a Previdência. A previdência é uma coisa estranha, se tiver alguém que tenha condições de jogar esse assunto de Previdência Social na rua, ele interessa a todo mundo. O problema é nós encontrarmos, a maneira, o veículo de publicidade. Encontrarmos uma imprensa que abrigue essas pretensões, essa coisa toda. Então, desde que a imprensa publique, todo mundo vai gostar. Quem é que não gosta de uma assistência médica melhor?!

NM - Os seus projetos eram aprovados na Câmara?

WL - Não. Porque eu tive pouco tempo lá. E os projetos, todos eles ficaram lá, na Câmara. A Câmara depois...

NM - E o governo João Goulart, em relação à Previdência Social?

WL - O governo João Goulart, ele ficou naquela posição de ser governo. Ele achou muito bom isso. Porque o pessoal que vivia, ao contrário do que se fala, que ele vivia nomeando, nomeando, nomeando, ele vivia cercado de um bocado de elementos querendo nomeações à força. Está entendendo? Ele ficou livre disso! Só quem podia nomear era o colegiado, o colegiado não nomeava, ele jogou: "Esse negócio não é mais comigo, é com

o colegiado lá." E se saía bem. Então não havia problema nenhum. Nunca nos pediu coisa nenhuma. Sempre foi muito camarada. Nos deixou à vontade. Ao contrário, sempre nos auxiliou. Porque, quando a Previdência foi instalada, tivemos DNPS, colegiado do DNPS; tivemos o conselho fiscal, tivemos os colegiados e tudo, os institutos, uma série de coisas. Então, tivemos problema de pessoal. Então, mostramos a ele, ele teve que ajudar nessa parte, tivemos que fazer aquele...

NM - Qual foi a justificativa para a sua cassação?

WL - Não sei. Até hoje não sei. Eu, a impressão que eu tenho, é que a Revolução não admitia liderança, principalmente no meio sindical.

NM - E o senhor recebeu, no momento da sua cassação, apoio dos sindicatos?

WL - Olha, os sindicatos foram todos enxovalhados, só ficaram aqueles que eram muito ligados ao governo, essa coisa toda. Enxovalhados! Os sindicatos todos! O governo chamou cada dirigente sindical e fez dele um satelitezinho lá e pronto.

MC - Só os pelegos, então?

WL - Eu não chego a esse ponto. Mas só aqueles que se afeiçoaram muito à Revolução, não é? Que ficaram. Os sindicatos permaneceram, mas nessas condições. Não podia fazer greve, não podia fazer isso, não podia fazer aquilo. Tudo bitolado.

LO - Por que é que o senhor não gosta do termo pelego?

WL - Eu acho que é uma ofensa. Por exemplo, chamam, dizem que o Joaquinzão é um pelego. Eu acho que não é. Não é? Como, meu amigo se eu começar a dizer aqui, pelego, pelego, amanhã ele vai dizer: "Como! O Alves sabe que eu não sou pelego. Como outros que a gente sabe que não são pelegos, são apelidados de pelegos. Agora, conheci pelegos! Conheci pelegos. Não é que eu não goste do termo pelego. É que eu acho que não devemos rotular... O Joaquim não é um pelego. Joaquim é um camarada esforçado. Um pelego não recebe cem mil votos dos trabalhadores, para se eleger. 150 mil votos... de trabalhadores, disputando outra chapa, com a CUT, lá. Não pode ser um pelego. E depois é seguro quem conhece o Joaquim, como eu conheço, como nós conhecemos o Joaquim sabe que ele é companheiro seguro, muito seguro! Não é comprometido! Não é comprometido. Então, fica ruim eu chegar aqui e estar: pelego para lá, pelego para cá... quando só se fala: "Joaquinzão é um pelego!" Eu chamei: "Joaquim não é um pelego!"

LO - O senhor já foi acusado de ser pelego, já foi abordado?

WL - Não. Porque eu sempre fui eleito. Minha eleição foi feita diretamente pelos sindicatos, compreendeu? E não havia isso. E na ocasião, havia muito aqueles elementos. Eu sempre fui muito ligado à esquerda. E não tinha... Era aberto, não tinha problema nenhum. Que me tirassem, que não me tirassem... Sempre ligado à esquerda, compreendeu? E não fazia questão, aquilo era um serviço que eu estava prestando. Então eu era eleito pelos companheiros lá. Quando não quisessem me eleger, eu sairia, não tinha

nenhum problema, compreendeu? Então, eu não me considerava assim. Tanto assim que outros companheiros meus, - não quero dizer o nome também - que já se acomodaram mais um pouco, não ficavam, não foram reeleitos nem nada. Que se acomodavam, que tinha medo de entrar na luta. Essa coisa. Então, quem está na luta em defesa dos trabalhadores, tem que estar na luta. Eu hoje estou perdendo certas vantagens. Se eu quisesse tirar vantagem em política, eu teria vantagens de ordem pessoal. Muita vantagem de ordem pessoal, porque eu estou no meio, compreendeu? Mas, não quero! Fui indicado para presidente do Instituto, me ofereceram secretaria porque eu não iria fazer nada. Então, os companheiros, aí é que veio a história, os companheiros disseram: "Está vendo! Acomodou-se! Ele pegou a secretaria lá. Está ganhando o dinheirinho dele. Hein? E agora? O que é que ele vai fazer lá? "Então, eu tenho ainda essas coisas muito comigo. Minha família não concorda muito comigo. Mas, de certo modo tem que tolerar esse meu ponto de vista, que é um ponto de vista meu.

MC - Para o senhor, quem é o pelego? Para o senhor? Como é que você definiria pelego?

WL - Eu defino o pelego, que eu já vi muitos deles, aquele elemento que não queria nunca deixar a direção do sindicato. Mas, em compensação, enquanto estava na direção do sindicato impedia qualquer reivindicação dos sindicatos. E até se ligavam aos patrões. Isso eram os pelegos. E como os patrões, naquela época - hoje pelego está difícil, hoje quase não há pelego. Não há. Não há. Podemos assegurar... Mas, naquela época havia a figura do pelego, era exatamente uma época em que o patrão podia numa fábrica dizer, não é? "Olha! Você vai votar em Waldemar, compreendeu? Você vai votar no senhor Waldemar. Vai votar no seu fulano." Esse é que eu chamo pelego. Quer dizer, ele pediu o patrocínio do patrão, e em compensação fica amarrado com o patrão lá. Era incapaz de fazer uma reivindicação. Esse é que era o pelego que nós nos referíamos como pelego. Então, quando havia uma ameaça, quando havia um companheiro que queria entrar para disputar uma eleição, ele logo colocava um rótulo, rotulava o companheiro de comunista! Como o regime era anticomunista, a delegacia do trabalho chamava logo o sujeito e dizia: "Olha, se você continuar fazendo campanha lá dentro, criando problema, vou avisar a ordem político-social". Dificilmente, o cara enfrentava, só algum companheiro de fibra mesmo que enfrentava, que levava avante essa situação. Mas, outras não. Não levavam avante. Então, esses eram os pelegos. Que eu defino.

NM - O que aconteceu no IAPI entre 1964 e 1966?

WL - Nesta época eu estava ausente, inclusive não podia nem aparecer. Eu estava afastado, não estava fora do país, mas estava afastado de qualquer coisa. Então, o que estou sabendo que aconteceu, foi que o governo tomou logo conta dos institutos. E nomeou para cada Instituto, a pessoa que recebia ordem direta do presidente. E então, veio a figura dos cardeais. Aí esses elementos apontados eram cercados pelos cardeais que não tinha aquela sensibilidade que nós tínhamos anteriormente. Então fomos tocando para frente, desde que defenda os interesses da classe, quer dizer, a classe de autárquicos, está tudo bem.

NM - A repressão que se seguiu nos sindicatos ocorreu também nos IAPs?

WL - Ah, ocorreu! Ocorreu! Ocorreu.

MC - Como se deu essa repressão?

WL - Eu não sei! Eu não sei, eu não vou dizer uma coisa assim, que eu não tenha assistido. Que eu logo, juntamente com Vinícius Cerqueira, não sei se ouviram falar, que era meu amigo sindical aqui, com Batistinha, como outros companheiros, nós cuidamos de sair daquela coisa. Porque ficamos até o dia nove na Câmara dos Deputados. O Juarez Távora foi o elemento de ligação entre Costa e Silva e nós, no Congresso. Nós ficamos sitiados no Congresso!

MC - Sitiados?

WL - É! Porque o governo não tinha baixado o Ato Institucional nº 1. Só no dia nove é que ele baixou o ato. Enquanto isso, não tinha definido nada. E estava o Juarez Távora tentando harmonizar, ver o que fazia com o pessoal que estava lá dentro, essa coisa. Até que veio a notícia, que no dia nove saiu, e saiu mesmo no dia nove, nós tínhamos que tomar uma posição: fugir, de lá. Agora, eu aproveitei o ensejozinho. Antes disso, burlei lá qualquer coisa, uma vigilância através de amigos, aquela coisa toda, enquanto eles não estavam naquela agitação, aquela coisa toda. Peguei minha família que estava lá, ainda tinha meu apartamento aqui, fui ao aeroporto com a patroa e meus filhos, pus a minha patroa no avião, ela veio, ficou aqui, e eu voltei rapidamente para Câmara - fiquei lá porque na Câmara nós estávamos protegidos. Então, quando saiu o Ato Institucional, cada um de nós tivemos lá, os padrinhos lá, que acontece nessas oportunidades. Então fui levado para um lado, outro para outro, outro para outro, então cada um...

MC - O senhor foi para onde?

WL - Não sei.

MC - O senhor não sabe disso, não é? (Risos)

WL - Não. Sei que os amigos me levaram para um lugar e tal, eu fui tratado bem...

MC - Quanto tempo o senhor ficou nesses lugares?

WL - Ah! Eu passei quase dois anos.

MC - Dois anos para todos esses lugares?

WL - É.

MC - Escondidos?

WL - Ah! É! O negócio era pegar quem não fez nada. O negócio era querer pegar o sujeito, não sabiam o que iam fazer.

MC - E o senhor sabia que estavam perseguindo o senhor, ou se estavam...?

WL - Não! Eu não sabia de nada! Eu sabia que estavam perseguindo os outros, eu também era dirigente sindical, eu era um elemento de esquerda, fui cassado, então bastaria, não é? Para ter cuidado.

MC - E por que depois desses dois anos o senhor voltou a...?

WL - Ah! Voltei porque houve até interferência do Batista Ramos. Aí era uma outra história. O Batista Ramos um dia ficou sabendo, mandou uma pessoa me dizer que eu devia ir saindo, que se amanhã houvesse qualquer coisa, ele iria pelo menos - ele era da Arena, presidente da Câmara também. Ele disse: "Não! O Alves, eu conheço o Alves muito bem e tal". Mas, não chegou a esse ponto. Um dia ele me pediu que eu fosse à Câmara. Eu não queria, mas fui e tal... Estava o padre Medeiros lá, aquele de Alagoas, que foi deputado federal, estava com outros elementos lá, eu apareci, aí ele disse: "Olha, você fica por aí, se acontecer alguma coisa você me fala." Eu só podia confiar porque ele era o presidente de Câmara (risos), meu amigo! "Não vai haver nada contra você e pode ir saindo por aí e tal." Aí eu comecei a sair. Já com a vida destroçada, não é? A gente tem a vida destroçada da gente.

MC - O senhor poderia colocar algumas coisas dessa vida que o senhor levou? O que quer dizer isso: a vida destroçada?

WL - Destroçada, que eu não pude trabalhar! Eu não pude cuidar de minha vida! Eu não podia cuidar de minha família, dar assistência à minha família, não pude nada! Compreendeu? Desempregado!

MC - E o senhor tinha contato com sua família?

WL - Ah, tinha! Tinha! Através de pessoas com quem eu estava lá, eram pessoas amigas, não é? Mas, esse assunto é um assunto que já passou. Tomara que nunca mais venha para ninguém. Tomara que nunca mais haja ditadura aqui no país. Seja de esquerda ou de direita, de onde for. A democracia, é o melhor, por pior que sejam os absurdos que se vê na democracia, ela é melhor do que qualquer ditadura. Essa é que é a verdade.

LO - Senhor Waldemar, o senhor foi representante dos trabalhadores no Conselho Fiscal. Em algum momento o senhor foi obrigado a impor, quer dizer, era um Conselho Fiscal do IAPI dominado por um grupo de atuários, de técnicos. Onde se colocava a questão da acumulação principalmente. Em algum momento o senhor...?

WL - Acumulação de que?

LO - Da capitalização, desculpe. Da capitalização. Em algum momento o senhor teve que fazer os trabalhadores, quer dizer, engoliram a tese da capitalização?

WL - Não, porque os trabalhadores nem se interessavam por isso. O interesse era nosso, que éramos representantes dos trabalhadores, e nós nos considerávamos os mais

esclarecidos e com os deveres que tínhamos ali de defender aqueles interesses todos. É por isso que nós lutávamos contra aquilo. Mas, esbarrava com aquele problema deles: "Então está tudo legal, nós somos contra, mas desde que haja recursos." Com esse objetivo. E esse era o argumento fatal.

LO - Argumento de que?

WL - Que se houvesse novas fontes de renda, então se poderia fazer novas... se prestar novos serviços.

LO - O senhor, na época, tinha conhecimento de que outros institutos aplicavam políticos diferentes, redistribuindo?

WL - Mas, já disse aqui que outros faziam porque recebiam dos empregadores aquela parte referente ao seguro. Que era uma parte formidável, substancial. Uma importância substancial! Fazendo pela qual, nós fizemos uma campanha também pela estatização do seguro.

MC - Alguns institutos já tinham, já controlavam o seguro?

WL - Já! Então! É com essa razão! O IAPETC, o IAPM controlavam.

MC - O IAPETC também?

WL - É. O IAPETC também, principalmente. Por isso que eles prestavam assistência médica. Tinham recursos, não é?

MC - Recursos calcados...

WL - Recursos calcados em grupos!

MC - Em seguros?

WL - Seguros!

MC - Sim! Senhor Waldemar...

LO - Já vamos parar, está quase terminando...

MC - Senhor Waldemar, o senhor foi presidente do sindicato, o senhor foi do Conselho Fiscal...

WL - Só uma vez! Só.

MC - Só, o senhor foi do Conselho Fiscal do IAPI, foi do colegiado do IAPI na década de 1960, chegando a ser presidente do IAPI.

WL - É!

MC - E o senhor como operário, o senhor começou como uma pessoa pobre...

WL - Exato, exato.

MC - Lá em Pernambuco... Eu quero saber o seguinte: esses cargos que o senhor teve, isso fez com que o senhor ascendesse socialmente?

WL - Não! Não! Porque hoje sou mais ou menos o que fui sempre. Eu chego em Pernambuco, minhas ligações são exatamente... Tem outras ligações porque a gente... Por exemplo, hoje eu conheci vocês! E aí a gente vai conhecendo pessoas. Minhas ligações são com os trabalhadores ainda e com aquele pessoal da Previdência Social com quem convivi. É um pessoal que pelo menos me esperavam na presidência do IAPAS, que eu não fui, mas eles esperavam ansiosamente porque eu fiquei numa posição um pouco difícil, porque vi que na posse do Macarini, o pessoal lá falando e tal. Eu até saí mais cedo e tal para evitar... Mas, eu sei que eu seria recebido muito bem pelos previdenciários, pelos funcionários da Previdência Social... Seria recebido muito bem em virtude da minha passagem anteriormente pela Previdência Social. Que o nosso objetivo não era atacar ninguém, é...

MC - Sim. Mas, o senhor acha que, por exemplo, ser dirigente sindical não melhora a vida de ninguém não?

WL - Não. Eu não sei se melhora. A minha não melhorou. Isso aqui eu comprei quando era membro do Conselho Fiscal, pela Caixa Econômica. Ainda hoje estou, desde aquela época. Isto aqui nesse apartamento. Hoje isso deve estar valendo mais de 13 mil cruzeiros. Treze mil cruzeiros naquela época, há quase 30 anos.

NM - Como o senhor explica...

WL - E eu podia pagar, que era membro do Conselho Fiscal, e afinal de contas ganhava, não é?

MC - O senhor ganhava bem?

WL - Eu ganhava regularmente. Ganhava... Nós tínhamos jetons.

MC - Ah! O senhor tinha jetons?

WL - Pelas reuniões, como parecer.

MC - Pelas reuniões...

WL - Mas dava naquela época, não é?

MC - O senhor se lembra assim, o senhor sendo? Terminou?

LO - Terminou não.

MC - Eu pediria ao senhor um pouquinho assim mais de tempo...

Data: 28/07/1986

Fita 6 – Lado A

LO - Nós estamos aqui com Marcos, Nilson e Luiz Otávio para entrevistar o senhor Waldemar Luiz Alves, continuando a entrevista, fita 6, lado 1.

NM - Em 1966, o período que vai de 1964 até 1966, segundo os livros, segundo alguns depoimentos, teria o problema da saúde provocado uma série de debates.

WL - É verdade.

NM - Inclusive dentro da própria chamada tecnocracia estatal.

WL - Verdade.

NM - Bom, como é que o senhor, que nesse momento estava na clandestinidade, como é que o senhor via a criação do INPS nesse momento?

WL - Bom, a criação do INPS foi uma decorrência da Lei Orgânica da Previdência Social. Aliás, o INPS anteriormente era previsto por nós. Só que o INPS, nós estávamos pensando na possibilidade de o INPS agregar todos os institutos, nós fazermos a unificação através do INPS. Foi um nome que nós criamos inclusive - Instituto Nacional de Previdência Social. Era por esse caminho. Então, tudo que foi feito, eu posso lhe garantir, tudo que foi feito durante o período da ditadura, isso foi baseado em opiniões nossas anteriores. Opiniões, quando eu digo nossas, opinião das lideranças sindicais, em vários congressos, reivindicações nossas dos trabalhadores. E eles não tinham o que fazer, não tinham nenhum elemento, eles podaram todas as lideranças. As lideranças que podiam fazer alguma coisa, isso a ditadura liquidou porque não queria sombra, não queria sombra. Mas, ficou aproveitando alguma coisa. Eu digo projeto meu mesmo da Câmara, eu já disse certa vez aqui, para dar só um exemplo: um projeto meu, que era um projeto, já falei sobre esse assunto. E eu tive o cuidado de apresentar no pouco tempo que passei lá, um projeto nesse sentido, e foi *ipsis literis*, aproveitado pela ditadura, compreendeu? Está lá! Hoje todo mundo está ganhando trinta dias, exatamente conforme o nosso projeto! E outras, para dar um exemplo só. E foram aproveitando outras coisas. Agora muita coisa boa, muita coisa de importância foi feita na Previdência Social. Mas, o pior em tudo isso foi retirarem dos empregados e dos empregadores o poder de administrar juntamente com o governo. Isso foi o pior! Não houve nada pior para a Previdência Social do que isso! E depois, em seguida, os institutos tinham um conselho fiscal, já falei aqui sobre o problema do Conselho Fiscal. Qualquer sociedade civil tem um Conselho Fiscal! Para ver as contas, essa coisa toda. Então, eles liquidaram também com o conselho fiscal! E ficaram

absolutos! Resultado: o que se viu até recentemente, foi o Passarinho sem saber dizer quanto é que ele tinha nos cofres! Só dizia que havia déficit, déficit, déficit, não sabia de nada. Ninguém sabia de coisa nenhuma! O que não ocorreria se por ventura houvesse uma administração colegiada porque estavam ali os interessados; eu participei disso e garanto que qualquer das partes, empregados, empregadores e governo todas as três eram interessadas em saber o que havia. Queriam saber o que estava havendo! E além disso havia um conselho fiscal, constituído também das três categorias, que queria funcionar! E para funcionar esse conselho exigia as coisas, as contas, os detalhes, essa coisa toda! Isso, a ditadura liquidou logo com isso! De pronto liquidou com isso. De pronto liquidou, para ficar só, gastar à vontade, e fazer o que se fez por aí! Eu já disse também, no decorrer da minha entrevista, que naquela época a economia era tão grande, que o cafezinho no gabinete - no meu gabinete por exemplo, do presidente do instituto, era feito através de cotas de empregados lá. Então, quando a revolução chegou, foi um negócio! Até mordomos colocaram, que até hoje existem por aí. Então, são essas coisas.

MC - Senhor Waldemar, mas na época da unificação não houve resistência por parte de alguns institutos?

WL - Bom... A unificação também já disse, talvez, sem dar ênfase à situação, com respeito àquelas classes que se opuseram. Mas, se opuseram de uma maneira, vamos dizer, discreta. De uma maneira discreta. Entre essas classes estavam os bancários, que eles se consideravam uma categoria bem situada, uma categoria onde não havia analfabetos, não é? Uma categoria, embora ganhando pouco, mas tinha um padrão de vida melhor, e, então diante dessa situação toda, foi possível se por uma pedra na história. Para não desagradar uma classe, que era uma classe e todos nós sabemos, uma classe lutadora pelos seus interesses. Mas, veio a revolução, e a revolução então fez, sem ninguém falar! Ninguém disse coisa nenhuma e nem poderia dizer! E foi feita a unificação que foi uma coisa boa. Eu considero uma coisa boa.

MC - Além dos bancários havia outra categoria que também resistia à unificação?

WL - Bom! As outras categorias eram aquelas categorias já tratadas por mim anteriormente, que já tinham assistência médica, por exemplo, que já tinham uma outra legislação... Isso! A resistência, eu estou me referindo à resistência anterior à ditadura. Posterior, não houve resistência! Porque nem poderia haver, que era uma ditadura! Fez aquilo! Mas, anteriormente, havia o pessoal das Caixas, que se achava muito bem situado, segundo eles, muito beneficiados. Porque a Caixa era uma empresa já estatal, que fornecia vários benefícios interessantes aos trabalhadores, dava certa vantagem. As Caixas... Tinha o pessoal filiado às Caixas, tinha realmente mais vantagens, muito mais vantagens! Era uma coisa melhor, era uma legislação melhor para eles. Foi unificada com muito trabalho, toda a legislação, mas ele não queria perder aquilo que tinha. Que eram direitos adquiridos, essa coisa toda. Então, para eles, não era importante a unificação, que eles diziam que era colocar tudo em pé de igualdade. Não dava certo. Era baixar primeiro todos para chegar ao ponto que eles já chegaram. Os bancários, os ferroviários.

MC - Que Caixas são essas que o senhor está mencionando?

WL - Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários.

MC - As Caixas dos Ferroviários?

WL - É, e anteriormente houve outras caixas, mas essa é que existia na época! Essa caixa.

MC - Quais eram os argumentos dos bancários em termos de ser contra a unificação?

WL - Olha, os bancários não falavam abertamente o porque, mas nós entediamos o porquê, compreendeu? Apenas não é interessante fazer a unificação de todo mundo, essa coisa toda. O argumento era vago. Era vago, mas no fundo nós sabíamos que era por isso. Para não igualar os bancários... Eu quero dizer que estou falando num sentido muito alto aqui, muito elevado, que os bancários formam uma classe que colaborou muito com todos nós. Sempre! Inclusive na Previdência Social, eu já disse aqui antes, foi um fator de grande importância. Mas, se colocavam numa posição, por exemplo, tinha hospitais, os bancários inclusive não precisavam de fiscalização, porque os bancos eram fiscalizados pelo governo. Inclusive tinham privilégios assim, compreendeu? Recebiam aquele dinheiro certinho, tudo direitinho! O instituto recebia centavo por centavo, porque os clientes eram os bancos, entendeu? Havia uma diferença! Então ele não queria se misturar com os outros, ficar sujeito a outra situação. Então, nós compreendíamos bem, e não queríamos abrir um flanco e tal. Então veio a revolução e resolveu esse problema da unificação. Que foi um trabalho muito importante, que a revolução prestou. Diga-se a verdade.

MC - Mas eles não queriam justamente que o industriário fosse lá no Hospital da Lagoa?

WL - Bom, isso é verdade. Isso é verdade. Não é bem assim, mas subentendia-se isso. Que eles fizeram o hospital para eles! Compreendeu? Então, o empregado descalço, essa coisa toda e tal. Num hospital daquele já ficava ruim. Foi feito um hospital para eles, o tratamento era bom para eles e repito que era uma categoria e continua sendo uma categoria um pouco diferente, não é mesmo? Mas, não havia essa história de se dizer assim, frontalmente, que era por isso. Mas, nós compreendíamos que era mais ou menos isso. A unificação só seria importante se fosse para unificar tudo por cima. Melhorar tudo por cima. E não igualar todo mundo por baixo.

MC - Mas, o objetivo era igualar por baixo?

WL - Não! O objetivo era aos poucos... De imediato não poderia ser possível por cima. Porque havia muita coisa a fazer! Os industriários não tinham nada. E o que tinham era uma coisa que era dividida com 50% para Previdência Social, 50% dos contribuintes da Previdência Social. Eram operários de mão de obra sem qualificação, operários que andavam descalços, nas usinas mesmo tinham operários sujeitos à legislação do trabalho, serventes de pedreiro, para você ver, ter uma ideia mais ou menos do que era a massa industriária. A massa comerciária não ficava por trás. Era uma massa um pouco melhor: usava um paletozinho, um sapatinho, essa coisa toda, mas era uma classe pobre também. Era pobre, não se igualava nunca aos bancários! Não se igualava aos bancários. Mas tudo bem, não houve essa luta assim direta, não podemos dizer que houve luta dos bancários

contra isso, assim não. Apenas uma espécie de precaução, compreendeu? Para eles continuarem usufruindo daqueles benefícios que eles criaram para eles próprios.

MC - Então, nesse sentido, a unificação objetivamente favoreceu e muito ao IAPI?

WL - Não. Não favoreceu.

LO - Aos industriários?

MC - Os industriários?

WL - Não só os industriários, mas aos comerciários e aos industriários, que é a maioria absoluta. Porque o instituto que agregava mais associados era o IAPI. Podemos dizer assim, a grosso modo que era 50% da Previdência Social. Logo abaixo vinham os comerciários! Que nós podíamos calcular aí os comerciários como 20% da Previdência Social, ou mais! Uns 25% de Previdência Social, e o restante era o IAPETC, IAPB que eram pequenos, o IAPB, compreendeu? Eram os ferroviários.

MC - O senhor não acha que tem uma relação entre a unificação a ser feita em 1967, 1966, 1967 e a época que os "cardeais" do IAPI estavam na direção da Previdência?

WL - Não! Não!

MC - O senhor não faz nenhuma relação?

WL - Não! Não, não, não. Não, porque esse trabalho lá foi feito por representações classistas em que os bancários trabalharam muito. Nós é que achamos que não deveríamos, numa etapa só, realizar tanta coisa. Que já era muito o que estávamos realizando. Que era a Lei Orgânica da Previdência Social. E nós deixamos os institutos, mantivemos os institutos. Pelas razões que acabei de explicar agora. Então, nós achávamos que para a primeira etapa estava muito bom. Que nós chegaríamos depois à unificação de todos os institutos, que era o melhor, seria o melhor, porque, por exemplo, você calcula: cinco institutos, cinco presidentes de institutos, eu tenho um trabalho feito nesse sentido, compreendeu? Eu tenho um trabalho.

LO - Feito quando?

WL - Eu estava até fora da coisa. Mas tenho um trabalho, está aí, mimeografado, mimeografado, não, eu tenho um trabalho manuscrito, onde eu combatia...

MC - Combatia o quê?

WL - Os cinco institutos. A falta de unificação. Eu achava que devia haver a unificação. Então o meu argumento, além de outras coisas, eu dizia o seguinte: são cinco institutos, compreendeu? E nesses cinco institutos são cinco presidentes de institutos, depois cinco chefes de gabinetes. Mais cinco chefes de gabinete. Seis diretores de cada instituto. Você vai vendo o número de gente que ia. E assim por diante, cada diretor de instituto tinha o

seu grupo que ajudava, que trabalhava, aquele grupo de auxiliar, o grupo técnico. Então eu achava - sempre fui pela unificação - que deveria ser um instituto só, abrigando um só Presidente. Por isso eu achava que devia ser o INPS- Instituto Nacional de Previdência Social. Então isso eu debati, talvez não tenha ata, nem coisa, nas reuniões que nós fizemos. Então eu achava que o INPS deveria ter um só presidente, e devia ter o seu chefe de gabinete, depois do chefe do gabinete teria os seus diretores, mais os assessores.

LO - Pode continuar.

MC - Senhor Waldemar, então o senhor achava que ter só um presidente era mais racional?

WL - Evidente. Mais econômico.

MC - Mais econômico?

WL - Exato.

MC - Além de outras questões era também mais...

WL - Perfeitamente.

MC - Racional?

WL - Haveria um só departamento de assistência médica, um só departamento de benefícios, um só departamento imobiliário, um só departamento e assim por diante. Um só departamento atuarial e sob a direção de um só presidente. Era muito! Agora, houve interesse, como eu já falei aqui, de não se fazer isso antes. E nós achamos que foi um passo muito grande aquele que nós demos, e que, no futuro havia a unificação. Agora, esse trabalho eu fiz pelo seguinte, porque...

MC - O senhor fez esse trabalho em que época? Em que época o senhor fez esse trabalho?

WL - Eu fiz mais ou menos... Logo que o Presidente da República tentou a unificação. Tentou, não! Quando ele modificou tudo deixando os institutos ainda, aí eu fiz esse trabalho.

MC - Então isso foi em que ano? 1960?

WL - Deve ter sido em 1973, mais ou menos.

MC - 1973?

WL - Eu calculo. Não posso lhes dizer com precisão. 1972, mais ou menos assim.

MC - Qual o nome desse trabalho que o senhor fez?

WL - Não. O trabalho foi o seguinte: sempre achei que havia necessidade de unificação da Previdência Social, verifiquei que eles fizeram uma reforma da Previdência Social, aí que eu não me recordo bem, mas vocês... Houve a reforma da Previdência Social, quando houve essa reforma, ainda ficaram alguns institutos, alguma coisa lá. Eu então, nessa ocasião é que fiz o trabalho. E ia mandar até para empresa, um lugar qualquer... E no meu trabalho eu censurava aquilo que foi feito. Aquilo que foi feito. Eu achava que dever-se-ia, imediatamente, fazer a unificação; então haveria, dentro do meu ponto de vista, ministro, depois do ministro, Departamento Nacional da Previdência Social, e, depois disso, Instituto Nacional de Previdência Social. Então, o que foi que fez o governo, o governo deixou o Instituto Nacional de Previdência Social tratando dos pagamentos dos benefícios e concedendo os benefícios; a responsabilidade do INPS. A responsabilidade do INAMPS é dar assistência médica. A responsabilidade do IAPAS é dar recursos à Previdência Social, arrecadar, essa coisa toda. Então, eu não concordei com isso! Eu achei que o INPS resolveria esses problemas com menos gastos. Porque nós temos um INPS que é um presidente com chefes de gabinetes, com secretários, com varias coisas. O IAPETC, a mesma coisa, o INAMPS, a mesma coisa. Então, eu achava que dever-se-ia fazer a unificação. Seria o Instituto Nacional da Previdência Social. Responsável por tudo.

LO - Então esse projeto é de 1973?

WL - Qual projeto?

LO - O que o senhor está falando o seu trabalho é de 1973?

WL - Não. É... foi. Eu não me recordo agora. Que eu não esperava que vocês falassem sobre esse assunto. Foi logo quando a Revolução fez essa reforma. Agora, a época eu não me recordo.

LO - 1966?

WL - Eu acho que sim.

MC - O senhor não acha que a sua proposta não é muito centralizadora?

WL - Mas era! Era centralizadora e só assim centralizadora é que poderia resolver o problema.

LO - Uma coisa, o senhor colocou que...

WL - E seria econômico. Então eu achava que o departamento ligado... O departamento de benefícios, por exemplo, ele atenderia a todos os trabalhadores sem precisar de ter um presidente, uma estrutura daquelas só para beneficiar determinados elementos. Compreendeu? Então, um diretor, sob a orientação de um diretor, resolveria tudo. Sem aquele *status* de presidente, porque o presidente teria o gabinete, teria o lugar, teria não sei o que e tal. Então, eu queria evitar, eu queria economizar! E ficava tudo bem! Compreendeu? Ficava tudo bem! Cada departamento era responsável por um setor. A

essa altura eu também excluía - que eu sempre fui contra o trabalho que foi desenvolvido no Banco Nacional de Habitação. Quer dizer o Banco Nacional da Habitação recebeu verdadeira fortuna e não soube administrar essa fortuna em favor dos trabalhadores. E eu acredito que se houvesse a unificação, e se o departamento de benefício, naquela base, ligado ao presidente do INPS, compreendeu? Ele, então responsável por esse trabalho, iria dar o benefício, ele ia administrar muito bem, o dinheiro do fundo social, viu? Esse é o meu ponto de vista: achei, e acho que era um trabalho centralizado. Mas, acho que isso seria de suma importância para nós.

MC - Senhor Waldemar, o senhor estava colocando que dentro desse projeto elaborado mais ou menos dentro da época da unificação, o senhor havia colocado o Departamento Nacional de Previdência Social como um órgão superior...

WL - Sempre coloquei!

MC - Naquele momento o Departamento Nacional de Previdência Social estava ao contrário, estava esvaziando-se...

WL - Acabou-se!

MC - Estava se acabando. Eu gostaria que o senhor falasse...

WL - Acabou-se, não! O presidente para centralizar tudo, para ficar com tudo nas mãos, para fazer o que ele bem entendesse, como sempre fez, para manipular tudo, ele então acabou com os conselhos fiscais dos institutos, que ainda havia, no INPS, no INAMPS, essa coisa toda... Acabou. E acabou também com o DNPS. No lugar do DNPS... Então, quem ficou fiscalizando e fazendo esse papel do órgão superior foi a própria secretaria criada... Vê pela lei - está criada uma secretaria junto do gabinete do ministro, que ainda hoje persiste. Então, através da secretaria ele comanda toda a Previdência Social! Mas, comanda para tirar proveito! Tirar proveito, quando eu falo não é de roubar, não. Não estou dizendo isso. Tirar proveito em manipular o negócio! Essa coisa, compreendeu?

MC - Eu queria me situar melhor: que posição profissional o senhor tinha junto à Previdência depois de 1966? Quer dizer, quando o senhor volta... ?

WL - Não! Eu...

MC - O senhor está desempregado?

WL - Desempregado! Fiquei desempregado. Fiquei trabalhando avulso por aí.

MC - O senhor foi despedido do...

WL - Não, não. Eu não era funcionário do instituto. Eu tinha uma representação dos trabalhadores, como já disse. Era membro do Conselho Fiscal.1 Fui eleito quase unanimemente nesse país por representações de sindicatos. Os sindicatos faziam as eleições, indicavam os delegados eleitores, os sindicatos eleitores então elegiam - tanto

na classe patronal como na classe dos trabalhadores. Elegiam sempre os membros do Conselho Fiscal. Então, eu me senti muito satisfeito pelo seguinte, não vamos dizer, eu poderia dizer: "Não! Você ficou a vida toda porque fez isso, fez aquilo para ficar". Mas, os outros meus companheiros poderiam ter feito também. E eu fiquei, e alguns dos meus companheiros de conselho não foram reeleitos. Você compreendeu? Não é eu querendo me enaltecer nem coisa nenhuma. Eu tive a felicidade de ter o prestígio dos trabalhadores, porque eu me empenhava, porque eu tinha a consciência que eu estava ali para trabalhar pelos trabalhadores. Compreendeu? Não era para aproveitar, eu poderia estar rico. Eu poderia estar rico! Mas isso me veio pela ideia. Eu estava para trabalhar! Eu dava assistência aos trabalhadores, eu percorria esse país todo dando assistência! Eu brigava com administração, compreendeu? Então os trabalhadores viam aquilo, e na ocasião se lembravam do meu nome. Os outros iam caindo, caindo, caindo, caindo. E muitos deles, até na chapa comigo. Na chapa comigo. Entravam na chapa comigo. Mas, o pessoal optava: "O Alves fica, mas o fulano de tal sai, tem que ter um candidato no lugar dele, etc" Eu até... É um assunto que eu não gosto muito de falar nisso, parece que estou falando sobre mim, mas para não parecer que eu ficava lá por uma imposição, mas era cargo por eleição!

MC - O senhor fazia campanha?

WL - Nós fazíamos. Todos nós fazíamos campanha. Todos! Inclusive os trabalhadores nos estados, essa coisa toda, todo mundo, compreendeu?

MC - Iam aos outros estados em campanha?

WL - Ah! Não... Eu ia... Sim! Eu ia num estado durante a gestão nossa do Conselho Fiscal, frequentávamos os sindicatos todos. Frequentávamos dando assistência, não é? Mostrando a legislação, ajudando... Era do nosso dever examinar ex-ofício todos os processos legados pelo presidente. Então nós tínhamos que dar satisfações a esse pessoal.

LO - E o senhor ficou no Instituto, o senhor depois foi eleito deputado, foi cassado, depois de cassado o senhor esteve um tempo na clandestinidade, e depois?

WL - Desempregado!

LO - O senhor ficou desempregado?

WL - Fiquei. Fiquei desempregado. Fiquei trabalhando avulso e tal, por aí afora...

LO - Fazendo que tipo de trabalho?

WL - Fazia vários tipos de trabalho. Inclusive eu ajudava aí, porque eu entendia de alguma coisa, ajudava aí algumas construtoras, em escritório, não é? E depois me aposentei. Porque tinha tempo para me aposentar, me aposentei. Me aposentei muito mal, muito mal, quer dizer, eu preparei o ambiente para me aposentar muito bem, e confiava nisso. E acabei me aposentando muito mal, compreendeu?

LO - Senhor Waldemar, eu gostaria de voltar um pouco atrás. O senhor até mencionou isso no início da sua entrevista, sobre a contribuição do governo na época dos IAPs. Quer dizer, por que o governo não pagava? Não cumpria com a sua contribuição?

WL - Bom, isso vem desde a época do Getúlio. A lei saiu de tal maneira que o Instituto pudesse viver bem e amparar os trabalhadores. E essa lei estabelecia que os recursos financeiros seriam oriundos de três contribuições. Aquilo que eles chamavam do tripé. Contribuição do empregado, dos empregadores e do governo. E, inicialmente, o governo começou pagando, mas depois atrapalhou-se um pouco. E como os institutos ainda eram novos, havia aquela possibilidade de recebermos o dinheiro e sem pagar quase nada. Porque não havia aposentadoria. Tempo para aposentadoria, essa coisa... Não havia nada disso. Então, em consequência, acumulava o dinheiro. Como o governo via que os institutos estavam sem necessidade financeira...

LO - O senhor estava falando...?

WL - Eu estava dizendo como os institutos viviam em boa situação financeira, e o governo precisava de dinheiro naquela época para fazer seus investimentos como em Volta Redonda, Vale do Rio Doce, então, ele deixava de pagar e foi acumulando dívida, acumulando... Como não havia necessidade, os administradores foram permitindo esse acúmulo até que por ocasião da Lei Orgânica da Previdência Social, o governo estava devendo uma importância fabulosa, que nós verificamos que era impossível consolidar aquela dívida, compreendeu? Então, optamos pelo pagamento dos gastos da administração pelo menos. Isso perdura até hoje. Mas, acontece que não se paga, o governo não paga nem isso!

MC - Nessa negociação para que o governo pagasse em parte a sua dívida, como é que foi? Como é que ele se desenvolveu, essa negociação?

WL - Não, o governo sempre concordou, e teria que concordar porque estava comandando, queria comandar, fazia questão de comandar uma instituição que era paga só por empregados e empregadores. Então, não podia chegar e dizer: "Bom! Então, eu não pago! Eu não vou pagar coisa nenhuma." Era ruim para ele. Como é então? Está metido numa história... Não é mesmo? Onde ele não contribui com coisa nenhuma. Então ele nunca dizia que não ia deixar de pagar. Só dizia que depois ia pagar, que não podia pagar... Que depois ia melhorar... Então, por sugestão do representante do governo, disseram: "Bom! Isso aí é quase inútil a gente estabelecer para o governo uma quota desse tipo, que o governo não vai pagar". Então foi feito um cálculo, e pelo cálculo se chegou à conclusão que era possível se manter os benefícios da Previdência Social desde que o governo pagasse as despesas com a administração. Então, a contribuição dos empregados e dos empregadores seria exclusivamente para benefícios.

MC - Senhor Waldemar, os empresários pagavam em dia a sua contribuição?

WL - Não. Eu não posso dizer que os empresários não pagavam em dia. Agora, muitos deles não pagavam. Principalmente as grandes empresas, principalmente as grandes empresas.

MC - Por que, principalmente as grandes empresas?

WL - Eu acredito que, inclusive as grandes empresas, pelo volume, ia logo o volume! Porque deixou de pagar um mês, por exemplo, um mês dá cem milhões de cruzeiros de contribuição, se deixou de pagar aquela contribuição naquele mês, no mês seguinte, são duzentos milhões de cruzeiros e mais juros! E mais correção! E aí vai acumulando, chega a um ponto de ser uma sangria para ele pagar aquilo, porque ele deixou de pagar o primeiro mês. Essa é uma razão. E a segunda razão porque havia administradores que contemporizavam, essa coisa toda! Havia isso.

LO - E quando o senhor foi presidente do IAPI, o senhor tomou algum tipo de atitudes quanto a essas empresas? Quer dizer, que tipo de procedimento o senhor tomava com essas empresas ou com essas sangria do [...]?

WL - Ah! Nós colocávamos essas empresas lá... Nós cobrávamos através de nossa procuradoria. Colocamos todos os processos lá, no computador deles, porque a gente não pode chegar a uma empresa e imediatamente botar os elementos na cadeia. Não se pode fazer isso! Há um processamento legal, então nós procedíamos legalmente, dentro desse procedimento: o departamento jurídico ia lá, primeiro a fiscalização, levantava o sub-teto, tudo direitinho, tudo certinho, em seguida se tomavam as providências. Então isso acontecia sempre antes de haver um acordo. Então, vinha o acordo, que era alto. Então vinha aquele acordo, no sentido de se pagar, às vezes com terreno, que os institutos têm muitos terrenos por aí.

LO - O senhor teve a oportunidade de...

WL - Tivemos! Tivemos! terrenos, compreendeu? Tivemos a oportunidade de receber através de parcelamentos, porque não era do interesse do Instituto, fechar uma fábrica. "Porque agora vamos fechar a fábrica porque os senhores não podem nos pagar." Achavam que não era do interesse do institutos, porque era desemprego para os empregados. Então, acordo! Vamos fazer acordos: vocês vão pagando isso e tal, fomos construir... Tem muitas fábricas, quer dizer, existem por aí alguns conjuntos residenciais construídos pelas fábricas, compreendeu?

LO - Em pagamento?

WL - Em pagamento... Ocorreu tudo isso.

LO - O senhor se lembra de algum caso concreto que tenha se dado enquanto o senhor estava?

WL - Não me recordo não, porque foram assim...

LO - Quais as empresas que deviam, o senhor lembra?

WL - Não... Muitas empresas deviam! Muitas!

LO - Era uma prática generalizada?

WL - Era uma pratica!

LO - Como é que o senhor entende diferença entre o IAPB, no caso dos bancos, por exemplo, o senhor falou que os bancos pagavam direitinho. Por que os bancos pagavam direitinho e as grandes empresas não pagavam?

WL - Primeiro, porque o banco é banco. Tem dinheiro. Pelo menos pode até ser... Não se pode considerar que o banqueiro seja um pobre! Não se pode!

LO - E a grande de empresário?

WL - Bom. Aí você me fez uma pergunta que você coloca o grande empresário como o coisa... Mas, o grande empresário, o banco quase sempre gira com o dinheiro alheio. Mas, o empresário não. Com o dinheiro dele. Ele vai, gasta dinheiro para construir a fábrica, depois gasta dinheiro para colocar a maquinaria lá, gasta dinheiro para trazer a matéria-prima, essa coisa toda. Há uma diferença, convenhamos, entre os banqueiros e um industrial. Um usineiro, por exemplo, vamos dizer que um industrial da fiação e tecelagem; muitas delas foram à ruína. Ele pega o dinheiro do povo, e com aquele dinheiro ele vai obtendo juros, obtendo juros. Então, ali ele já tira o dinheiro do INPS e paga. Paga, não quer ficar com dívida! O banco não quer pagar juros. Ele recebe juros, mas não quer pagar juros. Se ele sabia que ia pagar de qualquer maneira, compreendeu? Para ele era melhor não pagar com juros. Então ele pagava certinho, todos os meses pagava, e sem fiscalização.

MC - Já os empresários?

WL - Os empresários tinham os seus problemas.

MC - Eu estou percebendo que o senhor está justificando a atuação dos empresários em não pagar?

WL - Não! Não estou! Não estou justificando! Eu estou mostrando a diferença entre os banqueiros e os industriários. Por exemplo, o pequeno empresário: eu conheço bem essa situação - o pequeno empresário. Ele muitas vezes, - calçados, eu conheço muito bem - quando era no sábado para pagar os operários, estava tomando dinheiro emprestado, fazendo coisa... Então não sobrava dinheiro nem para ele, em alguns casos. Pequenos empresários não sobrava nem dinheiro para ele.

LO - O senhor falou que quem atrasava era o grande empresário.

WL - Não. Os pequenos e grandes. Todos de modo geral. Pequenos e grandes.

NM - Era comum a prática da anistia?

WL - Não. Não. Não. Anistia eu não me lembro que tenha havido nenhuma anistia. Nunca houve anistia.

MC - Quando havia atraso do pagamento por parte dos empresários, como é que o Instituto compensava esses atrasos? Por parte dos empresários, como é que ele atuava?

WL - O Instituto sempre procurou receber, procurou e recebeu sempre. E recebia sempre. Eu acredito que tenha se acentuado muito mais essa dívida a partir da Revolução. Que todo mundo era apadrinhado, essa coisa. Anteriormente não havia esse apadrinhamento. As dívidas maiores que havia anteriormente eram por exemplo, de empresas de publicidade. Rádio Tupi, por exemplo, o Assis Chateaubriand devia uma fortuna, não pagava porque era amigo do Getúlio Vargas, essa coisa toda. Não dava a menor importância àquela coisa, para dar um exemplo. E não era o presidente do Instituto que ia ver aquilo. Não estava a lei, o presidente avocava o processo, e vinha essa situação toda, compreendeu? As outras empresas, a não ser que tivessem muito prestígio junto ao Presidente da República, porque ele era o soberano. Através do ministro ele avocava o processo. Ele decidia. Porque o ministro decide. Ainda hoje decide. E antes decidia também. Ele pegava o processo, quando vinha um aperto muito grande, e então puxava o processo, avocava o processo, para decidir sobre aquilo. E, às vezes, fazia acordo, financiamento, compreendeu? Agora, havia em relação ao que houve, depois da revolução, havia muito pouca coisa.

MC - Senhor Waldemar, pela entrevista que a gente já fez e pela literatura que a gente já leu...

WL - Mas, eu quero até aduzir alguma coisa sobre esse assunto. Você veja que o instituto, às vezes, tinha um débito de uma empresa, mas não era pelo fato de a empresa, às vezes, deixar de pagar. Era pela sonegação! Compreendeu? O fato da sonegação! Havia sonegação e quando a fiscalização batia lá, levantava aquele mundo de infração! Então, eles aí eram intimados a pagar. Era isso; dou a explicação. Agora, depois da revolução, não! O elemento ia deixando de pagar um mês, não paga tal, essa coisa toda. Mas, sempre anteriormente pelo que eu sei, era levantamento de débitos, que a fiscalização ia lá, nós mandávamos fazer rigorosa fiscalização, a fiscalização encontrava lá problemas.

MC - Senhor Waldemar, pelas entrevistas que a gente já fez com algumas pessoas, algumas autoridades, e pela literatura que também a gente já leu um pouco sobre essa parte dos IAPs, parece que na época da unificação o IAPI não ia muito bem na parte das suas finanças. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

WL - Não! O IAPI sempre viveu vem. Na época da unificação...

MC - Em [19]66?

WL - Ah! Aí eu não sei. Aí já era a revolução que tinha liquidado com tudo, porque logo que assumiram, começaram a estabelecer uma espécie de mordomia, nunca vista nesse país! Compreendeu ? Rasga tapete! Bota tapete para frente! Faz tapume e bota aparelho disso, bota aparelho daquilo, bota cortina ali, bota mordomia, faz uma cozinha, faz isso...

Com o dinheiro dos trabalhadores! Então, arruinou-se o Instituto, arruinou-se. Bom, é possível que tenha se arruinado. Mas, pouca gente conhece alguma coisa sobre as finanças desses institutos durante a revolução. E vocês são testemunhas que até bem pouco o Passarinho falava de déficit, falava em déficit, mas ninguém nunca disse exatamente quanto havia em caixa. Quanto havia em caixa.

MC - O senhor foi presidente do IAPI em 1961/1962?

WL - Em 1962.

MC - Sim. Esse período é um período dois anos antes do Golpe de 1964, não é? E foi uma época de crise econômica.

WL - É.

MC - Era uma época de crise econômica, muitas empresas estavam indo à falência. O senhor se lembra como isso influenciou em termos de arrecadação no Instituto? Não havia esse problema no IAPI?

WL - Olha! Olha! Esse de 1983/1982 mais ou menos até, podemos dizer, até agora a crise foi muito pior.

MC - Nessa década?

WL - E, muito pior para os industriários. Muita gente foi à falência. Construção civil então, foi embora! Naquela época, não! Não houve, esse problema. Não houve nunca no país situação pior do que essa principalmente no período a partir de 1980!

NM - Quando o senhor foi presidente do IAPI, existia saldo?

WL - Existia!...

NM - E como era discutida a questão da aplicação das reservas do IAPI?

WL - As reservas, eu já expliquei aqui que havia um entendimento para que a reserva do Instituto - havia reservas, saldos! - eram para cobrir despesas futuras! Porque, no futuro, os contribuintes queriam receber a sua aposentadoria, e o Instituto teria que ter os recursos para isso! Entendeu? Então, esse era o entendimento que havia. Então nós não podíamos pegar aquelas reservas que nós tínhamos, que nós chamávamos as reservas técnicas, e torrá-las. Não podíamos. Então, nós aplicávamos em terrenos, aplicávamos em conjuntos residenciais...

NM - Por que não se aplicou em hospital?

WL - Porque não era uma função da Previdência Social dar assistência médica! Era só aposentadoria e pensão. Assistência médica só começamos a dar depois que tivemos uma cobertura financeira, que foi depois do seguro, da obrigatoriedade do seguro por parte do

Instituto. Aí obtivemos uma receita boa que deu para começar a fazer assistência médica. Mas aquele dinheiro arrecadado que era para pensão e aposentadoria, não podia ser gasto. Então também não podia ficar no cofre! E para dar assistência, os trabalhadores, os associados dos institutos que precisavam de casa - que sempre precisou - e era uma aplicação segura, e eles pagavam só aqueles juros de lei. E os institutos estavam muito bem, porque ele não ia receber mais do que aquilo de juros. E fazia aquele plano social formidável que fez, aqueles conjuntos residenciais. Comprava terreno, que terreno sempre foi uma aplicação segura, compreendeu? Mas, quando a revolução começou, a primeira coisa que fez foi dizer: "Bom! Não se precisa de terreno! Não se precisa de coisa nenhuma!..." Torraram tudo! Acabaram com tudo! Vamos dar casa, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo! Sem saber que um trabalhador, muitas vezes, recebeu uma casa mediante recursos do conjunto dos demais que não tiveram casa, compreendeu? Que era uma coisa que não representava muita justeza. Porque se você contribui, eu contribuo, o outro contribui para um companheiro amanhã... Nós também precisamos ser recompensados, precisamos daqueles benefícios também. A não ser que você já tenha sua casa, essa coisa toda. Mas, a maioria não tinha casa! Era uma luta, era uma fila! O pessoal querendo casa! E como hoje ainda, todo mundo quer casa, mas o dinheiro não dava para todo mundo. Então, aqueles que se beneficiaram daquilo teriam que pagar. Para que aquele dinheiro fosse aplicado em benefícios de outros companheiros já. E assim por diante, era o nosso trabalho! E o Instituto não perdia com isso!

MC - O senhor se lembra até que ano o IAPI construiu habitação, construiu conjuntos habitacionais?

WL - Não! Até 1962! Até 1964!

MC - Até 1964 houve construção de conjuntos habitacionais do IAPI?

WL - Houve! Houve! Houve! Inclusive ali já paramos um pouquinho nos conjuntos residenciais e já começamos a construir hospitais, porque ali já havia dinheiro para os hospitais.

MC - Essa construção dos hospitais também não tem relação com a uniformização prevista pela LOPS?

WL - Era para nós chegarmos, como eu disse anteriormente. Tinha muita relação porque nós estávamos trabalhando para chegar a uma posição igual àquela posição do IAPB, posição do IAPETC, que já tinham seu hospital. Era isso que nós estávamos...

LO - Ma, Seu Waldemar, o senhor falou que as funções do Instituto não seriam a de assistência médica, mas...

WL - Dever de lei. De lei.

LO - Nós sabemos que desde 1960, com a Lei Orgânica da Previdência Social, estava na lei a obrigatoriedade da assistência médica, dos institutos.

WL - Mas dizia a lei o seguinte: dependendo de recursos, ainda está na lei, isso permanece ainda até hoje. Nenhuma despesa se fará - não sei bem se é assim - sem os correspondentes recursos financeiros para a cobertura da dívida.

LO - E os recursos não seriam essas reservas técnicas que o senhor está colocando?

WL - Não. Não... Essas reservas técnicas eram para cobrir as despesas com a aposentadoria e pensão.

LO - Mas temos a ideia...

WL - Isso nós concordávamos inteiramente com o serviço atuarial.

LO - Isso que nós vamos colocar, quer dizer, nós tínhamos a ideia de que um dos principais itens do discurso atuarial, e, que era também corroborado pelo "cardeais", é de que a Previdência Social é um seguro, então o trabalhador paga e deve ter um retorno por isso. Não é? O senhor concorda basicamente com essa tese?

WL - Concordo! Concordo! Porque eu não gostaria de hoje estar aposentado e o Instituto não ter recursos para me pagar. Acabou-se o dinheiro do Instituto também. Eles estão pagando não sei como. Mas, a nossa ideia era essa. Era no futuro ninguém estar pedindo esmola depois de ter pago a vida toda para uma instituição de Previdência.

NM - Senhor Waldemar, como é que foi criada a patronal?

WL - Bom, a patronal foi criada, é uma instituição criada para ajudar os funcionários exclusivamente. De modo que os funcionários da Previdência Social têm uma assistência hoje, até estão participando um pouco da contribuição dos gastos feitos para... Mas eles, então, criaram a assistência patronal para atender exclusivamente ao pessoal, aos empregados dos institutos.

NM - Quem criou a patronal?

WL - Foram os dirigentes da Previdência Social.

NM - Ela foi criada quando?

WL - Ela foi criada logo no início, na criação do Instituto. Logo após criaram logo esse...

MC - Esse Instituto do IAPI?

WL - Do IAPI.

MC - Foi logo no início do IAPI que criaram essa patronal?

WL - Foi! Foi! Olha! O funcionalismo estava bem representado. Então, eles lá, eu já disse anteriormente que eles manipulava os presidentes e não atuavam coisa nenhuma. Sempre

havia aqueles elementos com grande sabedoria sobre aqueles problemas referente à lei, à aplicação da lei. E também eram uns elementos que conheciam o regulamento perfeitamente, aquelas regras todas. Então, quando chegava o presidente que não conhecia, de fora - eu sempre fui contra isso, pegar qualquer pessoa, botar na presidência do Instituto - o primeiro que se apresenta lá, apresentando dados estatísticos, leis, tudo para colaborar com ele, ele fica com ele, esse camarada. Esse camarada então fica manobrando, que ele sempre manobrou! Então, no caso, não era um só. No Instituto eram vários, que aí se deu até o nome de "cardeais", como vocês falam, sobre os "cardeais", essa coisa toda. Eles ficaram porque era aquele negócio que ninguém entrava! Era aquilo ali, que ainda hoje isso prevalece junto ao ministro. Chega o Ministro da Previdência Social - eu chego até a ficar com pena - eu digo: "Olha! Eu sei quem é que está lá, que eu conheço todo mundo! Conheço todo mundo!" Ele não vai fazer nada! Não vai! Tem que fazer... não! Ministro, não pode por que está aqui essa leizinha... É leizinha que está aí... Ele não tinha competência porque não conhece o ambiente para dizer: "Bom, isso não vai. Vai ser reformado isso aqui. Eu não quero." Compreendeu? " Essa leizinha aqui, eu quero fazer uma coisa diferente. O que é que eu devo fazer? "Não! O senhor não pode." "Posso! Eu posso mudar o regulamento." Pode, então vou mudar o regulamento." Mas, ele se amoldava logo àquilo ali, achava muito bem porque eram muitos poderes para ele ministro, compreendeu? E pronto! Ficava tudo... Até hoje está assim. Isso me causa até revolta hoje! Eu quando vejo um presidente do Instituto ser nomeado sem contato, sem conhecer o ambiente na Previdência Social, eu fico triste. Porque não vai fazer coisa nenhuma! Vai ficar lá como um boneco! E dizendo :"sou presidente, sou presidente!" Sem fazer nada! Não faz! Então, precisa conhecer o meio! Para discordar em alguma coisa pelo menos!

MC - Senhor Waldemar, mas parece que a assistência dada pela Patronal aos...

WL - Funcionários!

MC - Funcionários do Instituto, destoava com a assistência da...

WL - Mas, claro!

MC - Pelo Instituto aos segurados.

WL - Não! Não destoava não. Porque não havia assistência médica para os empregados, os donos do Instituto não tinham assistência médica. E os empregados tinham assistência médica perfeita! Absolutamente perfeita! Compreendeu?

MC - Como é que o senhor avalia isso?

WL - Ah! Eu sempre fui contra isso. Fui contra! Fui contra! Fui contra, mas era uma instituição, era penoso chegar e mudar uma coisa dessa. Então eu optei para querer também para os empregados. Para os trabalhadores. Aqueles que...

LO - Os industriários.

WL - Quer dizer, eu querer tirar uma reivindicação, uma coisa que já obteve, é um negócio esquisito, eu nunca lutei por isso não. Eu luto para que todos possam alcançar uma posição melhor. E não querer que todo mundo fique lá embaixo. Isso não pode!

MC - Por que deram esse nome de Patronal?

WL - É porque era um benefício do patrão. O patrão era o Instituto.

LO - Eu queria colocar ainda a questão dos ambulatórios surgida em 1948. Parece que surgiram em 1948, no IAPI. Que expressão tinham esses ambulatórios, em que medida...

WL - Aquilo foi um trabalho, foi um ensaio! Aquilo era o seguinte: os trabalhadores precisavam - era uma massa de trabalhadores que adoeciam. Então o instituto não tinha mais lugar aonde colocar os seus médicos, inclusive os seus aparelhos de raio X, essa coisa toda, para fazer exame. Porque foi crescendo, foi crescendo. O Instituto começou sem problemas, depois foi crescendo, o pessoal foi adquirindo direitos, essa coisa toda. Eu já contei a vocês que foi uma dificuldade muito grande para o trabalhador entender que deveria ser sócio do Instituto. Eu já falei sobre esse assunto. Compreendeu? Então, os trabalhadores começaram entendendo ao contrário, achando que estavam roubados, se não pertencessem ao Instituto, então começaram a colaborar. Isso começou... Então, também foi aumentando o número correspondente de prestação de serviços para esses operários, para esses empregados. Então, aí o Instituto teve necessidade de fazer aqueles conjuntos residenciais, e nos conjuntos residenciais reservar ambulatórios. Ambulatórios aonde se localizavam - porque era sempre no centro da cidade, prédios alugados. Nos prédios alugados estavam sempre os consultórios dos médicos, que os operários compareciam, essa coisa toda. No subúrbio, havia prédios alugados também. Então, o Instituto começou fazendo esse trabalho, mas não era com objetivo de assistência médica! Era com objetivo de aquilatar mais ou menos, aferir a capacidade ou a incapacidade do associado para efeito de benefícios ou de aposentadoria. Eu acho que vocês estão entendendo bem o raciocínio, o meu raciocínio, não é? A ideia exposta. A ideia exposta sempre foi essa: o Instituto dava a aposentadoria e pensão. Então, para dar uma pensão, já se sabe, é necessário que falecesse o titular. Mas, para dar uma aposentadoria era necessário que tivesse aquele tempo de serviço ou incapacidade. A incapacidade era aferida através de exame médico, essa coisa toda. Como também o Instituto dava benefícios quando os associados estavam doentes, compreendeu? Não dava tratamento médico, mas dava benefícios pecuniários. Então, para dar esse benefício era necessário que o médico examinasse o associado para verificar se ele estava incapacitado para o trabalho ou não. Aí que era uma grande luta para se conseguir isso.

NM - O que representou o afastamento dos trabalhadores da gestão da Previdência Social?

WL - O que motivou?

NM - O que representou?

WL - Ah!...

NM - E o que motivou?

WL - O que motivou, eu já expliquei por aí, mas vamos agora recapitular isso: A motivação decorre, ou decorreu, dos trabalhadores e também dos empregadores não entenderem por que participar financeiramente para um órgão da Previdência Social sem a sua participação.

MC - Só um instantinho! Quando você está perguntando isso, você está perguntando a época da unificação?

NM - Da unificação.

MC - Da unificação, depois de 1964.

WL - Não! É antes de 1964. Porque a Lei Orgânica da Previdência Social, a participação dos trabalhadores se deu em 1962. É isso que se...

LO - Em 1960.

WL - É a isso que eu estou me referindo.

LO - Um instantinho, nós terminamos esse lado e vamos para a fita 7.

Fita 7 - Lado A

WL - A sua primeira pergunta...

LO - Nilson, repete a pergunta.

NM - O que representou o afastamento dos trabalhadores na gestão da Previdência Social?

WL - Bom, a pergunta que o senhor me fez anteriormente foi a seguinte: você me perguntou o que motivou as classes trabalhadoras e lutaram pela participação nos órgãos da Previdência Social? Eu então diria que a motivação foi essa, porque não se entendia que trabalhadores e empregadores participassem com a maior parte dos recursos carreados para a Previdência Social, não pudessem dizer coisa nenhuma. Vivessem a vida toda só olhando os administradores gerir aquelas importâncias vultuosas. Isso ninguém nunca se conformou com isso. E então fomos à luta, e conseguimos a participação de empregados e empregadores também na Previdência Social. Agora a segunda parte da sua pergunta, quando você pergunta o que motivou o afastamento das classes interessadas na Previdência Social. Eu digo: o que motivou foi o interesse do governo em fazer sozinho tudo, sem a participação de empregados e dos empregadores, porque eram órgãos fiscalizadores, se os trabalhadores estivessem lá, estariam fiscalizando, no mínimo estariam fiscalizando. E o governo da ditadura não queria fiscalização. Nunca quis fiscalização, queria fazer por conta própria o negócio, e deu no que deu, que nós estamos vendo aí.

LO - Senhor Waldemar, ainda com relação à LOPS, nós sabemos que a Lei Orgânica da Previdência em [19]60 introduziu também as comunidades de serviço, como forma de prática médica unificada, uniformizada na Previdência Social. O senhor teve a oportunidade de trabalhar no IAPI com alguma dessas comunidades de serviço?

WL - Eu não me recordo dessas comunidades de serviço a que você se refere não...

LO - A LOPS previa que naqueles lugares, naqueles locais em que um determinado Instituto não tivesse...

WL - Ah, entendi. Então haveria...

LO - Haveria uma comunidade de serviços...

WL - Pois é. Como a unificação não foi aceita, aí veio a história da unificação. Não foi aceita e então haveria desentendimento, talvez nós não tivéssemos alcançado o êxito que alcançamos, se insistíssemos na unificação naquela ocasião. Então, ficou dito na lei, que na localidade onde não houvesse assistência médica, então seria uma assistência feita com a participação de todos os segurados, e as respectivas instituições, e pagavam proporcionalmente o gasto daquelas despesas. E isso aconteceu em alguns municípios - eu não me recordo agora - mas aconteceu.

LO - O IAPI chegou a ficar com a administração de alguma dessas comunidades de serviço?

WL - O IAPI sempre ficava. Porque era o maior Instituto; o Instituto tinha a melhor estrutura. Era um Instituto que tinha agências em todos os municípios, então isso facilitava. Então ao invés de criar novo organismo lá, então aquele organismo que cuidava daquilo com a participação, então, aí começava atendendo a todos os trabalhadores, comerciários, a todos os trabalhadores. Isso aconteceu em muitos municípios...

LO - Em muitos municípios... Havia a opção entre essa comunidade e a privatização? Quer dizer o senhor chegou a ter essa opção como presidente do IAPI?

WL - Olha, a privatização foi uma luta que nós encampamos duramente. Nós não queríamos, e hoje, não aceitamos ainda a privatização. Nós achamos que a privatização é um negócio que só interessa aos capitalistas, que vão pegar o dinheiro dos trabalhadores e se beneficiarem com esse dinheiro. Então eles hoje já estão chegando a um ponto de criarem grandes potências. Os bancos estão interessados em investir nisso e tudo. Nós achamos que isso é um absurdo! Isso é um absurdo! Isso deveria ser do governo, e na minha opinião o governo é o único que deve ser o responsável por isso, não as empresas privadas.

LO - Agora o senhor teve a oportunidade de decidir entre comunidade de serviço e contratos ou convênios, quer dizer, em algum momento se colocou isso para o senhor na mesa de administração. Quer dizer vamos decidir. Vamos contratar serviços ou vamos propor uma comunidade de serviços, ou vamos construir um hospital?

WL - Eu já disse anteriormente, que eu sempre achei que tudo deveria ser feito através do Instituto, da administração do Instituto. Mas reconheci que é sempre difícil e se fazer no Instituto, no serviço público é sempre mais caro. Tudo é mais caro, me parece que já falei sobre esse assunto. Infelizmente é tudo mais caro no Instituto. No Instituto vem o funcionário que não quer ficar em pé de igualdade com os outros trabalhadores. Então quer uma posição melhor e muito justamente, então, como o outro sim, por exemplo, vocês falaram na patronal aí. Então teria que criar uma patronal para o pessoal, teria que criar creche, que operário, ele pobrezinho, do Instituto, que paga o instituto, o Instituto é dele, é pago por ele, e ele não tem creche. Mas o pessoal que trabalha para ele tem creche, tem isso, tem aquilo. Eu achei sempre isso um absurdo, eu achei sempre isso um absurdo. Então é por esta razão que eu acho que a empresa privada, ela dá um trabalho mais barato. Mas naquela oportunidade nós optamos pelo trabalho do serviço público, ou seja, nós contratávamos, admitíamos, como admitimos funcionários para fazer esse trabalho nas localidades, nas comunidades: médicos, auxiliares de enfermagem, enfermeiros...

MC - O senhor poderia colocar assim, mais esmiuçadamente, quais eram os benefícios que a patronal dava aos funcionários do IAPI?

WL - Não posso precisar...

MC - O senhor falou em creche?

WL - Ah! Creche, e da melhor qualidade...

MC - Creche para os filhos dos funcionários?

LO - O senhor era beneficiado com...

WL - Não, porque eu era operário, era representante de empregado. Veja você, eu era do Conselho Fiscal, e não tinha direito a creche. É que eu também não era casado naquela época. Mas se fosse casado, não teria direito. Porque eu era do regime trabalhista, e o pessoal era do regime especial que tinha todos os privilégios. Eu como membro do Conselho Fiscal, para conseguir férias foi uma luta. Porque eu não tinha direito a férias.

MC - Mas quando o senhor era presidente do IAPI, o senhor não teve...

WL - Aí sim. Aí passou para o regime deles.

MC - De patronal?

WL - Patronal.

MC - Então tinha creche e o que mais? O senhor se lembra?

WL - Assistência médica, médicos à vontade. Podia, tinha lá os médicos, a qualquer doença, ia lá e levava filhos, tudo, tudo.

MC - Tinha lazer? Alguma coisa assim ligada a lazer?

WL - Tinha ligado a lazer. Eu não posso recordar, mas tudo isso era o que se chamava assistência social completa.

MC - Ah! Assistência social tinha também, pecúlio, algum pecúlio?

WL - Não, o pecúlio era dado. O funcionário público não precisa de pecúlio.

MC - Não tinha nada que acrescentasse isso?

WL - Não tem nada não. Não tem nada não. Porque recebia integral, nós é que recebíamos 70% do salário mínimo.

LO - O senhor teve a oportunidade de utilizar o serviço médico? Ou alguém da sua família?

WL - Eu tive, eu tive. Foi...

LO - Do IAPI?

WL - Do IAPI...

LO - Na patronal?

WL - Na patronal...

MC - E os médicos também eram diferenciados?

WL - Agora em determinada oportunidade, eu até como presidente do Instituto, eu frequentei também ... Porque lá, o presidente do Instituto, ele tinha uns afazeres. Não é por ser o presidente do Instituto. É porque nós vivemos engaiolados, podemos mesmo dizer, vivemos cercados, sem tempo para coisa nenhuma. Saindo de lá 9, 10h da noite. Gente ainda lá para audiência, essa coisa toda. Não há tempo. Então por essa razão, quando se queria fazer o exame, uma injeção, uma coisa, o presidente não saía para o ambulatório. Então tinha lá no setor, um departamento lá embaixo, da assistência patronal, que o pessoal comunicava do gabinete, comunicava: venha aqui um médico e tal, às vezes o médico não vinha, mas nós íamos ao gabinete dele, porque tinha aparelhos, essa coisa toda. Mas quando se trata de uma injeção, uma coisa, ia o enfermeiro lá, aplicava uma injeção. Mas os empregados todos que trabalhavam lá dentro, era só ir àquele andar, não sei qual é o andar na época, e aplicar a sua injeção, tomava seu medicamento, essa coisa toda.

MC - E o IAPI tinha um prédio só dele ou não?

WL - O IAPI?

MC - A sede do IAPI era um prédio só?

WL - Mais de um prédio. O IAPI tinha um patrimônio fabuloso.

MC - Mas em termos dos funcionários que trabalhavam, eles tinham um prédio só...

WL - Não, um prédio não. Tinha andares...

MC - Andares?

WL - Eu acho que isso, nós não podemos ficar contra uma coisa dessa. Agora nós queremos para todo mundo. É o que eu acho. Eu disse a vocês, o socialismo que esse pessoal não quer, naturalmente é um pessoal mais graduado, é um pessoal que pode mais, é um pessoal que tem um nível melhor. Esse pessoal enjeita completamente, vota sempre contra qualquer ideia de socialismo. Aí eu volto àquele problema da UDN. Desculpem-me. Ficar contra esse negócio, não pode. Os militares ficam contra o socialismo, todo mundo, mas na realidade eu pergunto: O que é isso? O que é que eles recebem? Não é em forma de socialismo? Quer dizer, para a classe, para os funcionários públicos, um sistema social perfeito. Para os militares mais perfeito ainda, e para os trabalhadores nada. E não querem para os trabalhadores. Defendem a empresa privada, eu acho que está certo, mas desde que se desse a mesma coisa para os trabalhadores. Não é verdade?

LO - Senhor Waldemar, eu gostaria que o senhor desse uma opinião, um comentário, sobre as teses da Seguridade Social. Eu vou explicar melhor o que é isso. Seguridade Social, seria a ideia de que caberia ao Estado ou a sociedade, melhor dizendo, a responsabilidade pela saúde do trabalhador. Então é o Estado, a empresa privada, não importa quem, tem que dar assistência médica e previdenciária, e se preocupar com a saúde coletiva. E caberia ao Estado, principalmente, redistribuir as verbas, seja via imposto de renda, seja via qualquer outro tipo de imposto, mas bancar a Previdência Social. O que o senhor acha desse tipo de organização?

WL - Olha, eu acho isso formidável. Eu sempre lutei por isso, nós lutamos por isso. Na Lei Orgânica há um dispositivo que permite, e inclusive foi um trabalho, eu lutei muito por isso; porque antes a Lei Orgânica prevê que a Previdência Social, ela poderá fazer convênio com quem bem entender e que possa dar alguma assistência médica. Porque nós estávamos pensando que não era possível assistência médica imediatamente, construir muitos hospitais, construir muita coisa e para dar assistência a todo mundo. Não era possível a uma massa dessa. Mas em primeiro lugar, respondendo a sua pergunta por etapa, em primeiro lugar eu quero dizer que a Seguridade Social dever ser controlada pelo Governo, deve ser dada pelo governo, agora através de uma instituição como no caso o INPS. Volto a dizer, o INPS, o INPS é o coordenador de tudo. Agora de acordo com a Lei Orgânica da Previdência Social o INPS - mas isso é necessariamente - tem que se ter a frente de um organismo desse, pessoas que entendam, que busquem essas ideias, e que participem também delas. Então nós prevemos na Lei Orgânica da Previdência Social que o Instituto poderia utilizar-se de convênio, através de convênio, do serviço de assistência existente no país. Então nós vamos dar um exemplo: O sindicato está pobrezinho lá em Recife. O sindicato não pode com nada, mas com déficit tremendo paga um medicozinho

lá. Para ver os seus operários às vezes, a família do operário - eu digo por que no meu sindicato havia isso - tinha médico, então a família não tinha a quem recorrer e ia lá ao sindicato. Fazia aquela filinha, o médico com aquele cuidado, dava receita e aquela coisa e toda e tal. Um sindicato melhor, que era o sindicato dos trabalhadores do açúcar, lá em Pernambuco, então já tinha até hospital, compreendeu. E gastava verdadeiras fortunas. Hoje os metalúrgicos, muitos sindicatos, órgãos empregadores, o patrão por exemplo, que não acredita, quer... - porque tem o patrão ruim e tem o patrão um pouco melhorado - o patrão então acha: se eu pago esse Instituto, esse Instituto não dá seguro, não dá coisa nenhuma. O meu operário fica aí, não vai não. Eu tenho aqui assistência médica, e dá. Você vê em várias empresas assistência médica por aí, isto e, você vê lá três médicos, quatro médicos, enfermeiras, essa coisa toda; para cuidar só dos empregados, não cuida... Então a nossa ideia, partindo daquele princípio que eu sempre expressei aqui, de que o trabalho particular, ele é mais barato do que o trabalho público, então a nossa ideia era fazer o seguinte: incorporar aquele trabalho. Mas como? Não, nós dirigirmos. Nós chegávamos num sindicato desses: "Vocês estão dando assistência a quantos associados aqui?" "A tantos". "Então, vamos melhorar essa assistência. Vamos tirar uma verba do Instituto para ajudar vocês. Façam uma previsão". Faziam uma previsão: "Então está aqui, apenas o Instituto vai fiscalizar. Vocês que estão com verbas do Instituto, vão ser fiscalizados". Mas não precisava, porque eles gastam em função mesmo dos empregados lá e coisa. Mas o Instituto tem o papel de fiscalizar. Como fiscalizar? Através de seu órgão, o Instituto tem órgãos em todos os lugares, então fiscalizar, compreendeu. Então aí, nós teríamos uma assistência médica ampla, mas não fizeram isso até hoje.

Não fizeram isso até hoje. Alguns sindicatos contam com apoio da Previdência Social, mas não fizeram amplamente como a Lei Orgânica prevê. Como está na Lei Orgânica.

LO - Agora, essa assistência médica ampla que o senhor está propondo, ela está sendo basicamente sendo paga pelos trabalhadores, pelos próprios operários, que são os que contribuem. Não entra em desacordo com as teses da Seguridade. Isso não é tese de seguro, de que a Previdência Social é um seguro, que o trabalhador paga e tem que ter de volta? Não é diferente?

WL - Não, a Seguridade Social, essa é aquela que lhe falei. Ela se refere ao seguro aposentadoria e pensão, essa coisa toda. É preciso ver que é distinto isso, compreendeu. E a outra parte é a parte assistencial, é a parte social, são duas partes. A seguridade propriamente dita em todo mundo, ela se refere - e eu até tinha estatística disso tudo, quando eu estive tratando desse assunto, tinha em todos os países. Eu tinha dados sobre isso. E sempre se fazia Congresso sobre Seguridade Social. Então o assunto Seguridade, é aquilo que se diz respeito. Você que vai pagar, você está jovem, mas quando você ficar envelhecido, ou pelo menos quando você tiver seu tempo adequado, você vai querer usufruir da sua aposentadoria. Esse é que é o seguro, essa é a parte do seguro, compreendeu. Então são duas coisas distintas. Então eu acho e sempre achei, que tem muitos trabalhadores nacionais aposentados, recebendo dinheiro do Instituto por incapacidade. Isso porque não houve uma assistência médica adequada. Porque se houvesse uma assistência médica razoável evitaria. E também a ignorância de muitos companheiros nossos naquela época, de achar que ficando doente era melhor do que ficar bom. Era aquela história, porque havia dificuldade de trabalho; a ele ganhando mesmo

70% do salário mínimo, era muito bom. Ia fazer o que eles chamam de bico por fora e ajudava e tal. E depois a coisa ficou de tal maneira, que veio a jurisprudência. O Instituto dava esse benefício durante dois anos, três anos, e ele continuava doente. E em seguida ele não ficava bom, não ficava bom, e passava-se o tempo e ele às vezes, às vezes nós nunca constatamos, porque se constatássemos nós tomaríamos providências, porque a fraude a gente não constata assim. E a medicina é um negócio muito fechado, se o médico disser que o sujeito está doente, ninguém vai dizer que ele está bom. Não há como dizer está bom. Então nós sabemos perfeitamente, sem querer acusar, que muitos médicos protegeram numerosos segurados nesse sentido. Então, segurados que alcançaram cinco anos. Depois veio uma jurisprudência, aí, o elemento que tinha mais de cinco anos, então achava que não podia mais se adaptar ao trabalho, essa coisa toda, e foi. O juiz então, dava uma sentença, o outro dava ao contrário, essa coisa até firmarem uma jurisprudência, estabelecendo que quem tivesse mais de cinco anos em gozo do benefício ficava a vida toda. Então isso é uma sobrecarga tremenda que existe, compreendeu. Porque? Porque os médicos ajudaram, eu até... Isso é um negócio penoso de se dizer assim, mas eu não posso provar, uma coisa dessa não se prova.

MC - A troco de que, os médicos...

WL - De votos, voto por exemplo. Você vê que muitos médicos foram eleitos, não é, naquelas épocas os médicos apareceram e tal, essa coisa toda.

MC - Ah! Os médicos ligados à Previdência?

WL - À Previdência ou amigos de candidatos e tudo. Amigos chegados diziam: Vai o fulano de tal, que resolve, compreendeu. Não posso provar uma coisa dessa, e não estou acusando nenhum médico, mas supõe-se uma coisa dessas, compreendeu. Supõe-se uma coisa dessas. Se fala muito nisso, nós sabemos dessa coisa toda. Agora é um negócio intransponível, o médico dizendo que o cidadão está doente e não se pode de jeito nenhum. Então o Instituto era muito vigilante nisso. O Instituto tinha inclusive o que eles chamam de peritos, os peritos. Mas o que podia fazer? O perito chegava e vinha aquela coisa, aquele atestado, quando vinha os atestados; só em grandes recursos é que vinha isso. Então hoje, já esta um pouco mais difícil de se fazer isso.

LO - O senhor participou de algum desses congressos. Desses que o senhor falou de Seguridade Social e tal?

WL - Internacional não. Só nacional, aqui nós fazíamos sempre congressos...

LO - Só nacionais...

WL - Internacional era um negócio. Era aquele, era um benefício, era um negócio que só podiam participar aqueles elementos que o pessoal chamava de pelego, só. Aí ia para lá porque...

LO - Porque era muito bom?

WL - Muito bom ia conhecer... Eu nunca conheci um país assim, a não ser o Uruguai, por minha conta o Uruguai, a Bolívia, por minha conta própria e tal... Contatos com trabalhadores assim... Mas nunca fui convidado para um Congresso Internacional. E modéstia à parte, em Previdência Social, com quem você falar, você vai ver que eu tinha condições de participar de alguma coisa. Mas era o negócio que a Confederação Nacional dos Trabalhadores é que escolhia nesses casos. Arnaldo Sussekind era sempre o eterno representante do Brasil na organização de Seguridade e outros elementos. Inclusive elementos do IAPI, aqueles "cardeais", eles iam sempre representando. Eram eles que representavam. Então havia o seguinte, eles representavam a legislação, mas não representavam o pensamento. Na minha opinião, pensamento, o que os trabalhadores desejam, é que deveria ser apresentado no momento. Mas não adiantaria, ia o elemento lá dizer, não no Brasil nós temos isso, temos aquilo. Não é nada disso. Nós temos mas não é o bom. Não é o bom! Precisava alguém que chegasse lá dizendo! Olha, temos isso, mas isso não presta. Nós queremos isso, isso e isso, não é mesmo.

MC - Senhor Waldemar, quando o senhor se afastou? Quando o senhor foi afastado...

LO - São 15 para as 4...

MC - Quando o senhor se viu forçado a se afastar da Previdência Social, foi cassado pelo regime militar, quando é que o senhor retornou, quando é que o senhor começou a ter contatos com a Previdência Social?

WL - Olha, em primeiro lugar eu quero dizer a você, que eu não estou oficialmente, nunca estive depois da Revolução oficialmente ligado. A minha colaboração, mesmo porque eu precisaria estar ligado ao sindicato. O meu sindicato me recebe, bom grado nos sindicatos, confederações e confederações, em virtude da minha amizade com o pessoal e essa coisa toda. E os meus modestos conhecimentos também ajudam em determinada oportunidade. Mas nunca oficialmente. Eu depois da Revolução, participei de mais nada. Participo de congressos como um vou... Um congresso como aquele que disse a vocês, que até o...

MC - Tancredo?

WL - Tancredo me convidou para ir lá e tal. Eu tenho crachá, eles me dão crachá logo me enchem de coisa e tal, você é aqui. Entro nesses congressos como uma pessoa da intimidade do pessoal. Debato, falo, sou aceito, não tem problema para mim. Sou um delegado, podemos dizer, sempre um delegado... Tenho sido até hoje, delegado nato nesses congressos.

MC - Mas senhor Waldemar para o senhor chegar...

WL - Recebendo crachás, credenciais, até comida em refeitório, todas as vantagens (risos) eu tenho tido. Não me queixo disso não.

LO - Congressos sobre a Previdência Social?

WL - Sobre qualquer congresso, principalmente sobre Previdência Social.

MC - Senhor Waldemar, para o senhor chegar a ser convidado pelo Tancredo Neves para ser o presidente o IAPAS, isso pressupõe um nível de articulação política entre os trabalhadores e com ele também. O senhor poderia falar um pouco sobre esse processo?

WL - O Tancredo, ele me conheceu, exatamente na fase que eu estava à testa desse movimento pela Previdência Social, e saiu a Lei Orgânica, Batista Ramos era o ministro, ele era do partido do Governo (o Tancredo), ele me conheceu muito bem. Então depois veio aquela crise, que depuseram João Goulart - não aquela crise do Jânio - então a Previdência estava em plena harmonia ali. Veio aquela crise e com aquela crise - primeiro o Tancredo já tinha recebido até apelos meus -e trabalhou muito, com o trabalho dele, compreendeu, ele ajudou muito na Previdência Social. Ele era um homem que vivia, ele conhecia; que houve aquele movimento, e aquele movimento ele viu que eu estava à frente daquele movimento. Eu, Dante Pellacani, ele conhecia assim de cor e salteado qualquer um dos nomes assim.

LO - Isso enquanto ele era Primeiro-Ministro?

WL - Então espera aí. Isso por ocasião da lei, que ele era deputado... Ele era deputado. Lacerda, ele, esse pessoal todo, o Sarney, entendeu. Então depois ele foi Primeiro-Ministro. Quando ele foi Primeiro-Ministro e com a saída de Jânio, ele foi lidar conosco, compreendeu. Aí eu era inclusive o presidente do Instituto, e nós lidamos juntos na maior harmonia, essa coisa toda. Então decorreu disso, decorreu disso.

MC - Então o senhor foi chamado pelo Tancredo por causa dessas lembranças?

WL - Não, eu não fui chamado não. Ele não me chamou. Eu estava lá, e ele então disse: "Olha, Alves" — passou assim com aquele horror de gente em cima, era aquele horror — "Olha, Alves, quando eu tomar posse, imediatamente, passa lá que eu quero lhe dar a presidência do Instituto, e você cuidar daquela lei. Eu quero dar a participação aos trabalhadores na Previdência Social".

MC - Que lei seria essa?

WL - Da Previdência. A Lei Orgânica da Previdência Social.

LO - Uma revi...

WL - Restabelecer. Ele disse: Você é que vai restabelecer isso. Então eu perdi essa grande oportunidade.

LO - O que era mais importante restabelecer na LOPS hoje?

WL - A administração. Olha, eu parto do seguinte princípio...

LO - Vamos terminar o lado. Eu vou virar o lado da fita 7.

LO - Senhor Waldemar, nós estávamos vendo então, o que seria importante hoje restabelecer da LOPS.

WL - A administração. A administração colegiada, com representantes de empregados, dos empregadores e do governo. Sendo os empregados eleitos pelos sindicatos de classe de todo o País. Eu não queria, eu não participo da ideia de se eleger representante do organismo através de cúpulas, de Federação, essas coisas. Eu quero eleito pelos sindicatos, pela base, pela base. Os empregadores, os seus representantes eleitos também pela base. A não ser o pessoal do INPS, que é um órgão superior, ser eleito não pelas Federações assim, pelos delegados de Federação. Mas eu estou propondo que seja eleito por todos os diretores de todas as Federações. Porque aí são todos os diretores, quer dizer, a coisa complica mais um pouco. Não há aquela história de pegar fulaninho, você vai para ali, você vai para aqui, você vai para acolá. Então vai o que tiver maior capacidade, o que reunir maior simpatia... - então eu acho que isso é importantíssimo - e o governo colocaria os seus elementos ao seu bel prazer. Ele, se colocar ruim o problema é deles, se colocar bom o problema é deles. A mesma coisa os empregadores. Nós empregados colocaremos também os nossos representantes lá dentro. Então o principal é isso. Mesmo porque, só quem conhece o que o trabalhador quer, quem sabe o que é que o trabalhador está precisando, são os próprios trabalhadores. E nesse regime de Previdência Social, os empregadores sempre foram solidários com os empregados, porque eles estão pagando para dar o melhor para os empregados. Então isso une empregados com empregadores na Previdência Social. E o governo, de sua parte também não fica contra isso, porque o objetivo principal é atender aos trabalhadores. Agora o que não pode acontecer, é isso que está acontecendo hoje. Elementos de fora, que não sabe de nada de trabalhador, nunca pensou em trabalhador, não tem a menor ideia sobre trabalhador, se colocar à testa do organismo para servir aos trabalhadores e querer interpretar a vontade dos trabalhadores. Isso é que não pode ser. Então a coisa principal seria a administração colegiada. Empregados, empregadores e governo em partes iguais. Isso seria tudo. E isso ajudaria, o governo não quer entender, mas ajudaria ao governo também. Porque amanhã o operário quer um benefício qualquer, aí não pode dar porque não há dinheiro. Muito bem, então vamos reunir as classes. Estão ali representadas as classes, só fazer uma consulta às base. Vocês querem pagar mais um cruzado? Não quero, então não se faz. Quer, então se faz. Não é mesmo? Mas ficar tudo às claras, é uma coisa que pode dar uma definição melhor, compreendeu. Nós temos por exemplo, eu participei -parece que eu já falei até sobre isso - participei de uma reunião e vieram os companheiros de São Paulo, principalmente de São Paulo, e os companheiros do Rio também, lá nos urbanitários. Até o Rangel dirigiu a reunião e tal. O assunto principal era se tratar do grau de periculosidade para se estabelecer uma lei justa. Porque a lei atual não estava tendo boa interpretação por parte dos institutos de Previdência Social. Mas porque não tem boa interpretação? Eu disse isso lá: Porque? Se colocar trabalhador lá dentro, ele vai interpretar direito. Ele vai interpretar, porque ele conhece. Mas o outro que não é trabalhador, que está só assinando papel; porque alguém chega e diz que não pode fazer, é diferente. Então companheiros só há um caminho. O caminho não é esse, querer arrumar essa lei não. Pode vir a melhor lei; a interpretação sempre é contra os trabalhadores. Então o problema está na administração. Se nós tivermos uma administração colegiada, com representantes de empregados, dos empregadores e governo, modifica! Porque chegou o médico dizendo que não pode por isso e aquilo. Então venha cá, vamos fazer uma reunião, vamos ver, vamos modificar isso.

Para poder se fazer um negócio decente, negócio legal, não é mesmo? Então o fundamental são os contribuintes à testa do seu organismo.

MC - O Senhor considera que essa proposta é a questão central do seu projeto para a Previdência Social.

WL - É, a legislação atual, ela é ótima, excelente. O que precisa é ela ser administrada pelos interessados. E já disse e repito, quando eu digo interessados, são os trabalhadores, que tem a colaboração irrestrita dos empregadores. Eu não tenho dúvida.

MC - Que outras propostas o Senhor teria além dessa?

WL - Inicialmente, só essa... Com isso eu acho que resolveria já, o problema da Previdência, porque reunidos os trabalhadores lá, com os empregadores e com o governo, então eles iriam ver os problemas existentes. Tem aqui, nós queremos fazer isso aqui. Mas a lei atual não permite. Então vamos propor ao Congresso, com categoria... Aí era, vamos dizer, com toda a força, porque, com todo respeito, era um colegiado de respeito que ia dizer aos congressistas, o seguinte: "Olha, nós queremos fazer isso mas não pudemos, porque está essa lei, ela precisa ser reformada. E a reforma que nós queremos é esta aqui. E os congressistas aceitavam isso. Mas no decorrer da administração.

LO - Senhor Waldemar, eu gostaria de colocar um complicador. Você quer falar? Eu queria colocar um complicador aí na sua proposta.

É a questão dos interesses privatizantes, dos interesses privatistas das empresas médicas. É que se nos anos [1960, germinavam, e já tinham influência e poder, apesar do ~senhor não ter ainda nos contado, de que forma eles atuavam, e conseguiram conquistar esse poder. Eu gostaria que o senhor colocasse isso um pouco também, mas hoje isso se dá numa escala muito maior. O Senhor há de concordar comigo, que a participação das empresas médicas na definição da políticas de Previdência Social é muito grande. Que espaço o senhor pensaria que deveria ter, quer dizer, aonde estariam representadas... Como canalizar esses interesses? Que tipo de atitude, já que o senhor está falando aí num projeto pessoal para a Previdência Social?

WL - Aliás, dá licença. O projeto não é próprio meu. Eu estou interpretando o pensamento dos meus companheiros naquilo ali.

LO - Eu queria que o senhor colocasse então, dentro desse projeto, se pensa a questão das entidades médicas, das empresas médicas, e da privatização da medicina.

WL - Na minha opinião, a evolução da privatização se deu e está se dando, e está se acentuando mais ainda, em virtude de deficiência apresentada pelas administrações que nós temos na Previdência Social. Ora, se o instituto não está dando assistência médica ao meu filho, eu não vou deixar meu filho morrer. Como eu não posso pagar ao médico trezentos ou quatrocentos cruzeiros de consulta, eu acho se eu pagar numa sociedade dez ou vinte ou trinta cruzeiros por mês, e podendo com isso eu, em qualquer tempo levar meu filho ou minha esposa ao médico, isso me satisfaz. É isto que está ocorrendo. O

Instituto não faz, então apareceu uma empresa dizendo, eu faço desde que vocês contribuam com tanto. Então vocês vejam as coisas como são. Estão desvirtuando tudo. Os empregados estão se sujeitando a pagar importâncias maiores do que aqueles que seriam reivindicadas deles, se eles quisessem pagar um percentualzinho a mais, para o sistema da Previdência Social. Mas tudo é uma questão de esclarecimento. Mas só quem pode fazer isso são os interessados dentro da administração. Chegar, colocar o papel na mesa; vamos dar assistência médica, mas para dar assistência médica vamos fazer uma previsão. Temos que receber mais 1% de cada trabalhador, mais aí nós vamos dar... E aí caía tudo isso, e o trabalhador ia pagar menos, ia pagar mesmo.

MC - O senhor não acha que com essa...

WL - Não estou defendendo o aumento não. Mas eu estou defendendo uma coisa, que é só se for para fazer demagogia. E eu não vou fazer aqui, não estamos para fazer isso. Não estamos fazendo política nem nada. Já inclusive... Mas querer dar uma coisa sem recurso, não pode, não se pode. Então o que está se vendo é isso. Estamos enriquecendo essas multinacionais, esses bancos, essas coisas, compreendeu. Porque nem todo mundo está pagando para obter aquilo, aquele seguro, está recebendo. Está esperando oportunidade, quando adoece. Quando o filho adoece é que vai. Isso o seguro podia bancar. Quer dizer, a Previdência podia bancar isso, ela não pode bancar sem contrapartida receber. Porque a empresa particular recebe e o Instituto vai bancar sem receber nada? Você compreendeu? É aí que está a situação. E o Instituto não tem moralmente o direito de chegar e cobrar isso, porque não tem representantes lá dentro, nenhum daqueles elementos merece a confiança dos trabalhadores. Então é necessário que haja eleição. Elementos eleitos dos trabalhadores, dos empregadores também, para ajudar nessa luta, entendeu. Isso é que é necessário. É por isso que eu digo, que se o governo aceitar uma Previdência Social dirigida pelos interessados, resolve todo o problema.

MC - O senhor não acha que essa volta da direção colegiada, vai de certa maneira retornar toda aquela situação de luta política, dentro dos Institutos, de partidos políticos, de toda influência de máquinas partidárias, do Estado mesmo influenciando na direção do Instituto? WL Isso não é impossível de acontecer. O que pode acontecer. O que pode acontecer, se acontecer, escala mínima, escala mínima. Mesmo porque nesta parte...

INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO

LO - Vamos lá. O senhor grava de novo. O senhor estava falando que isso só pode acontecer em escala mínima e nessa parte há uma divergência muito grande entre os empregadores. Pode continuar que houve um problema...

WL - Eu estava dizendo que isso pode ocorrer. Não vou dizer que não ocorra política, mas isso em grau mínimo, mínimo. Porque uma das razões que eu vou lhe dar logo: o empregador nunca admitiria que se fizesse, como ocorreu já antes, política. Agora uma coisa é diferente. Quando eu falo em grau mínimo, é que poderia aparecer no meio daquele colegiado, um elemento que trabalhou muito, ou qualquer coisa, e sair dali muito conhecido, e ter feito alguma coisa, compreendeu. E acabar sendo até o Presidente da República. Depende do trabalho dele, não é verdade. Mas é por isso que eu estou dizendo

em grau mínimo, restrito àquilo ali. Ao prestígio ali, mas não o prestígio de querer prestigiar políticos. Os representantes dos trabalhadores, eles certamente não vão pertencer a um partido só, tem essa desvantagem. Então, um quer ajudar a determinado partido e o outro não quer. Aí pronto, cria um impasse, e quando isso quer... Vamos admitir que haja unanimidade nos trabalhadores e os empregadores ficam contra, ficam contra. Isso não sucede, só pode suceder se entre aqueles companheiros - é restrito o número - alguns daqueles elementos amanhã, sendo um candidato a qualquer coisa. Não quero dizer que se beneficiem do Instituto nem coisa nenhuma, mas pelo menos do prestígio, entendeu, do prestígio. Mas é muito limitado, muito restrito. Não vai acontecer, os trabalhadores não vão gostar, os empregadores não vão gostar, e o governo acredito também que não goste, porque não se vai atender o que eles querem.

NM - Porque dizem que na época da direção colegiada houve muita politicagem?

WL - Não houve. Politicagem houve antes, que era o PTB o dono de toda a situação. Acabou completamente, com a Previdência Social acabou não houve. E o Presidente da República era o Jango. Quando o Jango... Porque Juscelino... O Jânio, no tempo do Jânio, o Jânio nunca nos pediu nada. Apenas eu fui uma vez ao Jânio lá, porque ele recebeu uma comunicação, que o hospital da Bahia tinha um problema lá e não sei o que, e precisava ver aquilo. Aí ele me chamou. Eu fui lá e ele disse: "Olha, Presidente, está havendo isso, estou recebendo essa carta, -ele não fez reclamação estou recebendo essa carta aqui..."

LO - O que era, corrupção?

WL - Não, mau atendimento lá, essa coisa toda. O camarada se queixava muito do superintendente de lá. E dizia que ele estava a vida toda lá e não ficava, era protegido e fazia política, essa coisa toda. Então ele chamou e, imediatamente, nós nomeamos uma comissão que foi lá, fez o inquérito e levou para ele direitinho o inquérito.

LO - E que atitude foi tomada. Ele foi afastado?

WL - Não, não foi afastado. Era gente que já queria fazer política, compreendeu, já daquele tempo, antes da Previdência Social. E ele não deu bola, não deu importância, não deu importância, ele queria atuar em benefício do Instituto. O cara achou que ele estava ruim, precisava colocar um sujeito maleável lá. Essa é que era a situação. Para você ver, não houve. ... A minha eleição por exemplo, se levar assim, vamos admitir que se diga que eu fui eleito por influência do Instituto, isto foi por influência minha, que eu seria eleito em virtude de um trabalho que eu fiz pela Previdência Social, andei esse país todo. Eu seria eleito naquela época - muitos companheiros disseram: Alves, você seria eleito no Rio Grande do Sul se você fosse para lá. Você seria eleito... - Aqui eu seria eleito fortemente, porque eu estava aqui, estava nesse conjunto todo. Atuei em Pernambuco, fui eleito e nem estava lá, entendeu. Isso em decorrência de um trabalho que nós fizemos, compreendeu, de um trabalho que nós fizemos. Porque assistência médica, tudo que se dava, era para o país todo. O empregador não quer essa conversa de não dar para todo mundo. Ele quer dar para todo mundo. Agora anteriormente não, como hoje, como hoje está acontecendo. Então se localiza o negócio para beneficiar fulano de tal. Não pode isso acontecer. É dinheiro do trabalhador, não pode. Agora naquela época houve, me

beneficiou um pouco também, quando a Previdência estava começando a dar essa assistência compreendeu, e se implantou muitos serviços, mas não foi só em Pernambuco, no País inteiro se implantaram muitos serviços, compreendeu? E isso dava margem, é por isso que eu digo, é um grupo restrito, era o grupo que estava dirigindo, que você amanhã, qualquer um que dirigir bem um negócio, você tem êxito eleitoral, tem êxito financeiro... Então, ocorreu isso.

MC - Senhor Waldemar, o que o senhor.. Como é que o senhor avalia a gestão da Previdência Social com a Nova República?

WL - Eu gostaria de não falar sobre esse assunto. Eu sou suspeito. Sou suspeito e de modo que eu me afastei completamente disso, porque meu pensamento é completamente diferente do pensamento dos atuais. Eu acho o seguinte, que a Nova República não procurou os quadros desejáveis para colocar à testa da Previdência Social, a começar pelos ministros. Quando colocou Waldir, eu me dou bem com o Waldir, é um grande intelectual, um grande sujeito, mas deveria colocar um cidadão que estivesse afeito aos problemas da Previdência Social. Não fosse fazer aprendizado, não fosse fazer por conta própria as coisas. Estabelecer um negócio que ele acha que é bom, mas a gente vê que no fundo não vai dar certo, compreendeu. Ele não mudou nada, ficou cercado daquele mesmo pessoal, manteve até, todo o esquema, essa coisa toda. Então eu acho que se fosse um elemento que entendesse de alguma coisa, que tivesse vontade própria, sabedoria própria, pode-se dizer isso, sabedoria própria do assunto, então ele mudava logo. Aí ele ia dar uma feição nova à Nova República. Mas como eu não sou partidário desse tipo de gestão da Previdência Social, assim na base de presidente para lá presidente para cá, e essa coisa toda. Eu sou pela participação das classes no colegiado, então eu fico assim. Eu iria como combinamos eu e Tancredo. Porque ele me afiançou - eu não posso nem dizer isso agora, porque o pessoal acha que não sei o que e tal - me afiançou que a Previdência Social seria restabelecida, que a Lei Orgânica da Previdência Social seria restabelecida. Mas nós não temos imprensa, não temos nada fazendo coisa nenhuma, então todo mundo gozando e estragando isso que está por aí, compreendeu?

MC - E a gestão do Rafael de Almeida Magalhães?

WL - Eu queria que você me poupasse de fazer qualquer análise sobre gestão de quem quer que seja. Porque são meus amigos, não é mesmo, é muito penoso a gente chegar e fazer observação. Mas de um modo geral a minha posição é essa que eu já disse. Eu acho que dever-se-ia sempre se colocar elementos afeitos àquilo tudo. E mostrei o caso já, anteriormente, de Aluísio Alves, que chegou como detentor da Lei Orgânica da Previdência Social, quando na realidade, o Aluísio Alves, hoje, para você ver as coisas como estão por fora. Você veja, eu ouvi falando por aí, que na Reforma Administrativa, o Aluísio ia fazer uma Reforma Administrativa, eu não entrei naquele detalhe, mas houve um ponto que eu estranhei. Então existem os cargos em comissão, cargo em comissão é um cargo de confiança. Então é de livre nomeação do presidente, porque tem que ser, tem aqueles cargos de confiança. Então ele soprado pelos "cardeais" - pelos "cardeais", compreendeu, quem conhece alguma coisa, vê que ele foi soprado - soprado pelos "cardeais", ele já está dizendo que os cargos em comissão agora vão ser exercidos, exclusivamente, pelo pessoal do quadro. Isso quer dizer, que acabou-se o negócio em

confiança. Não precisa mais ter cargo em comissão, é só chamar o camarada e dizer: "Você vai ser meu assessor aqui". Agora o trabalho não anda, eu tenho experiência própria disso, não anda, não vai andar. Porque se eu estiver na Previdência Social, aquele pessoal lá, ele resiste a uma ordem minha. Mas se você é o meu preposto eu chego e digo: "Oh, eu quero aqui fazer um negócio com você, você vai pegar esse cargo em comissão - você é desconhecido lá, compreendeu. "Você vai pegar, você é inteligente, você tem uma certa formação, e você vai pegar o regulamento e vai pegar uma orientação da direção". Então chega lá e você diz, não é isso aqui. "Vocês venham cá reunir todo mundo e tal, eu quero que faça isso". Ninguém pia. Mas se botar um companheiro? Vá embora, você quer dar ordem aqui. Vai embora, fica aquilo e naquilo, não faz nada, isso está provado. Mas ele sem saber disto que eu estou falando agora. E é bem capaz do Congresso engolir um negócio desses.

LO - Senhor Waldemar, o senhor ficou me devendo, o senhor falou que iria colocar alguma coisa sobre as formas de atuação dos interesses privatistas, enquanto o senhor estava na presidência do IAPI, quer dizer... Como eles se organizavam, de que maneira eles faziam...

WL - Em primeiro lugar, eles tinham deputados, porque o negócio vem sempre do congresso, sempre do congresso, se nós não abrirmos os olhos, essa Constituição, isso vai ficar pior ainda, pelo andar da carruagem. Então o principal apoio que eles tinham naquela época, era de elementos que tinham estado no Congresso. Então esses elementos, não se pode provar - eu não posso provar uma coisa dessas, mas eram até elementos financiados por eles, compreendeu. E iam para o Congresso. E outros sem ser financiados, só porque pertenciam indiretamente àquela empresa, ou tinham alguém que pertencia à empresa, ou era rico eu queria ficar, dar apoio ao grupo, essa razão. Então você não vê um Congresso que seja ligado às classes mais humildes, você não vê. E estão fazendo uma guerra contra o PT hoje, e contra o PDT, exatamente por isso. O PDT não digo tanto, mas o PT colocaria elementos que ligados aos trabalhadores, que eu não tenho dúvida, ligados. Agora outros partidos como o Partido Comunista pelo menos, eu não garanto nada. Só garanto por um que eu conheço, alguns que eu conheço lá. Porque está numa situação, apoiando essas coisas todas por aí, fica até ruim, ninguém acredita, podem ser elementos formidáveis, mas apoiando coisas que estão aí, terrível, apoiam de qualquer maneira, apoiam de olhos fechados, isso não dá, não pode. Eu acho que já disse que a gente deve ser aberto... Ficar sectário, preso, ou faz aquilo como... O PT tem essas coisinhas também, fica muito sectário na coisa toda. Nem oito nem oitenta, compreendeu... Mas se abrir inteiramente e dizer o que o Carlos, o que Antônio Carlos Magalhães dizer, está dito, hoje, porque a coisa é diferente, porque a Nova República... Eu não vou, aí eu não vou, que eu me lembro do que ele fez. Aí vou me lembrar do que os outros fizeram, essa coisa toda.

LO - O senhor fazia oposição aos interesses da privatização médica?

WL - Ah! Sempre, tudo, privatização, sobre assunto de Previdência, nós sempre fomos contra.

LO - O senhor teve oportunidade de brigar com a MB, de discutir...

WL - Não, não, a nossa briga, a briga era através do Congresso, essa coisa toda, uma manifestação nossa dos trabalhadores.

NM - O senhor então acha que a sua administração foi uma administração de oposição, se a gente pode dizer assim, às práticas tradicionais do IAPI?

WL - Bom, que eu quero dizer, é que mudou. Mudou pelo menos muito a começar pela privatização do seguro. Conquistamos a privatização do seguro, coisa que não se conquistou nunca.

LO - O fim da privatização do seguro. O fim do seguro privado, o seguro passou a ser...

WL - É a privatização para nós. O fim das companhias seguradoras. Essas companhias tinham verdadeiros rios de dinheiro, tesouros ali guardados, só para trabalhar a imprensa, os deputados, essa coisa toda. Mas vencemos essa parada. A Lei Orgânica passou e tudo entrou nos eixos. Mas depois de uma pressão muito grande. Então a nossa luta era uma luta geral, de protesto geral. Não era uma luta diretamente contra uma empresa, qualquer coisa. Indiretamente, em tese.

LO - Agora, senhor Waldemar, dizem que há uma unidade entre o IAPI e o INPS. Entre a organização do IAPI, as pessoas que estavam no IAPI, os "cardeais", o pensamento dos atuários e tudo; e as políticas implementada após o golpe de [19]64. O Senhor entende assim essa unidade?

WL - Entendo, nada mudou. Quer dizer, aqueles elementos que inclusive ficaram de fora, não falaram muito para não serem enquadrados. Mas que não estavam satisfeitos com a situação da Lei Orgânica da Previdência Social, quando encontrou oportunidade, mudou logo. Porque aquele ministro, aqueles militares, não conheciam nada. Chamou esse pessoal, esses "cardeais".

LO - Mas esse pessoal estava trabalhando com o senhor?

WL - Acomodados...

LO - Acomodados, o senhor diz calados?

WL - À situação, acomodados à situação.

LO - Mas descontentes, o senhor acredita?

WL - Acredito descontentes. Não! Não digo descontentes, não digo nem descontentes, mas acomodados. Esperando só uma oportunidade, esperando a coisa melhorar no ponto de vista deles, compreendeu. Melhorou quando veio o golpe, aí tomaram conta novamente da situação.

LO - Quer dizer que o senhor mantinha eles à margem, à parte?

WL - Não, nós até aproveitamos o trabalho deles. Aproveitamos muito o trabalho deles, mas dentro do nosso regime, dentro do nosso... Para fazer aquilo que era para fazer mesmo, conforme nós queríamos, e todos se enquadraram.

LO - Tem mais uma questão, o senhor falou que houve uma grande oposição a essa entrada do seguro. Saída do seguro. Saída do seguro da área privada e a entrada de trabalho para os cofres do IAPI ou para os cofres do Instituto pela LOPS. O senhor podia dizer melhor quem combatia essas teses, quer dizer, quem era contra essa apropriação dos seguros pelos institutos.

WL - Era o Congresso Nacional.

LO - O Congresso era contra?

WL - As forças todas interessadas em manter o seguro com as empresas privadas usavam o Congresso. Porque a lei é do Congresso, usava o Congresso. Nós não tínhamos, foi preciso se fazer esse movimento grandioso em cima do Congresso compreendeu. Colocar aquilo na Lei Orgânica da Previdência Social e em bloco aprovar aquilo.

LO - Quem eram esses deputados e quem eram essas pessoas do governo que lutavam a favor das seguradoras particulares?

WL - A maioria deles, todos eles. Todos, raramente...

LO - A maioria e a LOPS foi aprovada?

WL - A LOPS foi aprovada, porque no bojo da LOPS tinha outras coisas. E foi um ano de luta, onde os trabalhadores tiveram o ensejo de influir muito na política brasileira, compreendeu, com sua força. Então os deputados verificaram que sem o apoio...

Fita 8 – Lado A

LO - O Senhor estava falando... Os deputados verificaram...

WL - É que havia um constante aumento de prestígio e união das classes trabalhadoras. Como eles, deputados, dependiam dos votos dos trabalhadores, eles então foram verificando que teriam que ceder. Então quando os trabalhadores se manifestavam em bloco, em peso, unânimes, não através da cúpula - eu já estou cansado de dizer aqui nessa entrevista, que não era a cúpula trabalhava. Nós trabalhávamos os sindicatos na base, fomos aos estados, fizemos reuniões. Entre era um bloco o negócio, eles sentiam que não era possível votar contra aquilo. Mas havia gente que ainda procurou criar dificuldades, essa coisa toda e tal. Mas perdiam o prestígio na base. Foi só por isso que nós ganhamos.

NM - Ao abrirmos os jornais nos últimos anos, começamos a verificar notícias sobre a Previdência Social no setor de polícia. Encontramos notícias sobre mau atendimento médico, encontramos notícias das mais variadas sobre a Previdência Social. A que o Senhor atribui esses fatos?

WL - Eu atribuo esses fatos à não interferência da classe trabalhadora, que é quem paga o negócio da Previdência Social, enfim, os contribuintes. Eu credito isso à ausência dos contribuintes na administração da Previdência Social.

MC - Senhor Waldemar, o senhor teria alguma coisa a acrescentar na nossa entrevista, sobre a questão da Previdência Social. Alguma coisa que o senhor queira falar. E além disso gostaria de perguntar antes, eu gostaria de perguntar uma outra questão. O senhor hoje em dia, atua muito em termos de uma instituição espírita, não é isso. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre isso, sobre essa obra que o senhor faz aí...

WL - Não, isso aí é o seguinte, eu sou...

NM - O senhor é espírita, não é?

WL - Sou, então eu não sou espírita, sou espiritualista, é diferente, é um pouco diferente. Então há uma organização, que é a Fraternidade Branca Universal do Arcanjo Micael, ela é situada no Rio de Janeiro. Ela é de âmbito internacional até, mas o forte dela é aqui no Brasil. E foi trazida por umas pessoas aí, e tal, até falecidas ultimamente.

NM - Da onde é que elas vêm, da onde é que vieram essas pessoas?

WL - Não, essas pessoas... Porque ela foi fundada na Itália, entendeu. Depois foi fundada na Argentina, em outros setores, em Portugal, e nós temos aqui a sede dessa instituição. Mas eu não gostaria de falar muito, porque é outra parte, é a parte espiritualista, e eu não quero mexer isso. E ia dizer a vocês que estava com problema, porque nós temos que dar uma participação nossa independente de qualquer ganho, qualquer coisa, e a participação que eu estava dando, que me tomava muito tempo, e que fazia com muito prazer, era aquela parte na diretoria que agora eu já dei minha contribuição, agora é um outro companheiro que vai dar sua contribuição agora. Eu era o tesoureiro dessa instituição. Uma instituição que tem por objetivo - nós temos cerca 1800 hectares de terra, lá na Fazenda São Roque - e o objetivo...

NM - Onde é que fica isso?

WL - É lá perto de Parati, a 20 Km. E o objetivo daquilo é o seguinte, nós verificamos que os trabalhadores daquela zona são totalmente desassistidos, como toda a zona de um modo geral, como nós não podemos fazer em todo lugar, nós fazemos pelo menos num só. É um pessoal muito desassistido, então nós planejamos ali, fazer escola agrícola, fazer escola primária, ginásio, hospital, enfim, um tipo de assistência que a ele seria proporcionado pelos irmãos, que queiram se dedicar àquilo, compreendeu. Então cada um de nós dá a nossa contribuição. Então é isso que nós estamos fazendo. O hospitalzinho até já começamos a fazer, está lá parado sem dinheiro, sem nada e tal, então paramos. Mas nós temos médicos, advogados, temos esse pessoal todo. E temos um grupo de rapazes, de rapazes que estão se formando, uns engenheiros, outros médicos... Estamos esperando eles melhorarem, para cada um dar a sua hora aí de trabalho, sua colaboração um trabalho conjunto, então, o objetivo exclusivo é atender só os trabalhadores ali, creches, vamos fazer. Então nós temos o terreno, mas não temos o dinheiro para fazer

nada. Contribuição ninguém dá para fazer coisa nenhuma. Então nós entendemos o seguinte, quem tem boa vontade, e quer fazer alguma coisa, faz melhor do que ninguém. Então o pessoal que está lá todo é um pessoal de boa vontade. E se temos um hospitalzinho, é para dar gratuito, é trabalho, assistência gratuita ao pessoal sem nada. Então mulher lá morre de parto. Hoje não se morre quase de parto, mas tem problemas, coitadinho, anda de ônibus, aí dá a luz lá em Angra dos Reis, essa coisa toda que nós temos assistido. Então nós gostaríamos de acabar com isso. E essa fraternidade o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem passou pela estrada, e vai nos pagar uma indenização sem entrar em juízo e tal... Mas agora a coisa já está um pouco modificada, e com o dinheiro dessa indenização das terras vamos nós ter recursos para proporcionar àqueles companheiros nossos, pobrezinhos, aí do lado, uma assistência boa; se Deus quiser de um ano ou dois anos.

MC - O senhor é religioso?

WL - Bom, minha religião, eu creio na reencarnação. Creio em Deus e na reencarnação.

MC - E o senhor desde cedo tem essa visão? O senhor sempre teve...

WL - Não, não, desde cedo, depois de muito tempo e estudos, de frequentar esse ambiente...

LO - Há muitos anos o senhor é espiritualista?

WL - Por isso que eu sou muito contra essas injustiças, vivo na luta toda. Nunca fiz nada porque meu pessoal acha que eu sempre trabalhei para ajudar sem tirar proveito dessas coisas. Tirar proveito é maneira de dizer, o sujeito não tem nada. Hoje eu tenho meu filho trabalhando como engenheiro, minha esposa é ela funcionária, o meu filho está estudando medicina, um outro, compreendeu. Mas meus filhos aqui todos eles fizeram o primário, desde o primário, em escolas públicas, depois o secundário em escola pública também, e todos os três se formaram e o outro está estudando, em escola pública, que é a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Eu tive sorte com meus filhos, porque eles conseguiram essas coisas todas, passar por isso. Quer dizer, eu sou um camarada que não tive recursos, e penalizei minha família com isso. Se fosse outro estaria bem, tinha imóveis, tinha bens, se eu morrer não deixo nada mesmo. Não deixo nada.

LO - O senhor acredita que o trabalho do senhor na Previdência Social teve alguma motivação religiosa, de ordem religiosa?

WL - Não, o motivo religioso meu é só ver este tipo de injustiça que é cometida contra os trabalhadores, contra o povo, a maioria do povo. Isso me dói. Eu acho terrível o cidadão que não quer ver nada disso. Ele só quer ver o seu bem estar, é aquele egoísmo em ter mais carro, mais carro, mais isso, mais [...], essa coisa toda. Tenha o seu carro, mas também não seja tão egoísta ao ponto de deixar uma coletividade dessa abandonada. Então vem a causa espiritualista da história, que eu acredito, e é bíblico, que se diz: "Que é dando que se recebe". E como é dando que se recebe, não é a gente dizer se está dando dinheiro, está dando dinheiro, dando boa vontade, dando bons propósitos, realizando

alguma coisa, em favor. Criando, vamos dizer, não criando para os semelhantes desgosto, essas coisas que se a gente puder evitar, a gente evita, que eu acho que espiritualmente isso aí está nos fazendo bem, só isso. Não vivo assim agarrado a certos dogmas, eu vejo a coisa por esse ângulo.

MC - Senhor Waldemar, já que o senhor é homem ligado ao espiritualismo, um homem que tem fé. O senhor acredita na Previdência Social?

WL - Eu só acredito na Previdência Social, se ela for administrada pelos que pagam, pelas pessoas que sustentam todo aqueles funcionários, aquela gente toda.

MC - O senhor gostaria, já que nós estamos finalizando a nossa entrevista, o senhor gostaria de colocar mais alguma coisa que o senhor queira. Agora os microfones estão abertos.

WL - Eu quero, isso não vale porque isso não é um processo de publicidade nem coisa nenhuma, mas se eu pudesse fazer um apelo hoje, eu faria a todas as forças, a todo o povo brasileiro, que convergisse forças para que a Previdência fosse dirigida pelos empregados, pelos empregadores e pelo governo, só isso. Porque depois eles saberiam aonde estava o acerto, e aonde estava o erro. Porque um trabalhador, ele quando não estiver certo ele sai. Os próprios trabalhadores reunidos botam ele na rua, a mesma coisa os empregadores, não tem nada com isso. Então era a defesa que os trabalhadores tinham. Eleito, não vai se reeleger mais, compreendeu. Então eu tenho fé, acho que a Previdência, se ela for administrada pelas classes trabalhadoras, então você vai me perguntar. Mas pode ser que o elemento não valha coisa nenhuma, mas tem a defesa, tem o pessoal que elegeu, que chega e bota para fora, compreendeu? Ele é cobrado, o representante eleito é cobrado. É como deputado, é cobrado. Mas se ele é cobrado e ele [...] a coisa tal, e depois dá qualquer coisa. Mas o representante classista na Previdência Social, ele é mais cobrado que de perto, está recebendo diariamente, ele está dando benefício, prestando uma série de serviços, e essa coisa toda, isso é visto, e é diariamente, a cobrança é diária. Ele fica numa posição, para ficar bem ele terá que andar bem, ele terá que colocar tudo às claras. Não pode ficar tudo enrustido não. Então tenho fé que um dia alguém - e espero até para este ano ainda neste governo - eu estaria pronto a ajudar esse governo no que ele quisesse e achava, e acho ainda, que marcava uma posição como ia marcar Tancredo Neves. Ele marcaria uma posição se ele chegasse e dissesse: Bom, vamos restabelecer o regime da Previdência Social. Não quero saber de Previdência Social, vou entregar às classes. Agora vou vigiar, através do meu Ministério.

MC - Então, nós gostaríamos de agradecer ao senhor pela entrevista que deu, está.

WL - Eu só queria pedir desculpas, porque nós... Vocês me colocaram num caminho, que foi aquele caminho da informalidade, e eu fiquei muito assim solto nessa coisa toda, onde poderia ser mais comedido, onde poderia... Mas eu extravasei sempre que tive oportunidade, determinadas emoções. Então, eu gostaria que as coisas fossem mais... Que eu tivesse oportunidade de fazer a coisa mais sintética e com menos emoção. Era só isso.

MC - Então está. Muito obrigado.